

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE TECNOLOGIA
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO**

ANA MARIA KLUPPEL PEREIRA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO
CONTEMPORÂNEO E AS FORMAS DE
APROPRIAÇÃO:
O Parque Sólon de Lucena, João Pessoa – PB.**

JOÃO PESSOA-PB

2017

ANA MARIA KLÜPPEL PEREIRA

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO CONTEMPORÂNEO E AS FORMAS DE APROPRIAÇÃO:
O PARQUE SÓLON DE LUCENA, JOÃO PESSOA- PB.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba – PPGAU UFPB, como exigência para a obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Jovanka Baracuhy Cavalcanti

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a Marcele Trigueiro de Araújo Morais

JOÃO PESSOA/ PB

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P436p Pereira, Ana Maria Klüppel.

A produção do espaço público contemporâneo e as formas de apropriação: o parque Sólon de Lucena, João Pessoa-PB. / Ana Maria Klüppel Pereira. - João Pessoa, 2017.
134 f. : il.

Orientação: Jovanka Baracuhy Cavalcanti.

Coorientação: Marcele Trigueiro de Araújo Morais.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CT.

1. Parques públicos. 2. Espaços públicos urbanos. 3. Parque Solón de Lucena. I. Cavalcanti, Jovanka Baracuhy. II. Morais, Marcele Trigueiro de Araújo. III. Título.

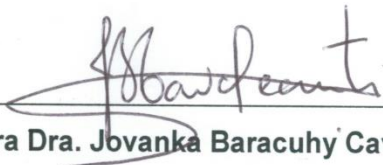
UFPB/BC

ANA MARIA KLÜPPEL PEREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba – PPGAU UFPB, como exigência para a obtenção de título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Esta dissertação foi apresentada e aprovada em: 14/12/2017.

BANCA EXAMINADORA



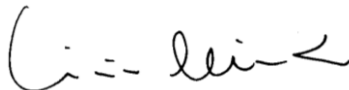
Professora Dra. Jovanka Baracuh Cavalcanti – UFPB/PPGAU

Orientadora



Professora Dra. Marcele Trigueiro de Araújo Moraes – UFPB/PPGAU

Coorientadora – Membro Avaliador Interno



Professora Dra. Livia Miranda – UFCG

Membro Avaliador Externo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho e toda a minha vida à
Berta, Fernando, Ana Beatriz e Luiz Gabriel
Minhas raízes e frutos; meus pais e meus filhos

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida. Pela saúde e paz de espírito, fundamentais para a realização de todos os planos e projetos. Pela sorte, proteção e entusiasmo que me acompanham onde vou e por ter posto tanta gente boa no meu caminho. Citarei alguns nomes, outros estarão nas entrelinhas....

À minha mãe, por toda a parceria, inspiração, proteção, força e amor. Ao meu pai, pelo seu amor incondicional, suporte e confiança. Vocês me inspiram a cada dia e me impulsionam a seguir adiante sabendo que estarão comigo sempre.

Aos meus filhos que, com seu amor, alegria e vivacidade, me fazem lutar e crer que tudo é possível.

À Ana Vânia, pela amizade, dedicação e suporte diários.

À minha orientadora Jovanka, pelo direcionamento, correção de caminhos e conhecimentos transmitidos, para que chegássemos até aqui. À minha co-orientadora e amiga, Marcele, pela dedicação e apoio de sempre. Aos professores Lívia Miranda e Francisco Costa, membros da banca de defesa/qualificação pelo apoio e generosidade acadêmica. Aos meus professores do PPGAU pelos conhecimentos transmitidos. Aos funcionários do PPGAU, pela disponibilidade e ajuda necessárias.

Ao IFPB por oferecer as condições, financeiras, acadêmicas, de tempo, informação e apoio que eu precisava para conseguir realizar esta etapa de minha vida.

À minha família querida e meus amigos do coração, sejam de trabalho, de curso, de infância, de sempre, por acreditarem em mim, me ajudarem com momentos de conversas, risadas, choros, desabafos, estudos/pesquisa, saídas ... vocês todos são fundamentais na minha existência.

Aos meus alunos e orientandos, às pessoas que frequentam e trabalham na Lagoa, à JGA e demais pessoas que me passaram informações das mais diversas maneiras, vocês me ajudaram a “montar este quebra-cabeça” mesmo sem querer ou sem saber.

Meus sinceros agradecimentos a todos vocês, mesmo que o nome não tenha sido citado. Evitei fazer isso para não errar por omissão. Por tudo, mesmo que pareça pequeno para mim foi grandioso e contribuiu para que esta jornada se completasse.

Muito obrigada.

Esforços intelectuais mais complexos e mais intensos significam uma vida mais plena e mais rica. Significam mais vida. A vida é um fim em si mesmo, e a única questão sobre o valor da vida é tirar dela o máximo proveito.

Oliver Wendell Holmes, Jr

RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a produção de espaços públicos urbanos e as formas de uso e apropriação da população, tendo como objeto de análise o Parque Sólon de Lucena. Este espaço livre público é o segundo parque urbano mais antigo da cidade de João Pessoa, capital da Paraíba. Está situado no perímetro da poligonal de tombamento estadual da cidade, é um dos locais de maior atração e circulação de pessoas e possui relevância simbólica para os moradores locais. Entre os anos de 2014 e 2016, passou por um processo de requalificação cujas transformações foram o mote para que este trabalho se desenvolvesse. À luz da etnografia urbana, procura-se descortinar as conexões e dissociações dos usos propostos, percebidos e praticados, bem como conectar a realidade do objeto de estudo com as teorias de Lefebvre, Serpa e Certeau, entre outros, sobre a produção e apropriação dos espaços públicos. A partir desta matriz teórico - metodológica, o corpus de pesquisa analisado revelou que as estratégias de requalificação empreendidas no espaço dito “Lagoa”, promoveram por um lado, uma imagem do Parque ainda mais voltada para o caráter turístico e cultural, enquanto cartão postal da cidade e, por outro, através dos novos equipamentos e atividades, ampliaram o uso e a apropriação diversificada por parte da população. Esse processo acontece em meio a contradições e conflitos cotidianos próprios da relação público/privado do espaço urbano contemporâneo.

Palavras-chave: Espaço público, Apropriação, Etnografia Urbana

ABSTRACT

This research analyzes the production of urban public spaces and the forms of use and appropriation of the population, having as object of analysis the Sólton de Lucena Park. This public space is the second oldest urban park in the city of João Pessoa, capital of Paraíba. It is located in the city's perimeter of state's heritage protection. It is one of the places of greatest attraction and movement of people and has symbolic relevance for the locals. Between 2014 and 2016, it underwent a process of requalification whose transformations were the reason for this work to develop. In the light of urban ethnography, we seek to uncover the connections and dissociations of the proposed, perceived and practiced uses, as well as to connect the reality of the object of study with the theories of Lefebvre, Serpa and Certeau, among others, on the production and appropriation of public spaces. From this theoretical - methodological matrix, the corpus of research analyzed revealed that the requalification strategies undertaken in the space called "Lagoa" promoted, on one hand, an image as a postcard, of the Park and even more geared towards the tourist and cultural character and, on the other, through the new equipment and activities, expanded the use and the diversified appropriation by the population. This process happens amid contradictions and daily conflicts typical of the public / private relation of contemporary urban space

Key words: Public spaces, appropriation, urban ethnography,

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Poligonal de tombamento estadual para o Município de João Pessoa.	4
Figura 2. Vista aérea do Rio Sanhauá.	10
Figura 3. Imagem da cidade de João Pessoa em 1637, na época chamada Frederica.	11
Figura 4. Plano para a cidade 1855, na época chamada Parahyba.	12
Figura 5. Área objeto do plano de expansão de Saturnino de Brito.....	13
Figura 6. Plano de Saturnino de Brito para a expansão da capital paraibana, 1913 .	14
Figura 7. Planta da cidade levantada pela prefeitura em 1923.	15
Figura 8. Foto aérea do Parque Sólon de Lucena, 1928.	16
Figura 9: Parque Sólon de Lucena em 1936.	17
Figura 10. Mapa de João Pessoa em 1940.	18
Figura 11. Parkway da Lagoa, década de 1950.	19
Figura 12. Recente vista aérea da cidade de João Pessoa	20
Figura 13. Problemas urbanos no Parque Sólon de Lucena antes do projeto de requalificação.	22
Figura 14. Problemas urbanos no Parque Sólon de Lucena antes do projeto de requalificação.	22
Figura 15. Publicidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa nas redes sociais. .	24
Figura 16. Publicidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa nas redes sociais. .	25
Figura 17. Imagem de um projeto para a Lagoa diferente do que foi implantado.	27
Figura 18. Imagem de um projeto para a Lagoa diferente do que foi implantado	27
Figura 19. Print de <i>meme</i> sobre o projeto da Lagoa.	29
Figura 20. Publicidade oficial da PMJP para a Lagoa divulgada pelas redes sociais.	30
Figura 21. Publicidade oficial da PMJP para a Lagoa divulgada pelas redes sociais.	30
Figura 22. Mapa do uso do solo no entorno da Lagoa.....	31

Figura 23. Atividades de comércio formal e informal no lado Norte da Lagoa, 2017.	32
Figura 24. Edf. Caricé, 2017	33
Figura 25. Edf. Sta Rita, 2017	33
Figura 26. Mapa de gabarito no entorno da Lagoa.....	34
Figura 27. Mapa de permeabilidade das fachadas dos edifícios no perímetro do Parque Sólon de Lucena.	35
Figura 28. Vista aérea do Parque Sólon de Lucena em 2008.	37
Figura 29. Mapa da área do Parque Sólon de Lucena, já com a alteração viária.	38
Figura 30. Maquete eletrônica do Projeto, vista geral.	39
Figura 31. Maquete eletrônica do Projeto, vista geral.	39
Figura 32. Maquete eletrônica do Projeto.....	40
Figura 33. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.....	64
Figura 34. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.....	65
Figura 35. Parque Solon de Lucena, dezembro 2016.....	67
Figura 36. Parque Solon de Lucena, dezembro 2016.....	69
Figura 37. Amostra da natureza no Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.	71
Figura 38. Parque Solon de Lucena, dezembro de 2016.	73
Figura 39. Venda de artigos evangélicos, dezembro 2016.	74
Figura 40. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.....	75
Figura 41. Imagem do Rolézinho.	78
Figura 42. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.....	80
Figura 43: Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.....	80
Figura 44. Apresentação de banda no pôr do sol no parque, dezembro 2016	81
Figura 45. Gravação de programa nacional de televisão, dezembro 2016.	83
Figura 46. Feira das nações, dezembro 2016.	84
Figura 47. Jampa Food na Lagoa, dezembro 2016.....	85
Figura 48. Mutirão de confissões, janeiro 2017.....	86

Figura 49. Procissão Infantil em evento da igreja católica, janeiro 2017.	87
Figura 50. Manifestação Política, dezembro 2016.	87
Figura 51. Manifestação política contra a reforma da previdência proposta e o governo federal, janeiro 2017.	88
Figura 52. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.	91

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Tabela utilizada para acompanhar o cumprimento do horário de observação	61
---	----

LISTA DE ABREVIações

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
IAB.PB	Instituto dos Arquitetos do Brasil. Departamento da Paraíba– IAB.PB
PPGAU UFPB	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
Justificativa e relevância da pesquisa.....	3
Objetivo geral e objetivos específicos.....	5
Estrutura da dissertação.....	9
2. DESCORTINANDO O OBJETO DE ESTUDO	10
2.1 O Parque Sólon de Lucena em seu contexto urbano	10
2.2 O contexto do projeto de Revitalização e Modernização de 2014	21
2.3 Análise do entorno do Parque Sólon de Lucena em 2017.....	31
2.4 O projeto de Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena 2016 ...	37
3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO	41
3.1 A cidade como local de vivência.....	41
3.2 O local das interações	42
3.3 O urbanismo enquanto instrumento.....	44
3.4 A produção do espaço urbano.....	49
3.5 A imagem da cidade.....	50
3.6 A apropriação do espaço público	52
4. A Etnografia Urbana enquanto decisão metodológica	57
4.1. A Etnografia Urbana.....	57
4.2 . A preparação para a pesquisa.....	60
4.3 A Observação Participante.....	61
4.4 A pesquisa empírica.....	63
5. ACHADOS E REFLEXÕES	64
• Como se dá o uso do parque	65
• A liberdade individual.....	66

• A prática da alteridade.....	68
• O contato com a natureza.....	71
• A dominação pelo poder.....	72
• Os excluídos.....	74
• A memória do lugar.....	76
• Os eventos.....	77
• Manifestações Políticas e Religiosas.....	86
REFLEXÕES	89
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
APÊNDICE A	101
ANEXO 1.....	104
ANEXO 2.....	107
ANEXO 3.....	110
ANEXO 4.....	113
ANEXO 5.....	116
ANEXO 6.....	119

1. INTRODUÇÃO

Debruçar-se no estudo do espaço público prescinde de entendimentos e conceituações que aparentemente já estariam subentendidas pela clareza ou frequência de uso das palavras da composição. Espaço poderia ser entendido como vazio, pausa ou intervalo; enquanto público seria da população em geral; ou ainda setor de uma atividade pertencente ao Estado (FERREIRA, 1999). Poder-se-ia, pois, entender a dupla dimensão do espaço público: a dimensão física e a dimensão política. Diversos são os estudiosos que definem e classificam o espaço público, ao debruçar-se sobre os fenômenos espaciais, sociais e políticos cuja trama se desenrola ou deriva da manipulação deste. Trataremos aqui do espaço público urbano, ainda mais sofisticado por englobar um elemento por si só complexo: a cidade. Neste manuscrito usaremos a definição de Narciso (2009), sintetizada a partir dos estudos de: Serpa (2004), Borja (2003), Indovina (2002), Castro (2002), Ascher (1995), Habermas (1984), Lefebvre (1973) e Arendth (1972), entre outros.

De um modo geral podemos concluir que é difícil apresentar uma definição concreta de espaço público, pois encara diversas vertentes de abordagem que se interligam. Contudo, o espaço público é um lugar aberto, de acesso irrestrito, um ponto estruturante da malha urbana e confluência de vários caminhos e lugares, é um espaço de passagem e de permanência, construído por diversos agentes, quer na sua forma material ou vivencial. O espaço público é uma estrutura e estratégia de forma caracterizada pelos seus elementos constituintes (que o individualizam), social e económica (NARCISO, 2009, p. 271).

Em muitos casos os espaços públicos urbanos funcionam como instrumento político em seus processos de requalificação propostos e implantados pelo poder público (LEFEBRE, 2008c). Ao invés de proporcionarem interação entre grupos distintos socialmente, com suas estratégias de tratamento dos espaços coletivos e seus projetos urbanísticos, acabam gerando/ampliando a segregação socioespacial, com processos de homogeneização, assepsia e espetacularização. Falamos de espetacularização no sentido de Debord (2003) que considera ser a espetacularização uma forma de atribuir valor de troca/consumo capitalista

perpassando as relações sociais, a produção dos espaços e diversos outros aspectos fundamentais das relações sociais e da vida urbana em especial. Deste modo, a espetacularização acaba contribuindo para usos e apropriações específicas nos espaços públicos de maior interesse para o mercado financeiro, estes se tornam alvo da crescente especulação imobiliária e promoção pelo poder público de uma imagem de cidade competitiva no turismo.

Nesse sentido, caminharemos inicialmente com Lefebvre quando aponta as “qualidades” que uma cidade deveria ter para que se tornasse um modelo ou protótipo, bem como os encantos necessários para atrair um determinado público.

(...) A cidade dos mercadores e dos banqueiros continua a ser para nós o tipo e o modelo de uma realidade urbana onde o uso (a fruição, a beleza, o encanto dos locais de encontro) predomina ainda sobre o lucro e o proveito, sobre o valor de troca, sobre os mercados e suas exigências e coações. Ao mesmo tempo, a riqueza devida ao comércio das mercadorias e do dinheiro, o poder do ouro, o cinismo desse poder, também se inscrevem nessa cidade e aí prescrevem uma ordem. De modo que ainda nesta qualidade ela continua a ser, para alguns, modelo e protótipo (LEFEVRE, 2010, p. 53).

Nesse sentido, a arquitetura e o urbanismo estariam servindo como instrumento de promoção de imagens, seja direta ou indiretamente, enquanto técnica de intervenção qualificada e de projeção do futuro dos espaços urbanos, com forte poder simbólico e de transformação de práticas e modos de convivência na diversidade dos espaços públicos. Conforme corrobora Serpa (2013):

Os novos parques públicos são, portanto, elementos de valorização do espaço urbano que contribuem para um processo de substituição de populações nas áreas requalificadas. Eles se tornaram álibis para justificar grandes transformações físicas e sociais nos bairros afetados pelas operações de requalificação urbana. Álibis, porque os parques públicos sempre representam e expressam valores éticos e estéticos, que ultrapassam largamente seus limites espaciais. Qualquer que seja a época, esses valores estão presentes no discurso oficial e nas políticas públicas aplicadas às cidades: higienismo, pacifismo, beleza estética (SERPA, 2013, p. 173).

A pesquisa ora apresentada aborda do Parque Sólon de Lucena que, de acordo Silveira (2014), é o segundo parque urbano mais antigo da cidade de João Pessoa. Este local é popularmente conhecido como Lagoa, graças ao lago natural que ocupa seu ponto central. Até seu processo de urbanização e saneamento a Lagoa assumia posição de limite na cidade, impedindo o seu crescimento em direção ao litoral. Atualmente o Parque Sólon de Lucena é um ponto de convergência da cidade de João Pessoa, sendo ponto de parada de 75 das 101 linhas de ônibus da cidade e, abriga em seu entorno, edifícios comerciais, residenciais e de serviços. Situa-se no Bairro Centro e é citado como área de preservação rigorosa dentro do perímetro de tombamento estadual do município de João Pessoa, segundo o Decreto Estadual Nº 25.138, de 28 de junho de 2004¹ (figura 1).

Recentemente foi implantada uma proposta de requalificação da área. O projeto entregue em 12 de junho de 2016, mudou o tráfego local unindo os 150.490m² do parque e, sem que fosse cruzado por nenhuma rua ou avenida, instalou ciclovia, espaço para prática de atividades físicas, parquinho para crianças, reconstruiu os bares e sanitários locais, entre outras ações. O projeto executado alterou não apenas a configuração física do parque e o sistema viário do entorno, mas também procurou dar conta de inseri-lo no roteiro turístico, cultural, esportivo e de passeios familiares do pessoense.

A problemática desta pesquisa se apresenta após a análise de fenômenos observados em locais turísticos que sofreram intervenções em cidades brasileiras e europeias, daí surgiu a motivação para estudar o Parque Sólon de Lucena após a sua reforma, para perceber se o mesmo está em consonância as com ações aplicadas em outros lugares.

¹ DESCRIÇÃO DAS ÁREAS SOB PROTEÇÃO ESTADUAL - DECRETO ESTADUAL Nº 25.138, DE 28 DE JUNHO DE 2004. A Área de Preservação Rigorosa (APR) – é formada pelo conjunto dos espaços públicos, dos lotes e das edificações contidas nestes lotes, situados nos seguintes logradouros (Figura 1) Fonte: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2012/07/EDITAL_IMOVEIS_PRIVADOS.pdf, acesso em 07/11/2017.



Figura 1. Polígono de tombamento estadual para o Município de João Pessoa.

Em cinza escuro as áreas de preservação rigorosa e em cinza claro as áreas de preservação de entorno, em azul o espelho d'água do Parque Sólón de Lucena.

Fonte: Site do governo do Estado da Paraíba.

A teoria é pautada na discussão sobre produção do espaço da cidade capitalista, avaliando o poder simbólico e as representações/reinvenções produzidos por órgãos oficiais e veiculados na mídia eletrônica (*sites* oficiais, redes sociais, propagandas de turismo e jornais) e, a partir disso, possibilitando diálogos e reflexões sobre questões fundamentais, formas e concepções de “cidade contemporânea”, política urbanística e planejamento urbano predominantes em João Pessoa e suas interfaces com outras concepções de espaços públicos e de cidade nacionais e internacionais. São destaques as temáticas centrais do discurso sobre a cidade no “jogo” que supomos

haver entre mostrar, evidenciar, promover, por um lado, e, de outro, ocultar, omitir, desconsiderar, não inserir e excluir, por vezes, desses espaços, visando agenciar a cidade como mercadoria. Supomos haver ainda uma lógica de produção das imagens, ações e ocultações que se alinha em âmbito internacional e nacional a questões específicas locais que não são contempladas ou são propositalmente desconsideradas.

Esta pesquisa teve como hipótese a premissa de que, havendo uma intenção de requalificar o espaço público do Parque Sólon de Lucena entregando-o às famílias, como era o discurso oficial difundido nas mídias, haveria também uma tentativa de enquadrar este espaço enquanto local adequado às práticas de consumo da sociedade capitalista e articulada com uma lógica de mercado e de produção de lugares próprios para o consumo, sem ou com pouca articulação com os valores e cultura locais. Partimos dos seguintes questionamentos: as formas de uso e apropriação do Parque Sólon de Lucena estariam atreladas ao novo enfoque de “lugar turístico”? Ainda permaneciam as práticas urbanas que faziam parte das vivências do lugar? Haveria um jogo de ocultamento x visibilidades de práticas sociais por parte da mídia, que desconsiderava determinados usos por estes não estarem em consonância com a nova lógica? Haveria processo de expulsão ou substituição de frequentadores?

Analisando o Parque Sólon de Lucena, percebe-se também em nosso objeto de estudo, conexões entre políticas públicas e atividades populares presentes tanto nos ícones brasileiros como nos mundiais. Embora João Pessoa não esteja localizada em nenhum dos grandes eixos brasileiros de poder: político (Brasília), econômico (Rio de Janeiro - São Paulo), ou regional de turismo (Bahia - Recife). O espaço livre público urbano em análise, mesmo nessa capital de médio porte e de impacto regional é, também, protagonista de políticas públicas, a exigir novos instrumentos que promovam cidades mais humanas, seguras e representação da sociedade e da cultura que a definam enquanto lugar de vida, de trocas e de circulação de mercadorias, informações, pessoas e ideias.

Esta pesquisa tem por **objetivo geral** descortinar as formas de uso e apropriação do Parque Sólon de Lucena, João Pessoa, PB, observando-o como um

espaço urbano de alto valor histórico e turístico, e pesquisando o período exatamente após o processo de requalificação urbana ocorrido em 2016. Como **objetivos específicos** pretende: Destacar, com base na literatura e sua posterior verificação *in loco*, os valores criados, reproduzidos e destacados a partir da implantação do projeto de requalificação; identificar as práticas sociais e atividades populares ocultadas e banidas no espaço urbano estudado; estimular a reflexão sobre a produção dos espaços públicos a partir de modelos globais para uma sociedade de consumo.

Este trabalho foi realizado em três etapas. Primeiro foi feita uma pesquisa bibliográfica na qual se levantou o arcabouço teórico no qual se pretendia entender a lógica por trás dos processos de mercantilização e espetacularização de cidades. Nessa etapa foi buscado um grande número de autores como: Serpa, Magnani, Certeau e outros que, em suas obras, tratavam da cidade contemporânea analisando o universo urbano sob diversos prismas, sendo Henri Lefebvre, a principal referência nesta pesquisa. Houve uma grande contribuição das disciplinas do PPGAU, cujos textos e debates facilitaram o descortinar desses temas. Os dados coletados nessa etapa foram organizados para que posteriormente fosse possível o confronto com os outros obtidos na pesquisa de campo.

A segunda etapa partiu da decisão de trabalhar no Parque Sólon de Lucena. Uma vez realizado o recorte espacial procurou-se fazer o levantamento do histórico das intervenções urbanas realizadas no local e buscou-se entender o objeto também como ponto de articulação urbana. Aqui foram levantados planos, projetos, requalificações, documentos e fotografias. No período compreendido entre novembro de 2015 a agosto de 2016, foram feitas coletas de dados, fotos e vídeos promocionais, veiculados na internet pelos poderes públicos, que procuravam ressaltar a cidade com uma lógica turística. Esse material foi analisado juntamente com os textos que os integravam.

O Parque Sólon de Lucena aparecia destacado entre lugares que turisticamente estavam mais evidenciados, fosse pelo número de vezes em que apareciam suas imagens, fosse por ter sido alvo de projetos de intervenção/requalificação recentes, os quais aparecem incluídos dentro das grandes vertentes de atração de pessoas para a cidade. Nos materiais de divulgação são ressaltados os valores históricos, a possibilidade de contato com a

natureza e as práticas desportivas como formas de atingir saúde e qualidade de vida.

Para a terceira etapa foi definido que a metodologia aplicada para a pesquisa empírica seria a etnografia urbana. Uma vez que a etnografia, método de trabalho da antropologia, abre possibilidades de explorar e compreender o fenômeno urbano, “mais especificamente para a pesquisa da dinâmica cultural e das formas de sociabilidade nas grandes cidades contemporâneas” (MAGNANI, 2002, p.1). Esta técnica se adequa à pesquisa, pois possibilita ao pesquisador vivenciar o espaço de diferentes formas a fim de perceber as sociabilidades que o espaço urbano acolhe e permite, tanto à observação quanto à coleta de dados de múltiplas fontes: fotos, vídeos, relatos e outras (MAGNANI, 2002).

Por último cabe assinalar que o método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica; pode usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa; ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento (MAGNANI, 2002. P. 11).

Procurou-se, na pesquisa de campo, vivenciar o cotidiano do parque através da observação participante da etnografia urbana, para dessa maneira procurar descortinar as dinâmicas e vivências de um local que já era apropriado pela população e fazia parte do simbolismo da cidade, mas que, antes do processo de requalificação, para grande parte dos residentes da cidade, se apresentava mais como um local de passagem e paisagem do que como lugar de estadia. As pesquisas de William Whyte² (1980), sobre o comportamento das pessoas no espaço urbano foram utilizadas como metodologia auxiliar de observação sobre utilização do espaço.

² Documentário “*The social life of small urban spaces*”, feito pelo urbanista americano William H. Whyte em 1980, estuda os espaços públicos de cidades americanas, identificando elementos físicos que alteram uso e qualidade de praças e ruas. Disponível em: <https://uffpaisagismo.wordpress.com/2016/01/31/the-social-life-of-small-urban-spaces-legendado/>, acesso em 07/11/2016.

Para introduzir essa questão, convém retomar um ponto comum às abordagens até aqui apresentadas: a maioria dos estudos que classifico como olhar de fora e de longe dá pouca relevância àqueles atores sociais responsáveis pela trama que sustenta a dinâmica urbana; quando aparecem, são vistos através do prisma da fragmentação, individualizados e atomizados no cenário impessoal da metrópole. Entretanto, contrariamente às visões que privilegiam, na análise da cidade, as forças econômicas, a lógica do mercado, as decisões dos investidores e planejadores, proponho partir daqueles atores sociais não como elementos isolados, dispersos e submetidos a uma inevitável massificação, mas que, por meio do uso vernacular da cidade (do espaço, dos equipamentos, das instituições) em esferas do trabalho, religiosidade, lazer, cultura, estratégias de sobrevivência, são os responsáveis por sua dinâmica cotidiana. Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos: seu comportamento, na paisagem da cidade, não é errático mas apresenta padrões. Partir das regularidades, dos padrões e não das "dissonâncias", "desencontros", "hibridizações" como condição da pesquisa supõe uma contrapartida no plano teórico: a ideia de totalidade como pressuposto. Não se trata, evidentemente, daquela totalidade que evoca um todo orgânico, funcional, sem conflitos; tampouco se trata de uma totalidade que coincide, no caso da cidade, com os seus limites político-administrativo (MAGNANI, 2002. p. 14).

A pesquisa do objeto empírico, do tipo qualitativa foi, “*de perto e de dentro*”, ou seja, feita não apenas analisando as superestruturas e os agentes da produção de cidades, embora sua identificação e reconhecimento tenham sido fundamentais para se chegar ao entendimento do fenômeno urbano; mas o ponto principal foi a vivência continuada no ambiente urbano, a fim de abranger as dinâmicas do cotidiano e perceber a sociedade refletida no espaço público.

A dissertação está dividida em 6 capítulos. O primeiro capítulo é a introdução, nela são apresentados os aspectos gerais norteadores da investigação, a problemática da pesquisa, objetivos geral e específicos, a metodologia adotada e a estrutura da dissertação.

No segundo capítulo o objeto de análise é apresentado como uma maneira de aproximá-lo do leitor. Aqui está levantada a história da evolução urbana de João Pessoa juntamente com a do Parque Sólon de Lucena, uma vez que estão atreladas e influenciando-se mutuamente. A importância do parque enquanto elemento histórico e simbólico para os pessoenses e os visitantes é abordada antes da descrição do projeto de requalificação.

No terceiro capítulo estão colocadas as discussões teóricas que embasaram as reflexões desta pesquisa. Neste momento questões relacionadas à produção contemporânea de cidades e espaços públicos são inseridas, assim como discussões e críticas feitas ao urbanismo, sociedade e controle dos espaços urbanos. A cidade é então apresentada como um reflexo da sociedade.

O quarto capítulo, de natureza metodológica, compreende a apresentação da pesquisa etnográfica e dos instrumentos utilizados para a prática de campo, suas etapas e procedimentos detalhados.

No quinto capítulo encontra-se a pesquisa e a experiência etnográficas do (no) Parque Sólon de Lucena. Bem como, relatos e fotografias sobre os achados e as reflexões analíticas acerca da pesquisa de campo e conexões entre os resultados de campo e as bases teórico-metodológicas.

As considerações finais constituem o sexto capítulo e a última etapa deste trabalho.

2. DESCORTINANDO O OBJETO DE ESTUDO

2.1 O Parque Sólon de Lucena em seu contexto urbano



Rio Sanhauá

João Pessoa / Paraíba / Brasil

Figura 2. Vista aérea do Rio Sanhauá. Mostrando o bairro do Varadouro, João Pessoa- PB.
Fonte: Site do governo do Estado da Paraíba (2016).

O estado da Paraíba está situado na região nordeste do Brasil. A sua capital, tem população estimada em 811.598 mil habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010). Do ponto de vista histórico é a terceira cidade mais antiga do Brasil. Entretanto, no tocante à distribuição de riqueza e renda entre a população, são perceptíveis grandes abismos sociais.

Fundada em 5 de agosto de 1585, inicialmente, era dividida em alta e baixa, de acordo com sua topografia. A localização dos edifícios acompanhava o modelo português. Na parte baixa, o Varadouro, localizava-se o Porto do Capim e grande parte do comércio. Na outra parte, conhecida como cidade alta, ficavam os principais edifícios religiosos, administrativos e as residências das famílias mais abastadas. A topografia acidentada e o crescimento espontâneo do núcleo primitivo fizeram com que a ocupação do solo se processasse de forma desordenada, definindo um sistema viário irregular, caracterizado por ruas estreitas e sem continuidade (AGUIAR, 2002; AGUIAR & OCTÁVIO, 1985).

As águas pantanosas, correspondentes ao alagado natural que viria a ser o Parque Sólon de Lucena - objeto deste estudo, presentes nos antigos registros

cartográficos da cidade (Figura 3), originalmente estava situada em um sítio que pertencia à ordem religiosa católica dos Jesuítas, responsáveis pela catequese de índios e que teve grande importância na colonização de todo o Brasil. Era conhecido pela variedade de árvores frutíferas e bambus e pelos animais silvestres, dentre eles os Irerês, uma espécie de marreco que acabou por nomear o espaço, na época, como “Lagoa dos Irerês”. Acredita-se que tenha sido um importante local de abastecimento de água da cidade, uma vez que os registros cartográficos apontam caminhos de ligação entre a Lagoa e o antigo povoamento (ALMEIDA, 2006).

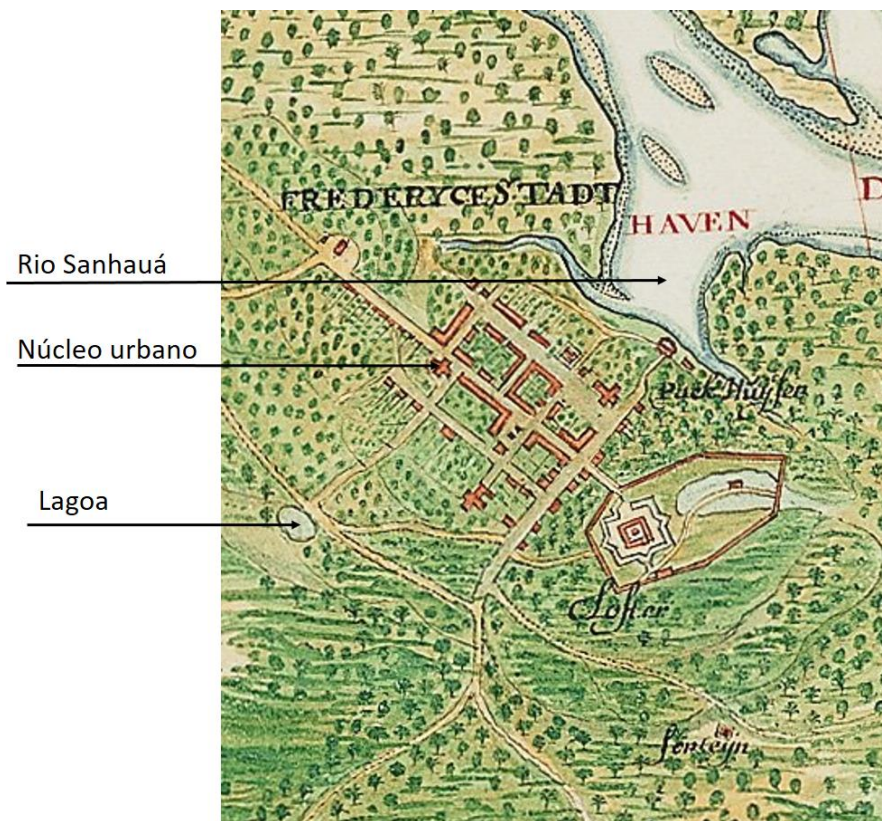


Figura 3. Imagem da cidade de João Pessoa em 1637, na época chamada Frederica. Nesta figura pode-se observar o núcleo urbano primitivo localizado entre o Rio Sanhauá e a Lagoa, sendo esta integrada à cidade por quatro caminhos, conforme aparece na cartografia. Fonte: Jan van Brosterhuisen (1637). Site: Teresinha de Paulina.

Ao analisar os levantamentos da cidade realizados em 1855, percebe-se um suposto vazio urbano no local onde hoje encontra-se a Lagoa (Figura 4). Acredita-se que após a construção das fontes e bicas, a Lagoa tenha perdido a função de abastecimento de água, caindo gradativamente em situação de desagrado à população. Além disso durante muitos anos o local foi apontado como um “entrave para a expansão da cidade” em direção ao litoral (MACHADO, 2005). Na época de sua urbanização e saneamento, este espaço havia passado para a propriedade do comerciante português Vitorino Pereira Maia e, ao mesmo tempo em que abrigava uma mata com uma grande casa, era também conhecido como foco de malária (EGYPTO, 2002).

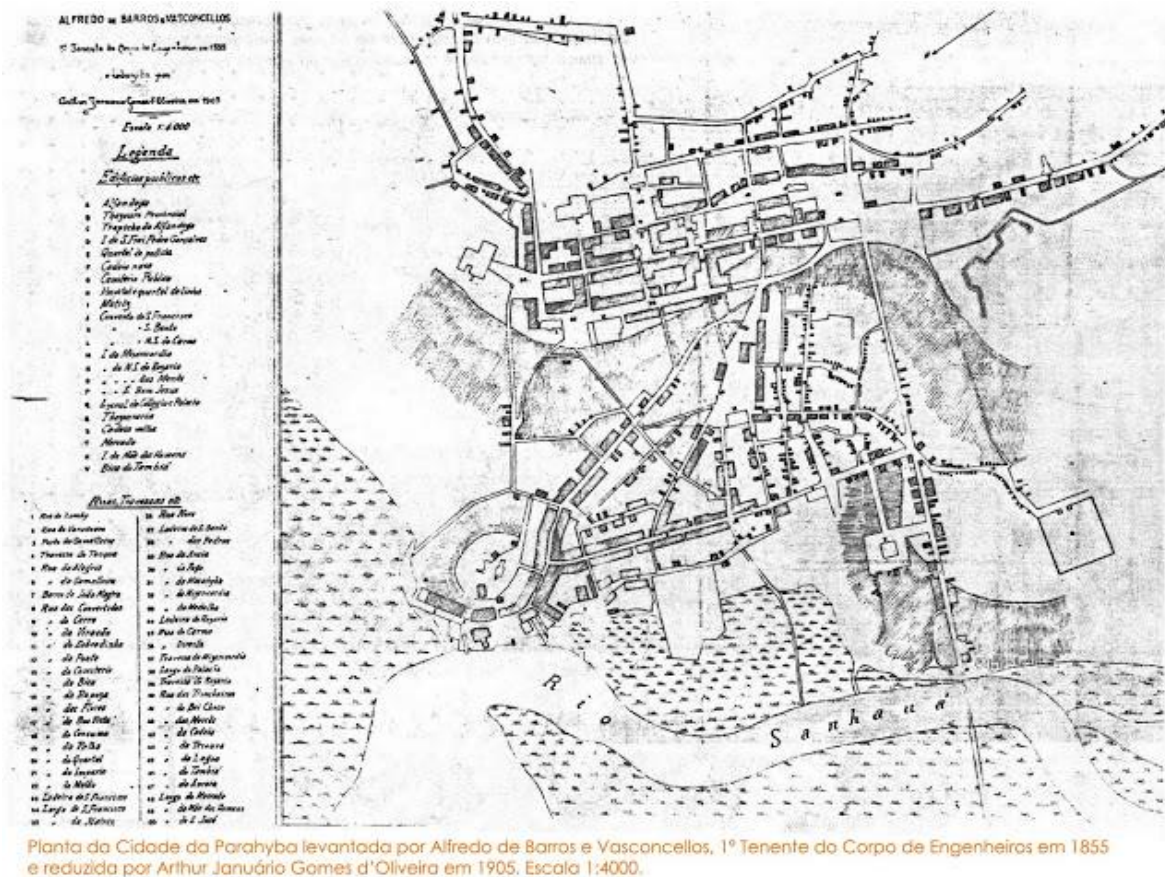


Figura 4. Plano da cidade em 1855, na época chamada Parahyba.

Observa-se que neste levantamento a Lagoa não aparece representada no tecido urbano, o que sugere um afastamento simbólico da cidade àquela área.

Fonte: Site João Pessoa Histórica

Em 1913, na administração do governador Castro Pinto, ocorreu um segundo momento da expansão urbana da cidade, com a elaboração, pelo engenheiro Saturnino de Brito, de um projeto para a rede de esgotos da cidade, cujo terceiro distrito consistia em a “Bacia da Lagoa” (Figura 5), principal zona de expansão da cidade.

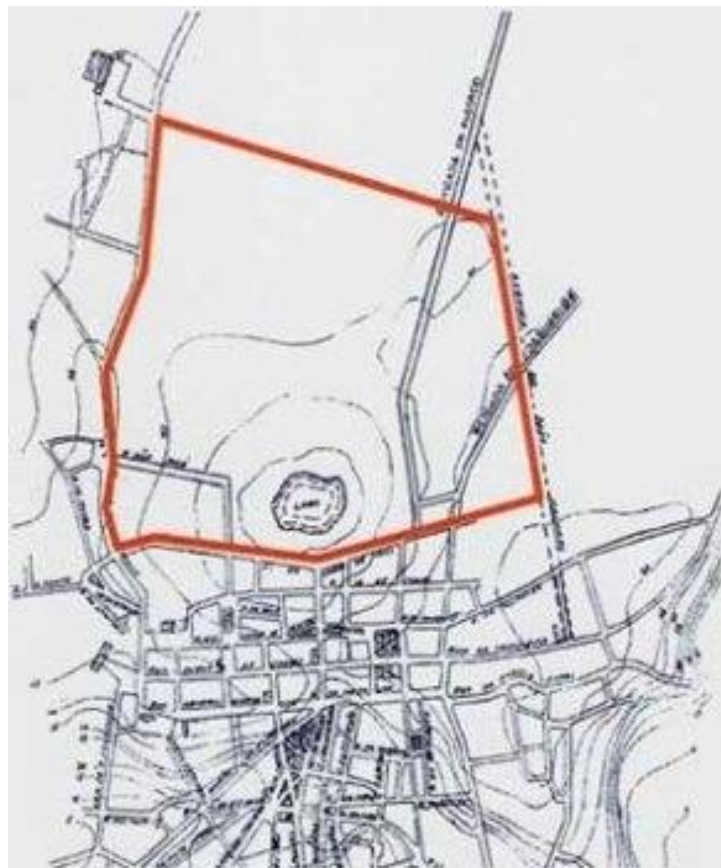


Figura 5. Área objeto do plano de expansão de Saturnino de Brito. A Área de atuação aparece no interior do contorno alaranjado, marcada em planta da cidade em 1910, traçada a partir de planta de 1913 elaborada por esse engenheiro. Fonte: Sousa, Nogueira e Vidal (2006). Site: Vitruvius.

No entanto o projeto de Saturnino de Brito (Figura 6) nunca foi implantado.

O plano de Saturnino de Brito para a expansão da capital paraibana constituiu, por sua originalidade e seu caráter altamente inovador, um marco do urbanismo brasileiro da Primeira República. Curiosamente, foram estas qualidades do plano que o levaram a ser recusado pelas autoridades paraibanas que, embora imbuídas de um espírito modernizador, queriam apenas que sua modesta capital se expandisse seguindo fórmulas que

vinham sendo postas em prática nas cidades brasileiras mais adiantadas – e não que se fosse adotar uma solução inventiva que não fora ainda experimentada (SOUSA, NOGUEIRA, VIDAL, 2006).

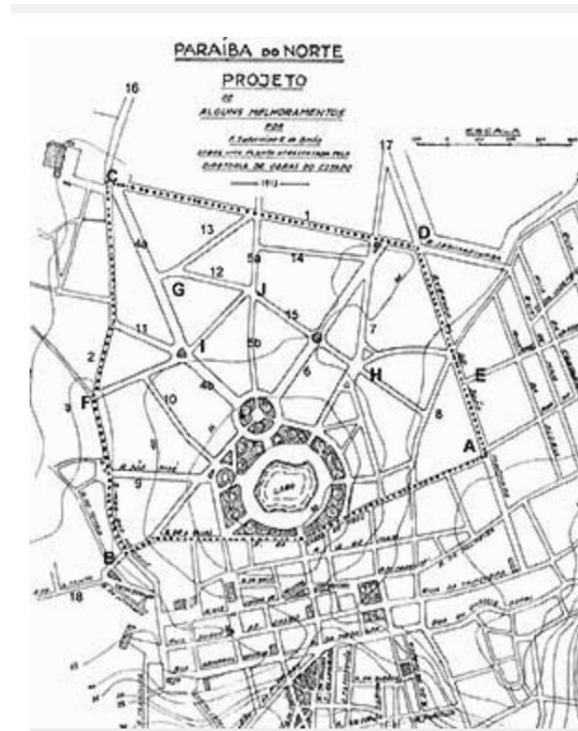


Figura 6. Plano de Saturnino de Brito para a expansão da capital paraibana, 1913
Fonte: Brito, Saneamento da Parahyba do Norte – Projecto dos esgotos, 1914. Site: Vitruvius.

A malha urbana executada (Figura 7) fazia parte de um projeto mais favorável à circulação de veículos (SOUSA, NOGUEIRA, VIDAL, 2006). A Lagoa estava agora incorporada definitivamente à malha urbana. Posteriores melhoramentos incluíram: iluminação pública e transporte público mais eficiente. No início do século XX, a malha urbana, que até então se mostrava centralizada, se expandiu (AGUIAR, 2002).

Foi na gestão Walfredo Guedes Pereira, entre 1920 e 1924 que, de fato, aconteceu a urbanização da área. Grande parte da mata foi devastada e as águas saneadas. A pretendida expansão urbana tornou-se então possível. A então “Lagoa dos Irerês” passou a ser chamada de “Parque Sólon de Lucena”, através do decreto Lei nº 110, de 27 de setembro de 1924, uma homenagem ao então governador do Estado (MACHADO, 2006).

A cidade que havia permanecido contida entre o Porto do Capim e a Avenida Duque de Caxias, por quase 300 anos, após o processo de saneamento das áreas alagadas, avançou para o leste, em direção às praias, num crescente processo de urbanização. Dessa maneira, o saneamento das águas da Lagoa e sua urbanização podem ser considerados o marco entre os dois momentos da expansão urbana de João Pessoa.

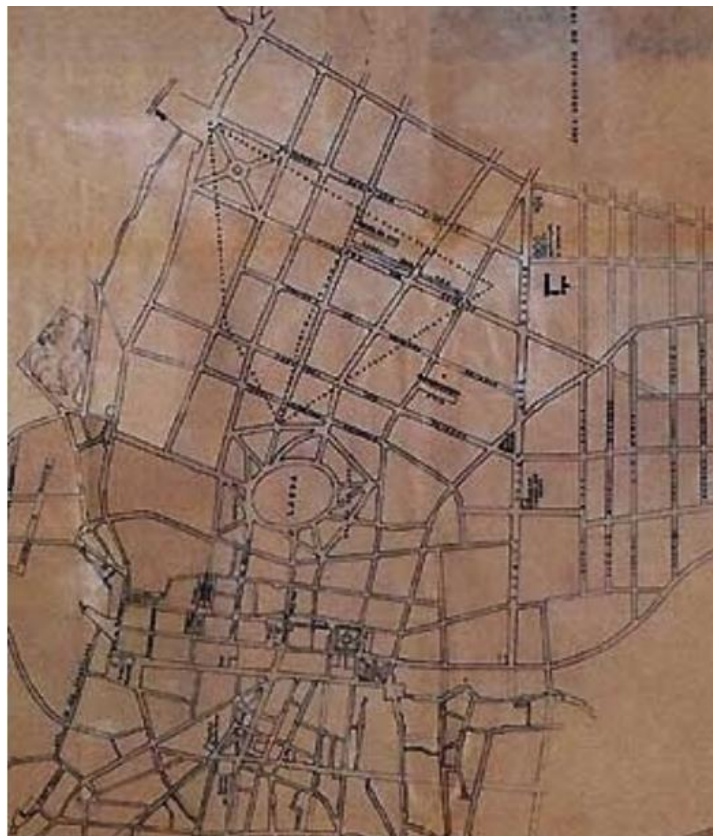


Figura 7. Planta da cidade levantada pela prefeitura em 1923. Observa-se o traçado que foi implantado em substituição ao plano de Saturnino de Brito
Fonte: Sousa, Nogueira e Vidal (2006). Site: Vitruvius.

As palmeiras imperiais foram plantadas entre 1926 a 1928, na gestão do prefeito João Maurício de Medeiros. Na figura 8 percebe-se, na foto aérea, que já está demarcado o local do Parque Sólon de Lucena e o sistema viário implantado (ALMEIDA, 2006).

Em 1932 o arquiteto e urbanista Nestor de Figueiredo foi contratado pelo então interventor Antenor Navarro para elaborar um Plano de Remodelação e

Extensão da Cidade de João Pessoa. Este plano estava em consonância com outros da mesma época: Planos da Avenidas (São Paulo, 1930), Plano Agache (Rio de Janeiro 1930), Plano Nestor de Figueiredo (Recife, 1932). Estes planos valorizavam o ordenamento e o embelezamento das cidades, no caso do de João Pessoa foi fortalecida a integração entre o centro da cidade e os bairros. Neste contexto, a Lagoa aparece como espaço articulador entre o centro e os demais bairros, ente a “Cidade existente” e a “Cidade futura”. Ficou marcada como o “coração da cidade”, posição que simbolicamente perdura até os dias atuais (SOUSA & SANTOS, 2017).



Figura 8. Foto aérea do Parque Sólón de Lucena, 1928.
Observa-se o traçado das ruas, a vegetação e alguns poucos edifícios.
Fonte: Stuckert.

O Plano contava ainda com a criação de “conjuntos ideais de edificação”, espalhados pela cidade e integrados através de largas e arborizadas avenidas, chamadas de *parkways*. Embora concebido em 1932, o plano de Nestor de Figueiredo só veio a ser executado entre 1935 e 1939, durante a gestão de Argemiro de Figueiredo, então presidente do estado. (...) Entre as obras, estava a construção da *parkway* da Lagoa, uma avenida com 50

metros de largura, saindo do atual Parque Sólon de Lucena em direção ao leste, representando a integração entre o centro da cidade e a expansão urbana em direção ao mar, ao progresso, ao futuro (SOUSA & SANTOS, 2017, p.8/9).



Figura 9: Parque Sólon de Lucena em 1936.

Nesta foto percebe-se que as palmeiras imperiais estão plantadas, mas os serviços de melhoramentos ainda não estão concluídos, tais como pavimentação e dragagem das águas.

Fonte: Stukert.

Ainda na gestão de Argemiro de Figueiredo, outras espécies vegetais foram plantadas (Figura 9) e foram construídos também o Cassino da Lagoa, que atualmente funciona como restaurante e a fonte luminosa, que também continua em atividade. Em 1939 aconteceu a inauguração do Parque Sólon de Lucena (ALMEIDA, 2006).

Em 1940, o paisagista Roberto Burle Marx fez um projeto para a Lagoa (SOUSA, SANTOS, 2017). Em 1945, a área recebia em seu entorno casarões e palacetes e era local de convívio da alta sociedade da época (Figuras 10 e 11). Com a abertura da Avenida Epitácio Pessoa e a definitiva expansão da cidade para o leste, a Lagoa foi gradativamente modificando seu caráter residencial e passando a

se consolidar apenas nas atividades institucionais e comerciais (AGUIAR, OCTÁVIO, 1985).

Para ele (Roberto Burle Marx) o Parque Sólon de Lucena merecia especial atenção pela sua situação privilegiada iria “se constituir o ponto de maior atração da cidade”. De fato, como previu Burle Marx, o Parque Sólon de Lucena se tornou o ponto de maior atração, mas não só para lazer, como se esperava de um Parque, se tornou atração também para o comércio. Assim entendemos seu estranhamento ao retornar a João Pessoa, 40 anos depois, quando observou a modificação de seu projeto original. Burle Marx não previu a dinâmica da cidade que seguiu outro caminho, o aumento do tráfego de veículos a partir de 1970 fez com que a Lagoa viesse a se tornar uma rota de tráfego, e isso suscitou as modificações ocorridas (PAULINO, 2010).

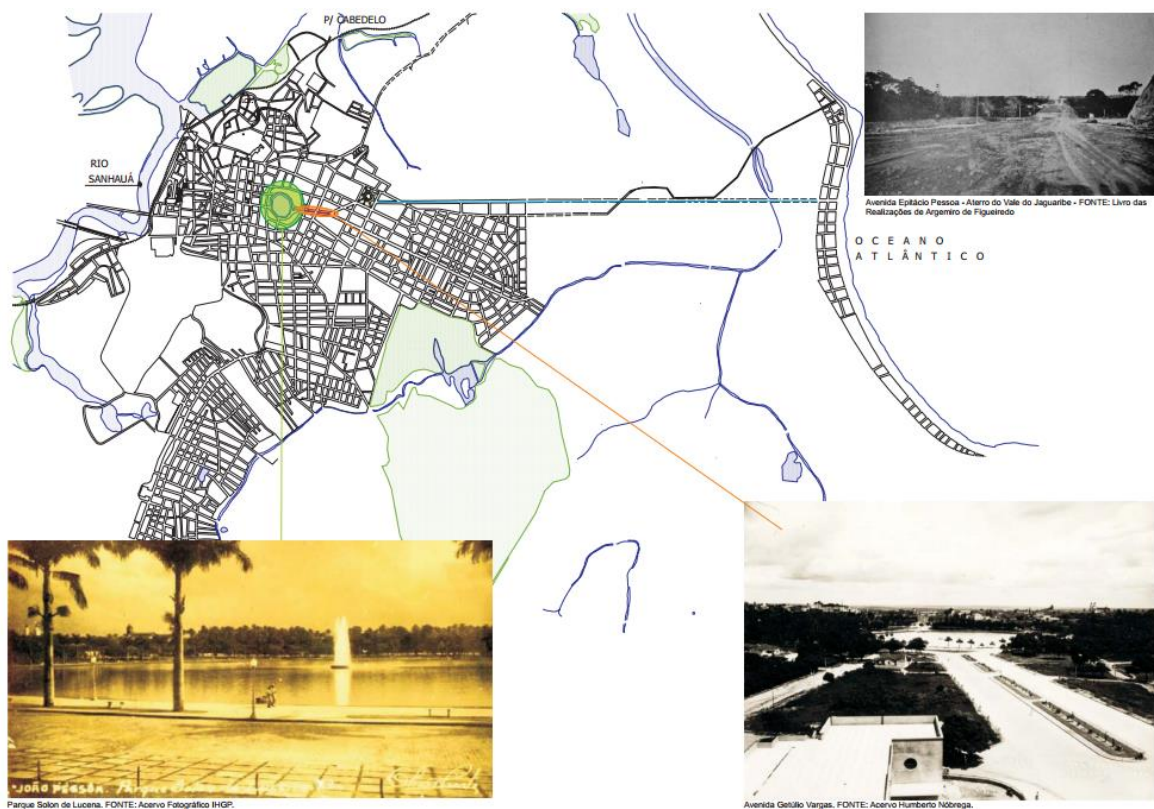


Figura 10. Mapa e fotografias de João Pessoa em 1940. No alto a Av. Epitácio Pessoa, à esquerda o Parque Sólon de Lucena, à direita a *Parkway* da Lagoa. Fonte: Almeida, 2006.

A ligação entre a cidade e a praia proporcionou a descentralização e a ativação de novos fluxos de viagens. Todos estes fatores fizeram com que a cidade de João Pessoa tivesse dois períodos e ocupações distintas no que se refere à localização das residências de pessoas com o maior poder aquisitivo da cidade. As quais, gradativamente após a década de 1970, passaram a fixar residência nos bairros localizados próximos à praia.



Figura 11. *Parkway* da Lagoa, década de 1950.
A atual Avenida Getúlio Vargas já com os serviços de ajardinamento e urbanização implantados.
Fonte: Sukert.

A partir da década de 1970, o tráfego foi se tornando cada vez mais intenso, em razão do parque ser atravessado por avenidas que faziam a ligação do centro da cidade com demais áreas, e o espelho d'água foi ficando a cada momento menos acessível à população. O que acabou por se tornar estigmatizado e evitado, fosse pela dificuldade de acesso ou pelas situações de afogamento por acidentes ou suicídio que passaram a também fazer parte da memória do lugar (PAULINO, 2010). Em 26 de agosto de 1980 o Parque Sólon de Lucena, foi tombada pelo Decreto Estadual de nº 8.653, e passou a ser uma área de proteção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP.

Em 1993, no governo do prefeito Francisco Xavier Monteiro da Franca, foram feitas a padronização das barracas dos ambulantes, as quais foram ordenadas e distribuídas na calçada próximas às paradas de ônibus, também a construção das ilhas de quiosques para acomodar lanchonetes, bem como canteiros, calçadas e jardins (PAULINO, 2010).



Figura 12. Recente vista aérea da cidade de João Pessoa
Fonte: Imagem de satélite, Google, editado pela autora, 2017.

Na gestão do prefeito Cícero Lucena, a partir de 1997, foram realizados serviços de reparo, dragagem de esgotos e limpeza, a fim de diminuir os problemas de alagamentos da área, nos períodos chuvosos. Em 2009, no governo do prefeito Ricardo Coutinho, foi inaugurada uma obra artística o “Monumento a Pedra do Reino”, que permanece no local, do artista plástico Miguel dos Santos, em homenagem ao escritor paraibano Ariano Suassuna e à cultura nordestina, também foi realizada a elevação do nível da calçada (PAULINO, 2010).

A cidade cresceu e ainda cresce também para o sul com novos bairros e conjuntos habitacionais (Figura 12). As novas linhas de transporte público, o crescimento populacional e a popularização do uso dos automóveis particulares impulsionaram o espraiamento da cidade. Entretanto essa expansão urbana aliada à grande especulação imobiliária fez com que apenas as mais altas camadas da sociedade residissem nas proximidades da Avenida Epitácio Pessoa e nos bairros da orla marítima, notadamente Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa. Cabendo às camadas mais populares habitações em áreas gradativamente mais distantes das novas centralidades. Atualmente percebe-se a gradativa migração dessas classes altas para grandes condomínios de luxo nos bairros do Altiplano e Portal do Sol.

2.2 O contexto do projeto de Revitalização e Modernização de 2014

Em 2014, na gestão do prefeito Luciano Cartaxo, a Prefeitura Municipal de João Pessoa – PMJP iniciou a implantação do projeto denominado “Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena” de autoria do arquiteto e urbanista paraibano Marcos Santana, o qual já havia realizado dois projetos de urbanização de áreas turísticas no Estado da Paraíba, o projeto da Praia do Jacaré – Cabedelo/PB (2004) e do Parque Arruda Câmara – João Pessoa/PB (2008).

O Parque Sólon de Lucena encontrava-se então em estado precário de conservação e ambiência. Não era raro as águas das chuvas fazerem transbordar a Lagoa nos períodos chuvosos e o trânsito intenso e caótico congestionar o fluxo de carros e ônibus no anel central (Figuras 13 e 14).



Figura 13. Problemas urbanos no Parque Sólon de Lucena antes do projeto de requalificação. Lagoa alagada em período de chuva, 2013.
Fonte: Walter Papparazzo, Site: G1.



Figura 14. Problemas urbanos no Parque Sólon de Lucena antes do projeto de requalificação. Trânsito caótico no anel interno da Lagoa, 2008.
Fonte: Blog Máquinas V8

No entanto, contrariando a expectativa quanto à realização de um concurso público de projetos, a Prefeitura Municipal de João Pessoa, assumiu a realização do projeto.

Grandes debates foram travados sobre a publicização de projetos públicos de grande porte, com realização de concursos públicos de arquitetura e urbanismo para tais fins. Dentre diversas entidades na Paraíba envolvidas na contestação estava o Instituto dos Arquitetos do Brasil, Departamento da Paraíba – IAB.PB. O qual, em 1 de julho de 2014, manifestou-se em carta aberta (ANEXO 1), em virtude de a PMJP declarar que o projeto seria de sua autoria (de seu quadro funcional), e não ter realizado concurso público, pois já atendia à demanda da população:

“A Secretaria de Planejamento fez um grande esforço para elaborar um projeto criterioso, que atendesse às exigências de conservação do Patrimônio, mas, ao mesmo tempo, conseguisse desenvolver uma nova ideia de parque, apto para receber as famílias e virar um espaço de lazer e prática esportiva”, destacou o prefeito Luciano Cartaxo (Trecho de notícia, site PMJP, 06/03/2015).

A mesma conduta seguiu o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba – PPGAU UFPB, “O PPGAU manifesta apoio à carta aberta do IAB-PB do dia 1 de julho de 2014, reforçando a evidente necessidade de se realizar concursos públicos de projeto nacionais para projetos desse porte. ” (PPGAU, 2015). O programa sediou uma apresentação em um mesmo momento deste projeto e do Parque Sanhauá, entendendo que ambos são de relevância para a cidade.

Na sexta-feira dia 22 de maio o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) promoveu uma apresentação e um debate a respeito dos projetos para os parques Sólon de Lucena e Sanhauá, projetos até então completamente desconhecidos. O evento contou com a presença de representantes da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMPJ) e do arquiteto Marcos Santana. No público havia representantes de movimentos sociais ligados às comunidades urbanas ribeirinhas do rio Sanhauá – diretamente afetadas com os projetos para a área, – professores de diferentes cursos da UFPB, alunos de graduação e pós-graduação da

própria universidade e de outros centros universitários locais. A apresentação e o debate que se seguiu levantaram o véu de segredo que cobria dois dos vários planos e projetos de impacto para a cidade que estão sendo desenvolvidos pela PMJP. A oportunidade colocou em evidência uma série de aspectos preocupantes, sobre os quais o PPGAU, por meio de seu colegiado, decidiu se manifestar (PPGAU/UFPB, 15/06/2015).

Entendendo que “a universidade pública e federal pode, por meio de procedimentos técnicos, mediar a aproximação dos técnicos da prefeitura dos anseios da sociedade”, o resultado do evento foi publicado em Carta Aberta divulgada na internet (CARTA ABERTA DO PPGAU, 2015 – ANEXO 2).

O projeto seguiu sendo executado apesar dos questionamentos e causou efervescência na sociedade, uma vez que os tapumes da obra não deixavam entrever a execução do projeto e, por outro lado, a publicidade oficial (Figuras 15 e 16) se articulava para aumentar ainda mais a expectativa em torno do projeto.



Figura 15. Publicidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa nas redes sociais. Anuncia, mas não mostra imagens do “novo parque” aumentando a expectativa. Fonte: Site Vitruvius.



Figura 16. Publicidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa nas redes sociais. Afirma que haverá ganhos sem revelar quais e ressalta a importância da obra aumentando a expectativa da população.
Fonte: Site Vitruvius.

Conforme já foi mencionado, a área da Lagoa é de proteção do IPHAEP, em matéria divulgada pela grande mídia o projeto teria passado por consulta a este órgão e sido aprovado por unanimidade (ANEXO 3).

O projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) para a revitalização do Parque Sólon de Lucena foi aprovado por unanimidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba (Iphaep). A decisão, informada oficialmente na noite da quarta-feira (4), possibilita o início de uma nova etapa da obra, que inclui a urbanização e o paisagismo do novo parque (Trecho de notícia, site: PMJP, 06/03/2015).

No entanto, na Internet circularam informações e imagens que exibiam dois projetos distintos para a área, inclusive no site da PMJP. Tais contradições deixaram as

pessoas em “suspense” sobre o que seria efetivamente realizado (ANEXO 4). O site da PMJP divulgou em 10/07/2014 que:

No local será construído um píer às margens da lagoa, um mirante para exercício e contemplação da natureza, área para apresentações artísticas, teatro de arena e área infantil. Após essa fase terá a construção de uma área para o comércio de artesanato e quiosques de alimentação. Além disso, o projeto terá ainda a construção de uma área com quadra poliesportiva, vôlei de praia, pista de *cooper*, pista de *skate*, ciclovia, local para aluguel de bicicletas e esporte náuticos, como pedalinho, caiaques, canoagem e ainda o reflorestamento do Parque. Tudo isso com iluminação e segurança de alto padrão. O investimento total é de R\$ 40 milhões. (Trecho de notícia, site: PMJP, 10/07/2014).

Essas informações vinham acompanhadas de imagens de um projeto (Figuras 17 e 18) muito diferente do que foi executado. Tais imagens foram amplamente divulgadas em diversos sites, o que acabou aumentando a ansiedade e, posteriormente, a frustração da população.



Figura 17. Imagem de um projeto para a Lagoa (diferente do que foi implantado).
Fonte: Site da PMJP, 2014.



Figura 18. Imagem de um projeto para a Lagoa (diferente do que foi implantado)
Fonte: Site da PMJP, 2014.

Finalmente no dia 12 de junho de 2016 a obra foi entregue, mas nem assim a polêmica acabou. Diversos *memes* (Figura 19) circularam na internet com críticas à realidade *versus* a expectativa da população. O *site* *agorapb*, afirmava que uma imagem comparativa do projeto, inicialmente veiculado, com a foto da obra entregue, postada por uma página de humor de João Pessoa, já havia sido compartilhada mais de 1.400 vezes (ANEXO 5).

Em resposta às alterações do projeto, a PMJP respondeu que elas foram necessárias, para que o projeto fosse aprovado pelo IPHAEP (ANEXO 6).

Depois do prefeito Luciano Cartaxo ter admitido mudanças no projeto inicial de reforma da Lagoa, durante a inauguração do local, neste domingo (12), a secretária de Planejamento da Prefeitura de João Pessoa, Daniella Almeida, explicou que as alterações ocorreram para atender uma exigência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), que levou em consideração o tombamento da área pelo órgão, desde a década de 1980. Entre as diferenças estão a estrutura do *pier* e dos bicicletários, além da área destinada à circulação de BRTs. “Após o projeto ter sido apresentado ao Conselho do Iphaep foi decidido que ele não poderia ser executado naquele formato levando em consideração o tombamento da área, então foram realizadas as alterações”, garantiu Daniella. Esta semana, as imagens da primeira maquete da PMJP (foto) ganharam as redes sociais em tom de crítica pelas mudanças no espaço entregue pela gestão (Trecho de notícia, site Blog do Gordinho, 13/06/2016).



Figura 19. *Print de meme* sobre o projeto da Lagoa.

A frustração face a realidade do projeto *versus* a expectativa gerada, foi muito perceptível entre as pessoas, muitas das quais se expressaram nas redes sociais.

Fonte: Site Agorapb, 2016.

Por sua vez, de acordo com o site *agorapb*, o IPHAEP respondeu que apenas um projeto foi apresentado. A PMJP, mostrou um documento do IPHAEP, “o parecer, datado de 11 de maio de 2015, cita 10 recomendações ao projeto apresentado pela Prefeitura de João Pessoa. Nele, são sugeridas adequações como a tonalidade, a preservação da fauna e da flora, entre outros pontos”. Independente da polêmica gerada, na época da divulgada aprovação pelo IPHAEP, o projeto já estava em fase de implantação e amplamente divulgado na cidade, a necessidade de adequação também não foi informada ou divulgada para a população. Tudo leva a crer que o projeto foi iniciado sem ter sido devidamente aprovado pelos órgãos reguladores. Denúncias sobre ilegalidades, desvio de verbas e corrupção foram feitas e tramitam na justiça. Após mais de um ano depois do projeto ter sido entregue, a PMJP continua investindo na animação, publicidade e manutenção do parque.



Figura 20. Publicidade oficial da PMJP para a Lagoa divulgada pelas redes sociais. A divulgação é pautada em atividades projetadas para o local que não faziam parte anteriormente, tais como prática de esporte.
Fonte: Facebook da PMJP, 2016.



Figura 21. Publicidade oficial da PMJP para a Lagoa, divulgada pelas redes sociais. A divulgação é pautada em atividades projetadas para o local que não faziam parte anteriormente, tais como recreação infantil.
Fonte: Facebook da PMJP, 2016.

2.3 Análise do entorno do Parque Sólon de Lucena em 2017

Para uma melhor compreensão do contexto urbano no qual o Parque Sólon de Lucena está inserido, foi trazido para esta pesquisa a análise de seu entorno imediato. Conforme já foi colocado, o centro da cidade de João Pessoa, em especial o Parque Sólon de Lucena desde a sua inauguração em 1939, funciona como ponto de articulação entre áreas da cidade mesmo com as novas centralidades, surgidas após a abertura da avenida Epitácio pessoa. Embora o entorno da Lagoa tenha perdido, em grande maneira, seu caráter residencial, também foram se consolidando outros usos, havendo gradativamente a substituição ou mudança de uso de edifícios residenciais por comerciais ou institucionais.

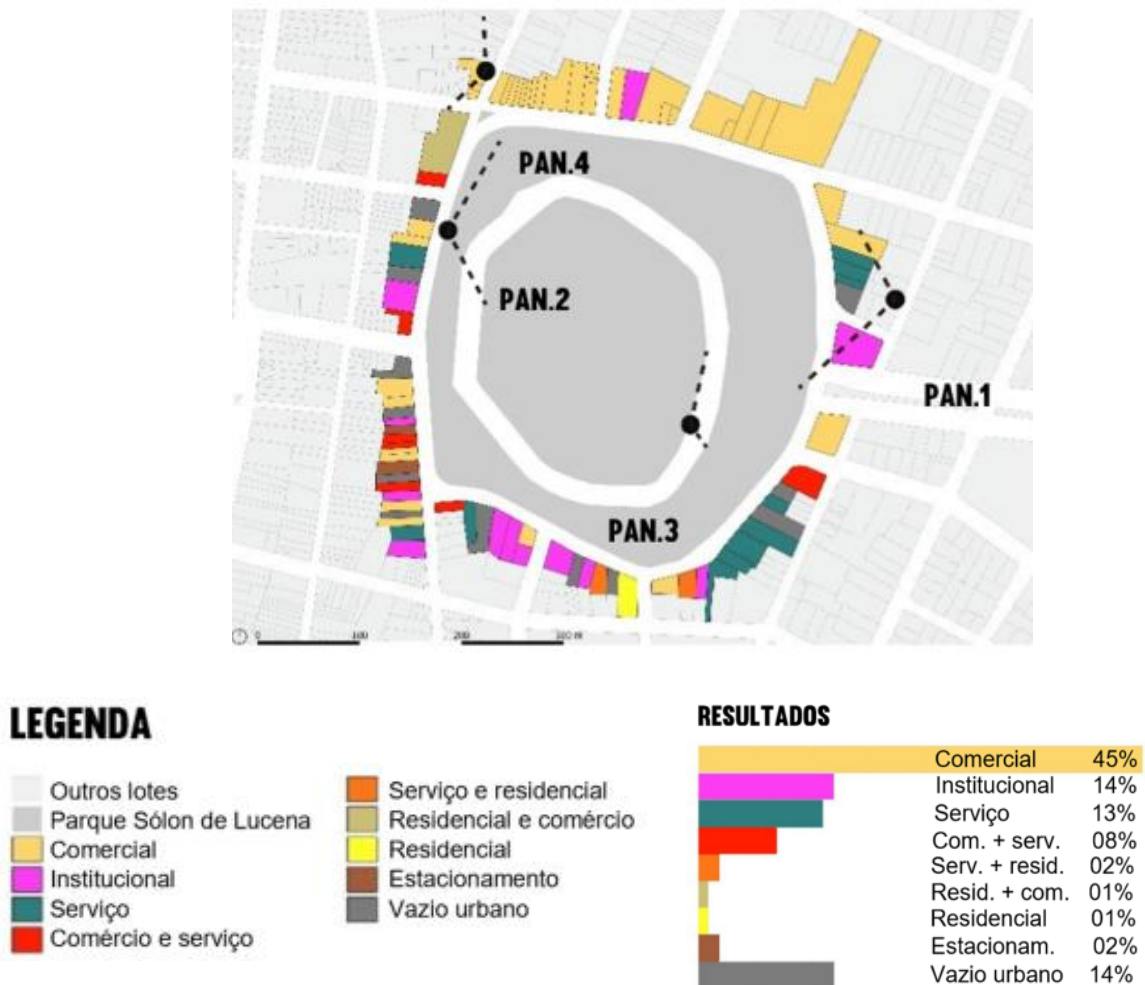


Figura 22. Mapa do uso do solo no entorno da Lagoa
Fonte: Sousa & Santos, 2017.

Analisando o mapa de uso do solo (Figura 22), há uma predominância do uso comercial sobre os demais bem como praticamente uma setorização das atividades de comércio (formal e informal) no lado Norte (Figura 23) do parque. No lado sul estão localizadas, com mais expressividade, as atividades de serviços e institucionais e, nos lados leste e oeste existe uma variedade de usos.



Figura 23. Atividades de comércio formal e informal no lado Norte da Lagoa, 2017. Apesar do grande espaço disponível, devido à proibição de comercialização no parque, os camelôs ficam concentrados na calçada oposta à Lagoa. Fonte: Autora.

O Parque Sólon de Lucena é um espaço de grande vitalidade na cidade. Das 101 linhas de ônibus que circulam em João Pessoa 75 têm parada no parque. A presença de residências, ou outras edificações de atividade ininterrupta contribui positivamente para a vitalidade dos espaços urbanos e também para a sua segurança (JACOBS, 1961). Quando existe uma hora determinada para que as atividades em uma localidade se encerrem, certamente o movimento a partir desse momento diminui e a insegurança aumenta. No caso do Parque Sólon de Lucena, por volta das 18h grande parte do comércio, serviços e edifícios institucionais encerram o expediente diário. No entanto, o parque passa a ser usado pelas pessoas que procuram os serviços de lazer e prática esportiva.

As lanchonetes, por determinação da administração do parque, encerram seu funcionamento às 22h. Bem como, o próprio setor de administração e eventos. A partir dessa hora cabe à guarda municipal e à polícia militar zelarem pelo local, uma vez que já não estão de plantões os fiscais ou agentes de cidadania, como são chamados. Os funcionários do Parque Sólon de Lucena revezam-se em turnos que vão as 7h da manhã até as 22h, sendo que em forma de plantões, todos os dias existem pessoas ligadas à Lagoa, trabalhando.

O mapa do uso do solo (Figura 22) demonstra que no entorno imediato do Parque Sólon de Lucena, as atividades residenciais equivalem a apenas 4% da área ocupada por lotes no entorno, mesmo assim as atividades de uso misto combinando serviços e comércio com residências correspondem a $\frac{3}{4}$ do uso residencial. É importante ressaltar que nas proximidades da Lagoa, na avenida Getúlio Vargas, existem dois edifícios residenciais, que podem contribuir para fornecer “residentes” na utilização do parque, são eles os edifícios Caricé e o Santa Rita (*cf. infra*, Figuras 24 e 25).

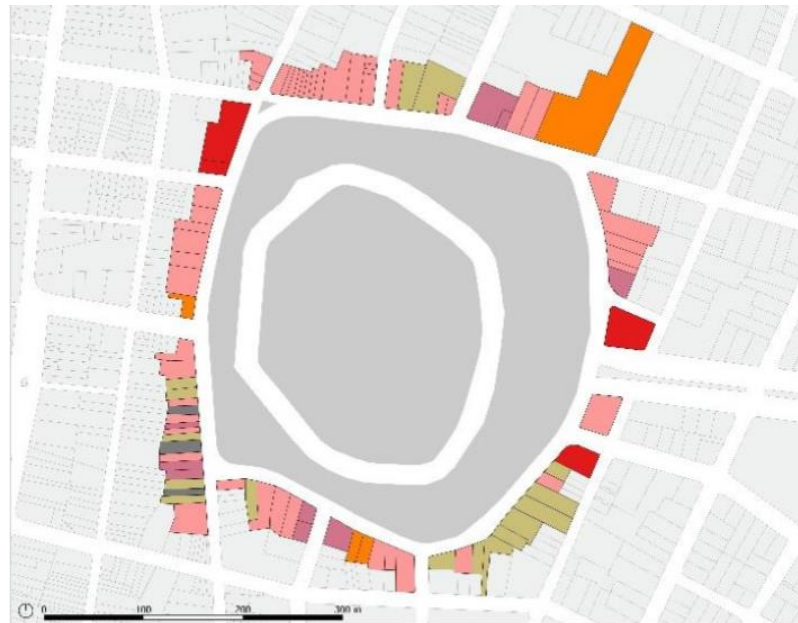


Figura 24. Edf. Caricé, 2017
Fonte: Autora



Figura 25. Edf. Sta Rita, 2017
Fonte: Autora

Este padrão de verticalização, não é muito observado no entorno da Lagoa. Sendo predominantes as edificações de dois pavimentos, sendo térreo + 1 Pav, correspondentes a 59% da área do entorno (Figura 26).



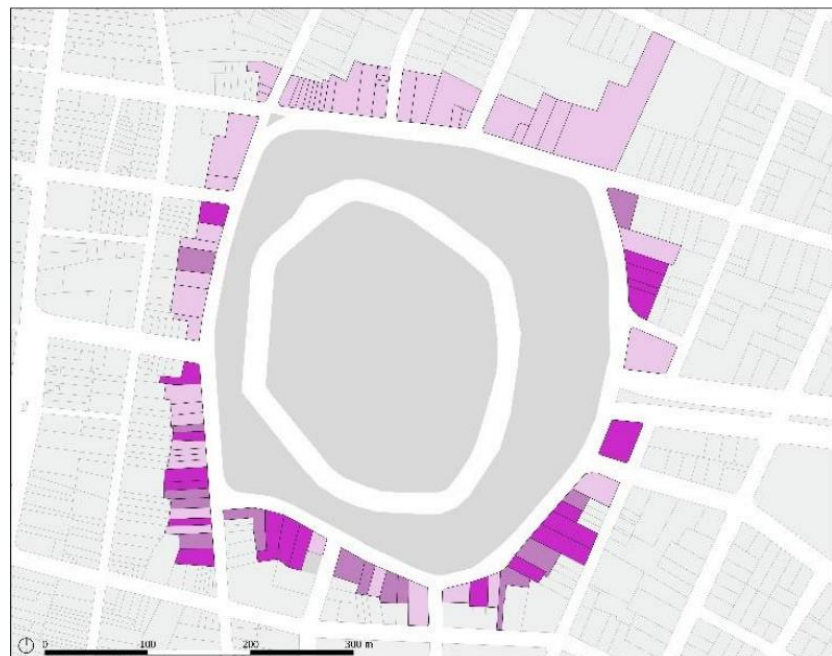
LEGENDA	RESULTADOS
Outros Lotes	
Vazio urbano	
Térreo	Térreo 18%
Térreo + 1 Pav	Térreo + 1PAV. 59%
Térreo + 2 Pav	Térreo + 2PAV. 10%
Térreo + 3 Pav	Térreo + 3PAV. 05%
Térreo + 4 Pav/mais	Térreo + 4PAV. 05%
	Vazio urbano 03%

Figura 26. Mapa de gabarito no entorno da Lagoa
 Fonte: Sousa & Santos, 2017

Se por um lado ter 77%, térreas ou com dois pavimentos, poderiam contribuir para diminuir a visibilidade do parque pelos seus vizinhos, por outro lado, a predominância do uso comercial e suas grandes vitrines ajudam na segurança, no quesito visibilidade, conforme preconiza (Jacobs, 1961).

Uma rua com infraestrutura para receber desconhecidos e ter a segurança como um trunfo devido à presença deles – como as ruas dos bairros prósperos – precisa ter três características principais: Primeira, deve ser nítida a separação entre o espaço público e o espaço privado. O espaço público e o privado não podem misturar-se, como normalmente ocorre em subúrbios ou em conjuntos habitacionais. Segunda, devem existir olhos para a rua, os olhos daqueles que podemos chamar de proprietários

naturais da rua. Os edifícios de uma rua preparada para receber estranhos e garantir a segurança tanto deles quanto dos moradores devem estar voltados para a rua. Eles não podem estar com os fundos ou um lado morto para a rua e deixá-la cega. E terceira, a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas. Ninguém gosta de ficar na soleira de uma casa ou na janela olhando uma rua vazia. Quase ninguém faz isso. Há muita gente que gosta de entreter-se, de quando em quando, olhando o movimento da rua (JACOBS, 1961, p. 34).



LEGENDA

	Outros lotes
	Parque Sólon de Lucena
	Opaco
	Semiopaco
	Transparente

RESULTADOS

	Opaco	23%
	Semiopaco	18%
	Transparente	59%

Figura 27. Mapa de permeabilidade das fachadas dos edifícios no perímetro do Parque Sólon de Lucena.

Fonte: Sousa & Santos, 2017

De acordo com o mapa de permeabilidade da Lagoa (Figura 26), 59% das fachadas são transparentes e 18% são semiopacas. Isso demonstra que 77% das construções do entorno do Parque respeitam uma relação de permeabilidade visual com o mesmo.

É importante destacar que a predominância de fachadas transparentes se dá exatamente no lado norte, seguido pelo lado oeste, o qual já havia sido apontado como o local de maior circulação de pessoas antes da requalificação.

Na parte Norte e Oeste é onde se concentra maior movimentação de transeuntes, devido à localização da maioria das lojas e do maior número de ponto de parada de ônibus, situados no seu Anel Interno (...). Em comparação com a parte Leste-Norte-Oeste, vemos então que a parte Oeste-Sul-Leste é pelo pouco movimento que se tem, o local escolhido como refúgio para usuários de drogas, meninos de rua, pedintes e moradores de rua. Ainda há aqueles que se aventuram por estes lados para encontros amorosos ao anoitecer, apesar do perigo do lugar sem movimento. De maneira distribuída, principalmente à noite podem-se perceber pessoas “fazendo ponto” para prostituição (PAULINO, 2010, p. 11 e 13).

Com a atual requalificação espera-se que, no que tange a permeabilidade, a distinção entre os lados do parque vá gradativamente sendo equiparada, uma vez que o tratamento dado ao parque está aparentemente equilibrado.

2.4 O projeto de Revitalização e Modernização do Parque Sólon de Lucena 2016

O projeto de revitalização e modernização do Parque Sólon de Lucena da PMJP, concluído pela construtora JGA, foi iniciado em agosto de 2014 e entregue em 12 de junho de 2016. A reforma foi de grande impacto local. Todo o trânsito de veículos passou a acontecer na área exterior ao parque, o anel interno foi fechado e o tráfego desviado para o anel externo (Figuras 28 e 29).



Figura 28. Vista aérea do Parque Sólon de Lucena em 2008. Observa-se a mudança do trânsito com a retirada do anel interno. Fonte: Imagem de satélite editada por Paulino, 2010.

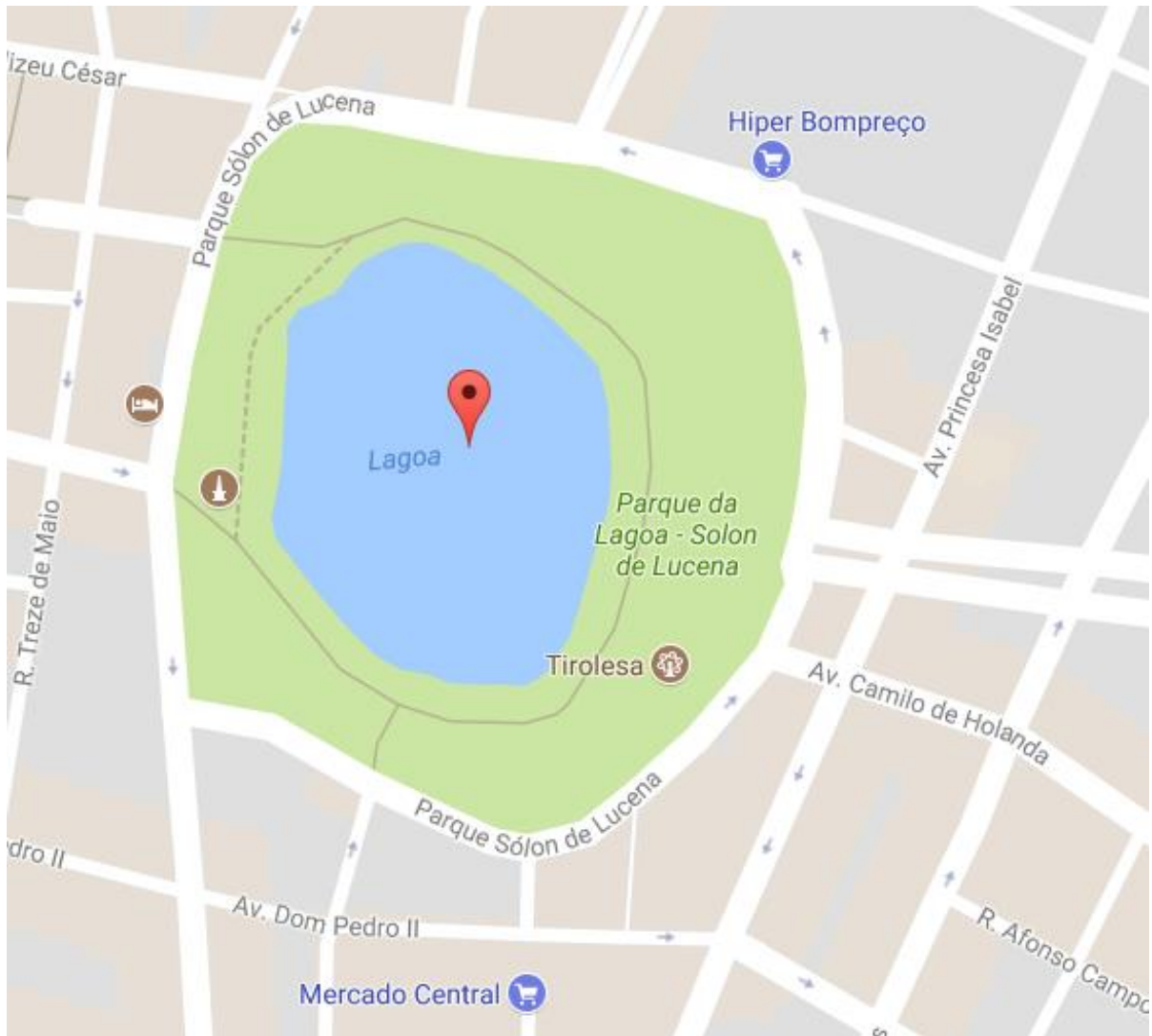


Figura 29. Mapa da área do Parque Sólón de Lucena, já com a alteração viária.
 Fonte: Site *Google Maps*, 2017.

Na reforma todos os equipamentos, desde lanchonetes, sanitários e pavimentação foram refeitos. Assim como foram instalados equipamentos de prática desportiva, parques infantis e novo projeto paisagístico. Atualmente, o parque conta com sete ilhas, cada uma com duas lanchonetes, áreas para mesas e banheiros, além de 12 praças, ciclovia, pista de *cooper*, pista de *skate*, parede de escalada, *deck* e postos policiais para a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar (Figuras 30, 31 e 32).



Figura 30. Maquete eletrônica do Projeto, vista geral.

Observa-se os novos passeios.

Fonte: PMJP, cedido pela Construtora JGA.



Figura 31. Maquete eletrônica do Projeto, vista geral.

Observa-se os novos passeios e alguns dos equipamentos recém implantados.

Fonte: PMJP, cedido pela Construtora JGA.



Figura 32. Maquete eletrônica do Projeto.
Observa-se o modelo de ilha de lanchonetes
Fonte: PMJP, cedido pela Construtora JGA

A Lagoa passou a poder oferecer uma grande variedade de usos que até então não eram possíveis, tais como prática de atividade física e recreação infantil. Por outro lado, ficou proibida a venda de bebidas alcoólicas e cigarros nas lanchonetes locais, assim como a permanência de vendedores ambulantes e moradores de rua, entre outras ações de controle do espaço.

As mudanças propostas ainda estão em fase de experimentação pelos usuários e são alvo de acaloradas discussões entre grupos distintos, o que reforça a tese de que além de ser um local tradicional na cidade, a Lagoa possui profundo significado e importância para a população sendo, atualmente, um ponto de grande destaque da mídia oficial no que tange à Prefeitura Municipal de João Pessoa. Para entender as dinâmicas de uso, apropriação, práticas sociais e regulação do espaço do parque Sólon de Lucena foi necessário realizar a pesquisa *in loco*, objeto e objetivo fim desse trabalho.

3. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CONTEMPORÂNEO

3.1 A cidade como local de vivência

Estamos vivendo em um período no qual praticamente todas as pessoas do planeta vivem em situação urbana ou sob influência de relações de troca/comércio/consumo/serviços de cidades. De acordo com dados do IBGE (2010) e UNESCO (2014), a cidade é lugar de habitat e interações de cerca de 84%³ da população brasileira e 54%⁴ da mundial. Nesse contexto, podemos entender que, no Brasil e em grande parte do mundo, nos espaços públicos urbanos se desenrolam as grandes dinâmicas sociais, culturais ou econômicas, que caracterizam as sociedades.

As cidades mudam na mesma medida e proporção com que mudam as sociedades, modificando-se ao mesmo tempo em que as culturas evoluem. Sejam as mudanças tecnológicas, mercadológicas ou sociais, todas são refletidas nas cidades. A cidade com todos os seus elementos expressa a cultura de um povo de forma visível, palpável. Sendo, nesse contexto, que a cultura é uma “teia de significados” que o homem tece ao mesmo tempo em que fica amarrado a ela (GEERTZ, 2011), e a cidade é uma construção concreta que o povo faz para si a partir de questões simbólicas e técnicas que são constantemente modificadas.

Os edifícios, ruas, praças, logradouros e recantos da cidade estão impregnados da história de tudo o que lá tenha acontecido e fazem parte da memória da população. O vínculo da população com seus costumes, história e raízes, passa, sem dúvida, pela valorização que esta mesma população dá ao conjunto edificado ou não, de seu ambiente.

³ Porcentagem da população brasileira que vive em situação urbana, de acordo com o último Censo Demográfico realizado em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Fonte: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>, acesso em 18/06/2016.

⁴ Porcentagem da população mundial que vive em áreas urbanas, de acordo com o a edição de 2014 do relatório “Perspectivas da Urbanização Mundial” (*World Urbanization Prospects*) produzido pela Divisão das Nações Unidas para a População do Departamento dos Assuntos Econômicos e Sociais (DESA). Fonte: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundial-cada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>, acesso em 18/06/2016.

Biase (2006), em seu trabalho sobre a *Ruse Urbana*⁵, demonstra que para os cidadãos não se mora apenas na casa e sim na cidade, e vai além quando afirma que “a rua é o bairro. A rua é o espaço do deslocamento, mas também o espaço onde se pode ficar, olhar, flunar, matar tempo, paquerar, se apaixonar, se separar...” (BIASE, 2006, p. 113).

No caso objeto deste estudo, o local de moradia, a casa de todos os cidadãos é a cidade, com seus símbolos e signos. A cidade pode ser a casa coletiva. Assim como não existe casa perfeita, também não existe cidade perfeita. Existem cidades reais, habitadas por pessoas reais, que vivem suas experiências diárias nos espaços criados e recriados por elas mesmas dentro do que as cidades oferecem.

O espaço humano, o de nossa existência, vai além dos limites do objeto moderno. É uma estratificação geológico-cultural que deixa ao homem a liberdade de inventar a cada dia seu espaço e de gravá-lo até o infinito. As pessoas habitam o espaço público, mesmo que ele seja cada vez mais concebido para não separar, elas vão além de qualquer obstáculo espacial que impeça qualquer apropriação, para construir uma poética lá onde sequer nasceria uma figueira (BIASE, 2006, p. 113).

3.2 O local das interações

O espaço público urbano é o palco das interações impostas pela vida cotidiana, os quais ora afastam e ora aproximam as pessoas por uma série de fatores. O espaço livre público é o verdadeiro palco de todos os acontecimentos comuns de uma sociedade. É na praça, na rua, no largo, na orla e em outros ambientes que não são de propriedade privada e nem exigem condutas específicas, como espaços públicos fechados, como repartições públicas, por exemplo, que as pessoas podem viver a

⁵ As reflexões de Alessia de Biase sobre a *Ruse Urbana* surgiram a partir de uma pesquisa patrocinada pela *Direction des Affaires Culturelles de la Mairie de Paris*, em 2003. “*Ruse urbana: uma forma peculiar de se apropriar, conhecer e circular por determinados espaços urbanos, mistura de astúcia e experiência (N.T.)*.”

cidade. O espaço livre público urbano é o verdadeiro “coração” das cidades, é lá onde pulsa, ou deveria pulsar a vida, a diversidade e a complexidade das cidades.

Nos espaços públicos urbanos a própria sociedade se revela, ou se reflete. As dinâmicas das sociedades estão “escritas” no espaço urbano, assim se mostram também os seus problemas e conflitos, os quais aparecem estampados na própria cidade. Segundo Lefebvre as práticas sociais estão inscritas no espaço das cidades. Lá elas podem ser percebidas, lá elas acontecem. A sociedade reproduz suas relações (sociais) de produção e consumo no espaço físico das cidades. Dessa maneira, as práticas sociais podem ser visualizadas, mapeadas e estudadas em complexidade “lendo-se” esse espaço, pois estão “escritas” nele. O espaço urbano se mostra como uma representação de suas relações de trabalho, produção e consumo, com suas nuances e seus desdobramentos: espaços para trabalho, lazer, consumo, educação. Espaços, cujo caráter essencial é conter uma dialética à primeira vista paradoxal, mas que revela em um olhar mais detido as formas de convivência, dominação e poder que a própria sociedade fabrica de si e para si a partir de suas divisões (LEFEBVRE, 2008).

Diversos são os atores que traduzem as cidades como retratos das sociedades. Mas entendendo que atualmente o modelo de sociedade de países capitalistas, descrita por Lefebvre, é composta por grupos heterogêneos, mas que procuram se agrupar em blocos homogêneos ou “de semelhantes”, deve-se destacar as ações do poder público nos espaços públicos, pois, em muitos casos, ao invés de proporcionar interação entre grupos distintos socialmente, com suas estratégias de tratamento dos espaços coletivos e seus projetos urbanísticos, acabam gerando/ampliando a segregação socioespacial, com processos de homogeneização, assepsia e espetacularização. Falamos de espetacularização no sentido de Debord (2003) que considera ser a espetacularização uma forma de atribuir valor de troca/consumo capitalista perpassando as relações sociais, a produção dos espaços e diversos outros aspectos fundamentais das relações sociais e da vida urbana em especial. Contribuindo para usos e apropriações dos espaços públicos, dos locais de maior interesse, pelo mercado financeiro, alvo da crescente especulação imobiliária e promoção, pelo poder público, de uma imagem de cidade competitiva no turismo.

Assim, a forma como são projetados e produzidos os espaços públicos, em especial os equipamentos urbanos, possibilidades de conexões, trocas e atos simples de trafegar e deslocar-se no espaço urbano, e as ações que fazem parte do cotidiano das pessoas, imprimem na cidade ritmo, ordem ou desordem, fluxos e hábitos que modificam tanto o espaço urbano quanto a vida dos habitantes.

3.3 O urbanismo enquanto instrumento

Nesse contexto, qual seria o papel do urbanismo enquanto instrumento da produção e da promoção do espaço? O urbanismo seria uma superestrutura da sociedade capitalista de consumo dirigido. Ele aparece ordenando um setor que sob um olhar descuidado pareceria livre, disponível e aberto: o espaço habitado. Neste sentido, Jacobs (2011) aponta:

Especificamente no caso do planejamento urbano, é óbvio que uma grande quantidade de pessoas sérias e sinceras se preocupa profundamente com construção e renovação. Apesar de alguma corrupção e da considerável cobiça pela vinha do próximo, as intenções em meio às trapalhadas são, no cômputo geral, exemplares. Planejadores, arquitetos do desenho urbano e aqueles que os seguem em suas crenças não desprezam conscientemente a importância de conhecer o funcionamento das coisas. Ao contrário, esforçaram-se muito para aprender o que os santos e os sábios do urbanismo moderno ortodoxo disseram a respeito de como as cidades deveriam funcionar e o que deveria ser bom para o povo e os negócios dentro delas. Eles se aferram a isso com tal devoção, que, quando uma realidade contraditória se interpõe, ameaçando destruir o aprendizado adquirido a duras penas, eles colocam a realidade de lado (JACOBS, 2011, p. 17).

Este “deixar de lado”, ou em outras palavras, desconsiderar é o grande responsável pelos processos perversos que se entranham e se escondem nos belos discursos e práticas de urbanismo. O urbanismo, em grande escala, opera nesse espaço

distinguindo-o de suas relações sociais e inserindo-o em uma outra lógica, a do mercado, a do capital. “O urbanismo aparece, assim, como o veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa da qual o espaço, ilusoriamente neutro e não-político, constitui o objeto (objetivo)” (LEFEBVRE, 2008a, p. 150).

Desse modo, o urbanismo implica uma crítica radical. O que ele mascara? A situação. O que encobre? Operações. O que bloqueia? Um horizonte, uma via, a do conhecimento e da prática urbanos. Ele acompanha um declínio, o da Cidade espontânea e da Cidade histórica. Ele implica a intervenção de um poder mais que a de um conhecimento. Se alcança uma coerência e impõe uma lógica, trata-se da coerência e da lógica do Estado, ou seja, do vazio. O Estado só sabe separar, dispersar, abrir amplos vazios – as praças, as avenidas – à sua imagem, a da força e da coação (LEFEBVRE, 2008, p. 147).

A crítica tecida, segundo Lefebvre, é de esquerda (pela esquerda), na qual não se deseja atacar ou desconstruir o urbanismo, uma vez que se entende que sem ele estaria o caminho livre para os promotores capitalistas do setor imobiliário. Mas a intenção é revelar como essa arte, ciência ou sistema se enxerga, como opera, quais a sua lógica ou propósito e nas mãos de quem se torna instrumento. O urbanismo, para si próprio, aparece com um caráter unitário que acolhe ao mesmo tempo: técnica, conhecimento, arte e ciência. De acordo com o autor, aí reside a ilusão, uma vez que o mesmo aponta diversos urbanismos a saber: o dos humanistas, o dos promotores imobiliários, o do Estado, o dos tecnocratas.

Os primeiros propõem utopias abstratas; os segundos vendem urbanismo, ou seja, felicidade, “estilo de vida”, “status”; quanto aos últimos, sua atividade, assim como a do Estado, dissocia-se em vontade e representação, em instituições e ideologias. As pressões simultaneamente exercidas pelos dois aspectos do urbanismo estatista em nada lhe conferem o caráter unitário e a organização coerente que ele próprio se atribui. Poder-se-á objetar: “sem os urbanistas seria o caos” Ora, exatamente, é o caos, sob uma ordem imposta (LEFEBVRE, 2008, p. 137).

A única vantagem do urbanismo seria a possibilidade de os urbanistas enxergarem com relativa facilidade os problemas e urgências relacionadas a espaço, tempo,

lugares e elementos naturais. Entretanto avisa que embora seja uma ilusão, e devendo ser “denunciada” da mesma maneira, isso nada teria de depreciativo.

Essa abordagem aparece de maneira menos agressiva no capítulo Espaço, do livro Espaço e Política, tratado a seguir. O autor afirma que o urbanismo se considera um sistema, uma filosofia moderna justificada pelo humanismo e justificando a utopia – tecnocrática. E denuncia que o urbanismo não estuda a prática urbana por pretender suplantá-la por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e suas relações. O autor aponta que um problema básico dos técnicos e tecnocratas é enxergar o espaço como sendo o palco de suas proezas, como se o mesmo estivesse vazio, disponível. Em primeiro lugar, o espaço é *produto*, e não resulta do pensamento conceitual e sim das relações de produção. E os urbanistas iludem-se acreditando executar algo, quando na verdade estão cumprindo ordens (LEFEBVRE, 2008).

Nesse contexto aparece uma nova forma de encarar o espaço: o *espaço social*, não mais se trata de terra, solo, mas de produto de trabalho social inserido em todo o fetichismo de mercadoria e atrelado ao capitalismo. Embora a produção do espaço não seja nova, a produção global e total do espaço social o é. O espaço, analisado por Lefebvre no capítulo do mesmo nome do livro Espaço e Política, é apresentado em quatro esferas ou “quatro hipóteses” cada uma delas construídas e desconstruídas pelo autor ao longo do texto. Os dois capítulos se complementam, sendo o mais recente - O espaço - como se fossem desdobramentos e aprofundamentos do mais antigo – A ilusão urbanística. Expondo as questões centrais o autor questiona a produção do espaço: por que? Para quem? No interesse de quem? Afirma que embora existam vários métodos de estudar o espaço aqui será abordado o espaço percebido e concebido.

Partindo do pressuposto de que a abstração teórica está no concreto, será feito um esforço de revelá-la. Não se partirá de um ponto de vista de classes ou de um sistema, mas analisando o espaço, esses universos serão descortinados. O estudo parte de uma problemática definida, a problemática do espaço, mais precisamente o espaço como local da prática social e as questões centrais da espacialidade são:

a) qual é o estatuto teórico da noção de espaço? Qual é a relação entre o espaço mental (percebido, concebido, representado) e o espaço social (construído, produzido, projetado, portanto, notadamente o espaço urbano), isto é, entre o espaço da representação e a representação do espaço?

b) qual é a inserção do espaço (representado, elaborado, construído) na prática social, econômica ou política, industrial ou urbana? Onde e quando a concepção do espaço atua? Quando ela se mostra eficaz e em quais limites? (LEFEBVRE, 2008 p. 40)

Na primeira hipótese o autor coloca o espaço como sendo o ideal do urbanismo, já mencionado. O espaço como forma pura, local de articulação do social com o mental, o teórico e o prático, o ideal e o real. Contudo, esta possibilidade estaria desprezando concomitantemente o tempo histórico e vivido.

Na segunda hipótese o espaço social aparece como um produto da sociedade, figura como resultado do trabalho e da divisão do trabalho. Seria a objetivação do social e, conseqüentemente, do mental. O autor aponta esta definição como a da maioria das definições críticas ou analíticas, entretanto, ressalva que ela é mal confrontada com outras hipóteses teóricas.

Na terceira hipótese e, neste momento já se começa a ter um vislumbre da real complexidade do objeto de estudo, o espaço apresenta-se como um instrumento político manipulado intencionalmente. Sendo um modo nas mãos de alguém, aparecem as figuras já mencionadas no texto anterior dos produtores do espaço. Esse alguém poderia ser coletivo ou individual, um Estado representando o poder que se coloca em consonância ou até mesmo a serviço de uma classe dominante ou grupo que tanto podem representar a “sociedade global”, quanto ter seus próprios interesses. As questões levantadas aqui são: quem possui a representação do espaço e por quê? Neste caso, a representação do espaço serve como uma estratégia de poder e dominação, como projeto de regulação e “coerência”, ao mesmo tempo abstrato e concreto e nem um pouco inocente. Este espaço seria a re-produção das relações de consumo e produção. Embora seja uma definição coerente com o capitalismo do século XIX, atualmente é necessário trazer outros elementos para o completo entendimento dessa lógica, uma vez que nas sociedades atuais o consumo suplanta os meios de produção.

A quarta hipótese encontra reforço do texto da ilusão urbanística, quando o autor afirma que atualmente, o espaço inteiro entra na produção como produto através da possibilidade de negociações de: compra, venda ou troca de parcelas do espaço. Não se pode afirmar que seja um produto como os outros, nem tampouco é um simples instrumento. É necessário apreender a terceira hipótese e leva-la adiante. O espaço está intimamente relacionado à reprodução das relações (sociais) de produção. O espaço é ao mesmo tempo abstrato e concreto, homogêneo e desarticulado. Em uma sociedade na qual a esfera da cotidianidade acaba por produzir espaços específicos para diversas atividades: consumo, lazer, cultura, estudo, habitação e tantas outras, o espaço inteiro se mostra como o lugar de produção e re-produção dessas relações sociais, as quais revelam o caráter da própria sociedade.

Esse caráter fragmentado é próprio dessa sociedade que ora confunde-se e ora é propositalmente confundida em seus próprios signos e símbolos quando, por exemplo, ao criar e consumir lugares ditos de lazer, “esquece-se” de toda a lógica de trabalho que acontece “nos bastidores” para que o descanso ou relaxamento de uma parcela de privilegiados aconteça. O espaço arquitetônico e urbanístico está desarticulado e estilhaçado, mas sob uma coerência fictícia. Esse é o caráter paradoxal de ser junto e separado. Está atrelado a uma ordem próxima (a da vizinhança) e uma distante (a do Estado). O espaço social refere-se ao espaço instrumental, que permite tanto impor uma certa coesão (pela violência) quanto dissimular as contradições da realidade (sob uma aparente coerência racional e objetiva); aqui coesão e coerência significam uma *regulação* pretendida, projetada, mas nem sempre obtida (LEFEBVRE, 2008).

3.4 A produção do espaço urbano

Quando se fala do espaço produzido ou da “produção do espaço” considera-se o espaço como um dado: do pensamento, do mundo, da atividade social, da geometria, ou seja, o espaço em sua totalidade. “De fato, toda sociedade produz “seu” espaço ou, caso se prefira, toda sociedade produz “um” espaço. Poderia ser feito o seguinte questionamento: qual seria a lógica por traz da produção do espaço?

O espaço teria sua lógica? O espaço ora depende de uma lógica preexistente, superior e absoluta, quase teológica, ora ele é a própria lógica, o sistema da coerência, ora, enfim, ele permite a coerência autorizando a lógica da ação (praxiologia ou estratégia). Reencontram-se aqui as diversas teses sobre o espaço, tomado ora como modelo, ora como instrumento, ora como mediação (LEFEBVRE, 2008, p. 56).

“Não tendo uma lógica interna e própria, o espaço remete à lógica formal e à metodologia geral”. A sociedade tenta mascarar suas contradições inscritas no próprio espaço para tentar constituir-se como sistema a fim de atingir coerência. Mas mesmo dissimulando, as contradições do espaço existem e aparecem, essas advêm do conteúdo capitalista, prático e social. Dessa maneira o espaço da sociedade capitalista pretende ser racional, entretanto é global e pulverizado, despedaçado, comercializado e vendido em parcelas (LEFEBVRE, 2008c, p. 56).

Quando Ferreira afirma que “nós produzimos o espaço que nos produz”, fica evidente que cada sociedade vai criar o habitat mais adequado às suas dinâmicas cotidianas. Cada cidade é única, com suas nuances específicas.

É preciso ter em conta que cada modo de produção produziu o seu espaço e, nesse sentido, cada cidade é a materialização de um momento histórico; além disso, a especificidade do lugar tem que ser levada em conta. Assim, o que, em princípio, deu certo em determinado local, não deve simplesmente ser transposto em forma de modelo de solução para outros lugares (FERREIRA, 2011, p.28/29).

Nesse sentido, Jacobs aponta para os riscos ou consequências da reurbanização enquanto força de expulsão pessoas dos lugares requalificados:

O raciocínio econômico da reurbanização atual é um embuste. A economia da reurbanização não se baseia unicamente no investimento racional através de subsídios públicos, como proclama a teoria da renovação urbana, mas também em vastos e involuntários subsídios, arrancados de vítimas locais indefesas. E os resultados da elevação de impostos nesses lugares, auferidos pelas municipalidades em resultado desse "investimento", são uma miragem, um gesto lamentável e contraditório em relação às somas de dinheiro público cada vez maiores necessárias para combater a desintegração e a instabilidade que emanam da cidade cruelmente abalada. Os meios que a reurbanização planejada utiliza são tão deploráveis quanto seus fins (JACOBS, 2011, p. 15).

A construção de modelos e protótipos tem a ver tanto com situações e cenários genuínos quanto com os produzidos a partir de manipulações, ou processos como os acima descritos, entretanto em muitos casos essas situações confundem-se ou mesclam-se na intenção de se fabricar imagens de cidades.

3.5 A imagem da cidade

Não se pode contrapor abstratamente o espetáculo à atividade social efetiva; este desdobramento está ele próprio desdobrado. O espetáculo que inverte o real é produzido de forma que a realidade vivida acaba materialmente invadida pela contemplação do espetáculo, refazendo em si mesma a ordem espetacular pela adesão positiva. A realidade objetiva está presente nos dois lados. O alvo é passar para o lado oposto: a realidade surge no espetáculo, e o espetáculo no real. Esta alienação recíproca é a essência e o sustento da sociedade existente" (DEBORD, 2003, p. 16).

A construção ou reconstrução da imagem de uma cidade pode ser percebida pelo habilidoso esforço de revelação versus ocultamento, operado tanto pelas imagens reais (cenários, paisagens de rua), quanto por imagens metafóricas (da literatura, da medicina, etc., que se apresentam como conhecimento sobre a cidade). Em muitos

casos trata-se de construir a imagem de uma utopia. De um lado, elege-se o panorama, local ou espaço que se deseja mostrar e, de outro, projeta-se a visibilidade, como suposta ação de tornar a cidade transparente. A estratégia de a tudo dar visibilidade, muitas vezes através de cenas e figuras pictóricas do espaço urbano veiculadas, corresponde à habilidade inversa de a tudo ocultar. Essa dialética revelar/ocultar da construção da imagem da cidade conduz a uma única síntese: imagem como campo de poder e de dominação. Na construção desse campo só é visível o que é dominado, ou melhor, é dominado porque é visível, de modo que o indômito fica nas sombras, opaco e sem categoria dentro desta fantasmagoria (PECHMAN, 1992).

Foi a invenção da cidade, do urbanismo, da paisagem como conceitos referidos a realidades e práticas que permitiu sua instauração como imagens reais e/ou imaginárias e, desse modo, como campos de poder e de dominação. Inventar a cidade, construir sua imagem e nomeá-la como temática são elos da cadeia de dominação que dão suporte à intervenção e legitimam o controle.

No Brasil, observamos esse fenômeno acontecer pela primeira vez entre o fim do século XIX e início do século XX na cidade do Rio de Janeiro. A cidade de aparência e hábitos coloniais e construída sobre bases escravocratas, cujos relatos apontam como suja e acanhada, se comparada com outras capitais do mundo, tinha sérios problemas de habitação, circulação e saneamento. Estes atributos não correspondiam aos ideais da burguesia, elite dominante da época, a qual não se reconhecia expressa na cidade e acreditava que os hábitos da população e a situação urbana daquele momento prejudicavam seus negócios. Era preciso, pois, ordenar a cidade. Neste contexto, o estado foi apontado como responsável para cuidar das coisas públicas e nomear seus articuladores. A rua, a casa e o próprio corpo do cidadão tornam-se objetos de intervenção e de criação de uma nova concepção de espaço público, de arquitetura, de hábitos e de comportamento. A regulamentação e a normatização passariam a reger todas as instâncias da vida cotidiana, estariam na base da nova civilização que se queria criar (PECHMAN, 1992). A dominação sugerida por este autor aparece aqui fechando o círculo com a imagem da cidade. Embora este tenha sido apenas o primeiro movimento dessa

natureza, o fenômeno continua acontecendo ao longo dos anos e em diversas escalas e localidades.

Estaremos atentos à tríade analítica proposta por Lefebvre (2008), na qual se diferencia os espaços de representação, as representações do espaço e as práticas sociais. Assim como observa-se que, mesmo havendo um distanciamento cronológico (uma vez que o texto original data de 1972), a sociedade brasileira e paraibana produz e reproduz em seu espaço público as suas relações de consumo e sua sociedade conjunta-disjunta, dialeticamente convivendo no ambiente urbano. Tal suposto paradoxo aparece estampado nos nossos denominados e rotulados espaços de lazer, de consumo, de cultura, de trabalho... absorvidos pela população e replicado nas ações e discursos do Estado (e seus órgãos vinculados).

Assim todos entram sem perceber nessa engrenagem que eleva os produtos da sociedade ao nível das representações dos técnicos e profissionais que produzem as ideias e conhecimentos e os conduz ao nível cotidiano, da vivência; nível das representações produzidas/reproduzidas pelas pessoas comuns no uso e apropriação dos espaços.

3.6 A apropriação do espaço público

A observação da maneira como as pessoas utilizam os espaços livres públicos urbanos revela muito sobre as organizações sociais. Já foi destacado que nos espaços “democráticos” da cidade, ou seja: públicos, livres e de amplo acesso, pessoas de diferentes culturas, classes sociais e níveis educacionais seja possível e salutar as interações entre diferentes. As pessoas e grupos são heterogêneos e se agrupam entre semelhantes, de modo que existe uma espécie de homogeneidade que liga os componentes dos grupos. A maneira como estes grupos se apropriam dos espaços públicos muitas vezes demonstram que não há interação e sim, coabitação.

A soma de processos de apropriação de um coletivo de indivíduos não é suficiente para legitimar a noção de espaço público. O parque público é um espaço aberto ao público, acessível a todos, posto à disposição dos usuários, mas todas essas características não são suficientes para defini-lo como espaço público. Este processo é, por um lado, o resultado de uma concepção (e da promoção) do parque público como cenário, destinado à fascinação dos futuros usuários, transformando-o em uma espécie de imagem publicitária das administrações locais, sem nenhuma continuidade com práticas sociais que pudessem dar-lhe algum conteúdo e significado (Arantes, 1998). Com a instauração e consolidação de um mercado da paisagem e do paisagismo, os novos parques são, hoje, mediadores da cultura oficial, nivelando as diferenças e fazendo emergir uma representação estática, teatralizada e simplificada da “Natureza” no contexto urbano (SERPA, 2004, p.12).

Essa construção de paisagens e cenários nos remete a toda a discussão sobre as formas de intervenção contemporânea dos espaços públicos. Muito se têm debatido sobre intervenções pontuais e sem sustentabilidade, mas que fazem parte de um movimento globalizado, “uma espécie de homogeneização das formas de certas áreas da cidade”. O alerta é dado também para a transformação de áreas da cidade em “parques temáticos, onde se trata o cidadão como turista” e sobre os investimentos dados a grandes eventos enquanto ainda existem áreas com muitas carências sociais e urbanísticas (FERREIRA, 2011, p. 193).

É possível que o “modelo Barcelona” construído tão fortemente e replicado pelo mundo afora esteja sendo testado a todo o tempo. Esta imagem de “cidade *top-model*”, denunciada por Delgado, fazendo uma analogia a uma mulher que se apresenta maquiada e estereotipada para “posteriormente desfilarem exibindo-se ou sendo exibida na passarela da “cidade-*fashion*” (DELGADO, 2010), pode estar sendo construída a partir de intervenções e criações de cenários e panoramas que propositadamente encobrem seus conflitos, pobreza e desigualdades.

Em diversos estudos apontados em Salvador, São Paulo, Nova York e Paris, mesmo em espaços cuja acessibilidade física permite que todos, sem distinção, possam adentrar e utilizar determinados espaços, a apropriação engloba questões mais amplas e complexas que envolvem questões simbólicas,

educacionais/culturais e de reconhecimento entre grupos e classes (RUPF, 2015; SERPA, 2013).

Neste contexto podem ser percebidos que, em muitos casos, os dois primeiros níveis de acesso, físico e visual, embora possam estar perfeitamente contemplados em determinados espaços públicos, o que permitiria a passagem e permanência de qualquer pessoa, o terceiro nível de acesso, o acesso simbólico ou social, se estabelece através de sinais os quais podem ser sutis ou ostensivos, determinando ou sugerindo aqueles que são, ou não, bem-vindos ao lugar, acaba por ser determinante na apropriação dos espaços públicos (ALEX, 2004, apud RUPF, 2015).

A acessibilidade simbólica costuma ser implacavelmente exibida nas áreas turísticas das cidades, mesmo nos espaços livres públicos. Esta se consolida a partir do emprego de dispositivos como: policiamento que regula ou impele grupos sociais de origem pobre, o alto custo dos itens de consumo, lazer ou serviços e dificuldades de acesso a partir de transporte público. O emprego desses instrumentos aliados ao capital cultural⁶ favorecem a segregação espacial ou até mesmo a gentrificação dos espaços urbanos em alguns casos. Em outras situações, mais salutares, não existe a expulsão ou a substituição das populações ao utilizar determinados espaços. Em determinadas ocasiões, observa-se, no entanto, a alternância dos grupos.

No espaço público da cidade contemporânea, o “capital escolar” e os modos de consumo são os elementos determinantes das identidades sociais. Aqui, diferença e desigualdade articulam-se no processo de apropriação espacial, definindo uma acessibilidade que é, sobretudo, simbólica. Visto assim, acessibilidade e alteridade têm uma dimensão de classe evidente, que atua na territorialização (e, na maior parte dos casos, na privatização) dos espaços públicos urbanos (SERPA, 2004:6).

Entende-se por privatização do espaço público a apropriação por grupos que, imprimindo sinais, utilizam-se do espaço público de maneira que acaba por desencorajar a coexistência de outros grupos no mesmo espaço/tempo ou, mesmo havendo a coexistência, não existe interação, apenas justaposição de usos.

⁶ Termo de Pierre Bourdieu, que inclui como formação escolar e cultural, ou capital escolar, conhecimentos adquiridos de maneira informal a partir de hábitos e costumes que o indivíduo adquire de seu grupo social e faz parte de sua formação. Podendo influenciar inclusive o rendimento escolar de estudantes (PIES, 2012).

Para retomar os exemplos dos novos parques públicos, pode-se afirmar que as práticas urbanas que neles ocorrem inscrevem-se em um processo de “territorialização do espaço”. Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Conseqüentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. Falta interação entre esses territórios, percebidos (e utilizados) como uma maneira de neutralizar o “outro” em um espaço que é acessível a todos. Os usuários do espaço contribuem assim para a amplificação da esfera privada no espaço público, fazendo emergir uma sorte de estranhamento mútuo de territórios privados, expostos, no entanto, a uma visibilidade completa (SERPA, 2004, p.12).

O sentido de território abrange uma espacialidade de controle político e a territorialidade trata de questões culturais, identitárias e simbólicas. Nesse contexto será abordada a “microterritorialidade”, uma vez que em espaços públicos, esta evoca a questões de apropriação de espaços de acesso amplo por grupos ou público determinado. É necessário que se perceba que neste contexto existe uma diferenciação entre simultaneidade e interação (SERPA, 20013).

Nos espaços públicos da cidade contemporânea, as microterritorialidades revelam a existência de territórios que, embora não sejam fixos, exprimem táticas segregacionistas de controle espacial a partir da dialética entre conteúdos econômicos e culturais. “A segregação revela-se de modos distintos e, aqui buscamos ressaltar os conteúdos de cunho simbólico relacionados à explicitação de diferenças, transformadas em práticas de distinção de grupos, classes e frações de classe, nos processos de apropriação do espaço público que ocorrem hoje nas cidades” (SERPA, 2013, p.2/3).

A identidade social se define e se afirma a partir de uma alteridade que expressa também uma dimensão de classe, uma alteridade ao mesmo tempo “desigual” e “diferente”. Desse modo, a acessibilidade ao espaço público da/na cidade contemporânea é, em última instância, “hierárquica” (SERPA, 2004, p. 6).

Serpa (2004) ressalta “diferente” e “desigual”, enquanto a desigualdade pode ser compreendida como realidades que podem ser comparadas a partir de pontos em comum, a diferença prescinde de comparações, não havendo possibilidade de hierarquização. Quando percebidas as interações entre pessoas no espaço público, ambas evocam a questões de “privatização” do espaço público, acessibilidade simbólica e alteridade.

Ocupar, ter a propriedade ou tomar posse são alguns sinônimos do termo apropriação. Quando se leva essa interpretação para a utilização dos espaços públicos chega-se, em geral, ao entendimento de diversas situações já mencionadas, como as interações sociais, a regulação dos espaços públicos, seus usos e formas de ocupação.

As distintas formas de uso e apropriação dos espaços públicos apontada por Certeau (2000), evoca à multiplicidade infindável de arranjos próprios da criatividade humana que tantas vezes subvertem a ordem imposta para encontrar outras maneiras de arranjar-se. Este autor aponta para a organização espacial dos espaços urbanos como se esta fizesse parte das *estratégias* de poder do Estado que, manipulando o ambiente público impõe sua ordem às pessoas. Em oposição a essa regulação, as pessoas encontram suas *táticas*, maneira de fazer uso dos espaços, muitas vezes de maneira diversa da pretendida. Este jogo se revela em determinadas formas de pesquisa, entre as quais a etnografia urbana.

4. A Etnografia Urbana enquanto decisão metodológica

4.1. A Etnografia Urbana

Havia diversos caminhos possíveis de serem seguidos na análise do espaço urbano, mas, para a análise qualitativa pretendida, era necessário que se optasse por um direcionamento metodológico. No caso dessa pesquisa procurou-se abordar as formas de uso e apropriação de um espaço público em especial: era necessário investigar o cotidiano de um parque urbano.

Schutz(1979) divide em três categorias os conhecimentos construídos a partir da compreensão da realidade social: (a) o vivido e o experimentado no cotidiano; (b) a epistemologia que investiga esse mundo vivido; (c) e o método científico para proceder à investigação (MINAYO, 2010, p. 144).

Para a análise do parque Sólon de Lucena foi utilizado como direcionamento de pesquisa de campo o método da Etnografia Urbana. Método no qual se pressupõe a consciência de uma atitude de exteriorização por parte do pesquisador que, mesmo imerso no universo a ser decifrado, deixa-se impregnar pela experiência sem abrir mão de sua bagagem conceitual (MAGNANI,2009).

Nesta forma de observar e analisar, a pesquisa parte de uma atitude de exterioridade por parte do pesquisador em relação ao objeto pesquisado, da qual provém esquemas conceituais formulados e da consciência de sua cultura de origem e que não são descartados pelo fato de estar em contato com outra realidade, cultura e/ou outras explicações, essa “copresença” é justamente o que pode trazer a possibilidade de entendimento das situações e significados.

Assim, com base nas observações desses autores e de muitos outros antropólogos que sempre refletiram sobre seu trabalho de campo, é possível postular, de uma maneira sintética, que a etnografia é uma forma especial de operar em que o pesquisador entra em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para atestar a lógica de sua visão de mundo, mas para, seguindo-os até onde seja possível, numa verdadeira relação de troca, comparar suas próprias teorias com as deles e assim tentar sair com um modelo novo de

entendimento ou, ao menos, com uma pista nova, não prevista anteriormente (MAGNANI, 2009, p.134).

Magnani (2009) destaca também que o entendimento conquistado na pesquisa etnográfica acontece porque é precedido e preparado pela presença contínua em campo, aliada a uma atitude de atenção viva. O cuidado dado aos eventos e aos fragmentos que podem arranjar-se com o todo são o que permite decifrar os códigos e atentar para a diferença entre “prática etnográfica” e “experiência etnográfica”.

Esse é um *insight*, uma forma de aproximação própria da abordagem etnográfica que produz um conhecimento diferente do obtido por intermédio da aplicação de outros métodos. Trata-se de um empreendimento que supõe um determinado tipo de investimento, um trabalho paciente e contínuo ao cabo do qual e em algum momento, como mostrou Lévi-Strauss, os fragmentos se ordenam, perfazendo um significado até mesmo inesperado (MAGNANI, 2009, p.135).

A prática etnográfica é programada e contínua, enquanto a experiência é descontínua e imprevista. No entanto uma depende e está ancorada na outra. No postulado que a etnografia é um método de trabalho próprio da antropologia, este conglomerada as estratégias de contato e entrada em campo, condições tanto para a prática contínua como para a experiência etnográfica e que levam à composição final. As condições para o seu exercício pleno são a vinculação das escolhas teóricas com as técnicas empregadas, no caso desta pesquisa a observação participante, a descrição densa e o registro de imagens.

O terceiro ponto é o pressuposto da totalidade. Não se trata de uma totalidade que evoque a uma realidade completa, funcional, sem conflitos, nem tampouco de uma ordem político-administrativa. A questão da unidade coloca-se em múltiplos planos e escalas. Uma característica da totalidade como pressuposto da etnografia diz respeito a representar, por um lado, a forma como é vivida pelos atores sociais e, de outro, como é percebida e descrita pelo investigador. No caso da etnografia urbana não se trabalhará, em termos de unidade de análise, nem a cidade em seu conjunto, nem cada prática cultural em particular. Mas as práticas de atores sociais que, inevitavelmente, estão massificados pela cidade: pelo uso de seus espaços, equipamentos e instituições e, cuja consonância inevitável em

esferas de trabalho, lazer, religiosidade e política, entre outras, participam de uma mesma dinâmica cotidiana.

Postulo partir dos atores sociais em seus múltiplos, diferentes e criativos arranjos coletivos, isto é, das estratégias que eles utilizam para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas, através de comportamentos que não são erráticos, mas apresentam padrões discerníveis. Partir das regularidades, dos padrões e não das dissonâncias ou desencontros como condição da pesquisa supõe uma contrapartida no plano teórico: alguma ideia de totalidade como pressuposto (MAGNANI, 2009, p. 137).

Considerando que não se possa contar com uma totalidade dada, postula-se uma a partir das escolhas teóricas e experiência dos atores sociais, esta deve ser reconhecida e experimentada pelos atores e identificada pelo pesquisador, o que para os atores constitui o contexto da experiência diária, para o pesquisador pode representar a chave e a condição de inteligibilidade.

Portanto, aqueles dois planos a que geralmente se faz alusão nos estudos urbanos – se *da* ou *na* cidade – devem ser considerados como dois polos de uma relação que circunscrevem, determinam e possibilitam a dinâmica que se está estudando. Para captar essa dinâmica, por conseguinte, é preciso situar o foco nem tão de perto que se confunda com a perspectiva particularista de cada usuário e nem tão de longe a ponto de distinguir um recorte abrangente, mas indecifrável e desprovido de sentido. Em outros termos, nem no nível das grandes estruturas físicas, econômicas, institucionais, etc. da cidade, nem no das escolhas individuais (MAGNANI, 2009, p. 138).

Dessa forma o método da etnografia urbana foi entendido como uma boa forma de analisar as dinâmicas sociais no Parque Sólon de Lucena. Considerando como universo de observação um dos locais de maior representatividade da sociedade pessoense. Este é um espaço livre urbano e público, que passou por um processo de requalificação e é o parque urbano com maior concentração de pessoas, da cidade de João Pessoa.

4.2 . A preparação para a pesquisa

Antecipando a etapa da observação participante, foram realizadas visitas de mapeamento ao Parque em dias de semana e horários aleatórios. Nessas ocasiões procurou-se observar como acontecia o uso e apropriação desse espaço, quais horários e locais do parque poderiam atrair ou repelir pessoas, quem seriam esses usuários, a maneira como se vestiam, o grau de periculosidade/policiamento para se frequentar o parque, assim como um mapeamento prévio dos distintos usos e locais onde fosse possível permanecer durante o tempo de observação.

De posse das informações descritas acima, foi elaborada uma ficha de pesquisa de campo (APÊNDICE A), que deveria conter em seu preenchimento a data/dia, a hora do início e do fim da observação (sempre respeitando o tempo mínimo de uma hora para cada bloco) e o ponto de coleta das informações. Nessa ficha foi possível escrever livremente, desenhar croquis e rotas de fluxos e pontos de atração ou permanência de pessoas, bem como quantificar e classificar os usuários de acordo com as atividades e formas de uso e apropriação desenvolvidas, bem como diferenciar o público em faixa etária e sexo. No entanto, não houve um entrelaçamento dessas informações por motivos operacionais.

Á partir da etapa, de iniciação e familiarização/aproximação, foi tomada a decisão de que as imagens seriam coletadas a partir de câmeras de celular, visto que, por ser prática muito utilizadas pelos frequentadores da Lagoa, não iria causar estranhamento. Nos relatos do caderno de campo, a descrição densa, foi feita diariamente, após a pesquisa de campo acontecer e não poderia ter sido feita concomitantemente, devido à necessidade de verificação constante das atividades e diversidade do parque. Esta etapa, de preparação, foi crucial para o descortinar do objeto, possibilitando o desenvolvimento da etapa seguinte de observação participante,

4.3 A Observação Participante

A observação de campo, a prática etnográfica, foi realizada no período entre os dias 07 e 16 de dezembro de 2016, por dez dias consecutivos. Estes foram divididos em dias úteis (segunda-feira, terça-feira, quarta-feira e quinta-feira) e dias festivos (sexta-feira, sábado, domingo e feriado – 8 de dezembro).

O tempo total de observação foi de 25 horas, sendo que os blocos de pesquisa foram fechados em 1 hora cada. Dessa maneira, a cada dia de pesquisa, havia, no mínimo uma hora de observação e, no caso de haver a continuidade por mais tempo, após finalizada a primeira hora, mudava-se para outro local de análise a fim de verificar, de lugares distintos no parque, as práticas sociais no espaço urbano.

Houve dias de mais visitas/horas de observação e dias de menos visitas/horas de observação, sendo que foi respeitado o mínimo de uma hora diária, a fim de que fosse garantida a continuidade e um máximo de quatro horas diárias, apenas em casos excepcionais.

Procurou-se cobrir o horário das 8 horas da manhã até as 22 horas nos dias festivos e das 9 horas da manhã até às 21 horas nos dias úteis. Dessa maneira, em todos os momentos de maior circulação de pessoas e utilização do parque foi feita a pesquisa.

Tabela 1. Tabela utilizada para acompanhar o cumprimento do horário de observação

Dias	Horário da pesquisa														
	8h	9h	10h	11h	12h	13h	14h	15h	16h	17h	18h	19h	20h	21h	22h
Úteis															
Festivos															

Tabela 1: Tabela utilizada para acompanhar o cumprimento do horário de observação.

Fonte: Elaborado pela autora

Os blocos de pesquisa aconteceram de forma aleatória ou intencional, a depender. A organização do cronograma de observação, assim como a primeira hora de pesquisa foi feita de forma aleatória, no entanto, à partir desta, foi-se tomando conhecimento dos acontecimentos vindouros e se procurou, sempre que possível, estar presente para realizar o registro. Com excessão de quatro eventos que demandaram visitas programadas, os outros blocos de pesquisa ocorreram de forma aleatória, chegando inclusive a coincidir com dois eventos dos quais não se tinha conhecimento de que aconteceriam.

Não foi feita consulta prévia sobre o calendário de eventos do parque antes da realização da pesquisa, a grande quantidade de eventos acontecidos durante os dez dias que coincidiram com a pesquisa, um total de cinco sendo que apenas um faz parte da programação habitual, pode estar relacionado a uma série de fatores elencados:

- ao acaso,
- ao fato de que esta é uma área de grande atividade e promoção
- as questões ligadas à sazonalidade do verão,
- ao período natalino
- proximidade das férias escolares

Apenas uma pesquisa realizada em outra época do ano poderá responder a essas perguntas. No entanto acompanhando a divulgação dos eventos no parque percebe-se que este possui uma certa regularidade de atividades e atrativos mesmo nos meses de inverno .

Durante o período da coleta dos dados não se teve contato com pessoas ligadas à direção, coordenação ou assessoria do parque para evitar que suas informações pudessem, de alguma forma, interferir na percepção dos eventos. As únicas fontes de informação para os eventos ou ações que estava para acontecer eram divulgações por: carro de som, rádio, TV, painel ou informação oral.

4.4 A pesquisa empírica

Como ferramenta de coleta de dados foram utilizados: as fichas elaboradas no período de preparação para a pesquisa, os recursos de fotografia e filmagens, assim como o caderno de campo, cujo conteúdo deu suporte à descrição densa: o relato pessoal, descritivo e crítico do que foi visto, ouvido e sentido durante cada bloco de observação.

Embora a Etnografia Urbana permita grande liberdade do pesquisador no que se refere às múltiplas formas possíveis de se obter informações, não foram utilizadas entrevistas. Todo o contato com pessoas se deu de maneira trivial e espontânea de forma bilateral. Como estratégia de pesquisa, foi procurada manter a discrição, no sentido de usar roupas, calçados, adereços e até os objetos de pesquisa (prancheta com fichas e câmera) de maneira a não chamar atenção para si e também a estratégia de misturar-se com os usuários. Tal tentativa foi relativamente fácil e exitosa, certamente facilitada por, de fato, a pesquisadora, pertencer à cidade e ao local estudado abrigar uma grande diversidade de pessoas. Um ponto de atenção foi o uso de camera de telefone celular, para ter mais liberdade de filmar e fotografar, às vezes de maneira disfarçada, e por observar que o uso de fotografias a partir desses dispositivos é uma prática comum neste espaço.

Embora não tenha sido intenção da pesquisa entrar em contato direto com as pessoas, por vezes se fez necessário para entender o que estava havendo. Essas perguntas foram feitas de forma anônima e impessoal e, em certos momentos, bastava um olhar de interesse para que as pessoas, de livre iniciativa, passassem informações.

Como se trata de uma pesquisa sobre usos humanos as aproximações foram encorajadas e, essa aproximação aconteceu por diversos fatores: pela curiosidade sobre a pesquisa, uma vez que havia uma ficha visível sendo preenchida; para que a pesquisadora adquirisse artigos à venda; por pessoas que abordaram para conversar sobre assuntos diversos e triviais. Cada relato foi transcrito de maneira que pudesse servir como objeto de estudo.

5. ACHADOS E REFLEXÕES



Figura 33. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.

Foto tirada em dia útil, por volta do meio dia, em manhã muito quente. Apesar de no momento da foto, bancos estarem no sol, no canto direito vê-se um casal deitado no gramado, na sombra.

Fonte: Autora

Durante o tempo em que aconteceu a pesquisa, o Parque Sólon de Lucena foi avaliado enquanto espaço de uso, convivência e ambiência. A experiência etnográfica, ou seja, a percepção dos signos, símbolos e o decifrar dos códigos existentes no Parque se deu justamente pela presença contínua, pelo trabalho diário, pelo contato, convívio, observação, identificação e entrosamento entre pesquisador e objeto pesquisado. A experiência etnográfica foi viabilizada pela pesquisa etnográfica, tal qual estava prevista na literatura.

Assim, uma totalidade consistente em termos da etnografia é aquela que, experimentada e reconhecida pelos atores sociais, é identificada pelo investigador, podendo ser descrita em seus aspectos categoriais: para os primeiros, é o contexto da experiência, para o segundo, chave de inteligibilidade e princípio explicativo. Posto que não se pode contar com uma totalidade dada a priori, postula-se uma a ser construída a partir da experiência dos atores e com a ajuda de hipóteses de trabalho e escolhas teóricas, como condição para que se possa dizer algo mais que generalidades a respeito do objeto de estudo (MAGNANI, 2002, P. 16/17).

Os dados da pesquisa aqui apresentados foram os que denotam questões de maior relevância sobre o uso e apropriação do Parque Sólon de Lucena. Serão expostos em tópicos, ilustrados por fotografias tiradas durante a pesquisa (Figura 33) e apresentados com texto de contextualização seguido de um trecho transcrito do caderno de campo, onde foi registrado que foi visto, ouvido e sentido. As discussões sobre os dados coletados são ancoradas na metodologia e articuladas com a literatura.

Cabe observar, contudo, que etnografia não é uma mera descrição, coleta de dados brutos a serem posteriormente trabalhados: o que se observa e a forma como se ordenam as primeiras observações constituem já parte integrante do processo de interpretação (MAGNANI, 1993, p. 5).

- **Como se dá o uso do parque**



Figura 34. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016. Foto tirada no fim da tarde. Observa-se pessoas transitando, fazendo caminhadas esportivas, com *skate* e em descanso/contemplação.
Fonte: Autora

Durante o período de observação participante, a princípio, tentou-se dividir e classificar o público em dois segmentos: as pessoas que estavam transitando e as pessoas que estavam usando o espaço (Figura 34). Essa divisão possibilitou que depois pudesse ser verificado o comportamento dos dois grupos de maneira particular. No entanto, o próprio trânsito já é por si só uma maneira de usar, portanto havia entrelaçamento dessas dinâmicas a todo instante. Inclusive a decisão de cruzar o parque por determinado caminho já denota uma maneira de uso que interfere no espaço público como um todo:

Pessoas transitando

Reparei que, naquele momento, as pessoas não estavam usando a Lagoa para fazerem cooper ou caminhada esportiva, embora houvessem muitos pedestres, seu movimento era semi-circular. Eles estavam caminhando de um ponto ao outro, mas o trajeto preferido era pelos passeios da parte de dentro do parque, observei as calçadas das periferias do parque e estas são menos usadas que os passeios internos. Mostrando que há uma preferência em utilizar o espaço público. Muitas vezes é possível perceber que o trajeto é interrompido para um breve descanso na sombra, em um banco ou lanchonete. Alguns pais param para que as crianças possam brincar um pouco nos brinquedos espalhados pelo parque e depois, juntos, seguem seus caminhos. A cena é clara: vindos da rua, depois de atravessá-la, a criança corre na frente e pula sobre um balanço ou gangorra. O adulto, vindo atrás, para, acomoda seus pacotes, espera. O pequeno brinca feliz por alguns minutos. Depois, em acordo, saem juntos e seguem seus caminhos (Autora/Caderno de Campo).

Pessoas usando o parque

Os ciclistas, skatistas, pessoas fazendo caminhadas e andando de patins passavam por mim na ciclovia e calçada em velocidade alta, correndo. Passavam também pessoas caminhando, indo e vindo, famílias, casais, adolescentes, amigos... diferentemente das outras ocasiões nas quais não quantifiquei os passantes, apenas as pessoas que estavam ou ficavam alguns instantes em um local, percebi que a postura daqueles passantes era diferente. Não estavam com sacolas de compras, se deslocando simplesmente de um ponto para outro, eles estavam passeando pelo parque. Usar o parque para caminhar, despreocupadamente, era a sua forma de estar lá. Quantifiquei-os por cerca de 20 minutos; nos próximos 40 minutos observei o comportamento das pessoas. Percebi que muitos ciclistas e skatistas eram crianças ou pré-adolescentes, em grupos de 4 ou 5. Alguns grupos se revezavam no uso dos patins, bicicletas e skates. Estavam prioritariamente circulando a Lagoa, comecei a identificar as repetições de círculos. Dois grupos estavam com cachorros e muitos grupos levavam crianças, mas do meu ponto não dava para ver os parquinhos. Curiosamente percebi que haviam mais crianças do sexo masculino (Autora/Caderno de Campo).

- **A liberdade individual**

Durante o período de pesquisa foi possível observar o que no espaço dos gramados e dos bancos do Parque é possível se ter inúmeras possibilidades de conduta, muitas vezes não permitidas em um espaço privativo ou fechado. De fato, foi

observado uma grande quantidade de posturas e atividades no espaço da Lagoa (Figura 35).

Quando nos referimos às posturas estamos colocando que, no espaço do parque, existe liberdade para que as pessoas possam caminhar, correr, sentar e deitar sem que nenhuma postura fosse considerada estranha ou despertasse curiosidade entre os usuários.

Não é incomum ver pessoas deitadas no gramado lendo um livro ou descansando. Em diversas oportunidades foram observados grupos fazendo piquenique ou simplesmente sentados. Da mesma maneira se tem muita liberdade para sentar, pois além do parque ser bem-dotado de lanchonetes com cadeiras, há bancos em diversos estilos distribuídos por todo o espaço, existe um convite natural para a parada, descanso, reflexão ou contemplação. Essa possibilidade de mudança de ritmo faz com que o parque pareça estar em um arranjo de contagem de tempo diferente de seu entorno. Enquanto as avenidas e comércio apresentam um ritmo acelerado e, por vezes até caótico, no espaço interno do parque os ritmos e posturas se misturam e confundem-se permitindo que tudo se reconfigure.



Figura 35. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.

A liberdade de movimentos é percebida pelas posturas dos usuários: sentados no chão, nos bancos, de pé, caminhando ou andando de bicicleta. As posturas coexistem.

Fonte: Autora

Alguém acostumado com um serviço convencional de lanchonete no qual somos servidos e os funcionários querem nos vender produtos enquanto durar nossa visita, poderia confundir a atitude dos garçons com falta de atenção. Mas depois de tantas horas vivendo esse lugar já sei que faz parte da sua dinâmica. A mesa, a cadeira, a lanchonete...tudo funciona como se

fizessem parte do espaço público, ninguém vai lhe abordar se você não chamar; simplesmente porque você pode estar sentado sem querer consumir nada, e isso não incomoda às pessoas. Assim, elas também não incomodam quem está sentado. Depois de chamar a garçonete ela veio, sempre atenciosa, pedi o cardápio mas acabei escolhendo água mineral. Eu me constrangi, parecia que nada havia me agradado, no entanto a moça agiu com muita naturalidade. Perguntei se deveria pagar logo e fui informada que era escolha minha. Paguei. Logo recebi, junto com meu troco, um “fique à vontade” – fiquei (Autora/Caderno de Campo).

- **A prática da alteridade**

Pessoas das mais diversas faixas etárias utilizam o parque e realizam nele uma infinidade de dinâmicas (Figura 36). Apesar a discussão de que, atualmente os espaços públicos estão deixando de cumprir com seu papel social devido ao seu esvaziamento ocasionado pelo medo da violência urbana; na prática etnográfica observou-se o oposto, foram muitas as aproximações realizadas pelas pessoas que utilizavam o parque, muitas simplesmente para “puxar conversa” e muita empatia e receptividade foi recebida em contrapartida, todas as vezes que alguma abordagem foi feita. Certamente, esta tranquilidade também vem do policiamento constante do Parque, pois no local existem dois postos policiais: um da Guarda Municipal e um da Polícia Militar, além de bombeiros de plantão.

Em relação à forma de agrupamento das pessoas, se percebeu que eram das maneiras mais distintas. As razões poderiam ser banais como esperar as crianças no parquinho ou sentar no mesmo banco, mas as aproximações aconteciam.



Figura 36. Parque Solon de Lucena, dezembro 2016.
No primeiro plano da foto três estudantes conversam, ao fundo pessoas caminham enquanto outras interagem conversando.
Fonte: Autora

Um homem idoso e sua cuidadora sentam ao meu lado. Ela logo começa a conversar sobre a grande estrutura e o evento. Pergunta se eu vou vir, afirmo que sim, ela diz que ainda não sabe, que vai depender dele (o senhor). Comenta do tempo, da Lagoa e do calor. Seu acompanhante resolve que é hora de ir embora e ela se despede (Autora/Caderno de Campo).



Uma mulher pediu para sentar à mesa. Concordei, ela pegou o celular e combinou de alguém vir busca-la. Desligou, se levantou e saiu. Observei que poucas pessoas estavam sozinhas.

Minutos depois duas mulheres sentaram à mesa onde eu estava. Não pediram licença e conversavam animadamente por cerca de 10 minutos:

- Você veio sozinha?

- Sim. E você?

- Também. Mas já encontrei muita gente aqui...

E passaram a falar sobre essas pessoas. Depois resolveram levantar e foram embora sem se despedir (Autora/Caderno de Campo).



Me dirigi lentamente à Lanchonete Abraão Lanches. Antes de chegar percebi uma agitação grande entre as crianças, causada por uma família de saguis que passava de uma pequena

árvore para outra. Fiquei olhando também, fiz comentários, as mães presentes não foram hostis, mas não me deram muita atenção (Autora/Caderno de Campo).



Observei a tirolesa. Uma mulher de aparência humilde brincava com cinco crianças que corriam e gritavam felizes. O movimento era pouco, umas poucas pessoas transitavam por ali. Talvez pela mulher, ou outro indicador, aquela parecia ser uma parcela mais humilde ou menos próspera do parque. Enquanto o outro lado fervilhava com o comércio, aquela porção era calma, apenas o ponto de ônibus estava bastante cheio, mas não havia grande burburinho.

As crianças seguiam brincando. Outras famílias se aproximavam aos poucos e os pequenos eram incluídos na algazarra, mas logo os pais seguiam seus caminhos e eles iam embora. Depois de um tempo, a mulher foi embora levando seus filhos e apenas uma menina ficou brincando sozinha. Os pais deveriam estar por perto, mas não consegui vê-los. Estava bem vestida e sempre que alguma criança se aproximava com sua família ela se integrava ao jogo (Autora/Caderno de Campo).



Aqueles jovens estavam lá para paquerar, se encontrar, verem e serem vistos. Os grupos em sua maioria eram formados por meninos ou meninas, à exceção de algum menino no grupo de sua namorada ou vice-versa. Moviam-se como em um balé, andavam em grupos, de um lado para outro, por hora os grupos se juntavam, depois se separavam novamente, se juntavam com outros, sentavam, levantavam. De maneira que se tornava impossível contar quantos eram, mas arrisco que centenas (Autora/Caderno de Campo).



Todos sentaram no banco para descansar um pouco. A vendedora de salada de frutas contou que era de Santa Rita, mas alguém tinha lhe avisado que viesse à Lagoa porque hoje estava movimentada. Ela também vendia tapiocas, que avisou serem deliciosas. O casal brincava que brigadeiro combinava bem com salada de frutas e tapioca. Todos riam relaxados, e eu participava daquela conversa. A senhora que estava conversando disse que era professora aposentada e que agora só queria curtir a vida, estava cansada de trabalho doméstico e

cozinha. Tinha chegado às 6 horas para caminhar e vendo o movimento havia ficado um pouco mais. Eu disse que também era professora, mas com a nova proposta de reforma da previdência não sabia se na minha aposentadoria estaria bem-disposta como ela. Ela passou a dar conselhos de vida e eu percebi que havia algo diferente naquele lugar, eu havia chegado só, todos haviam chegado sós, mas quem nos olhasse pensaria que éramos um grupo animado e de cinco amigos. O famoso exercício da alteridade estava acontecendo naquele momento (Autora/Caderno de Campo).

- **O contato com a natureza**

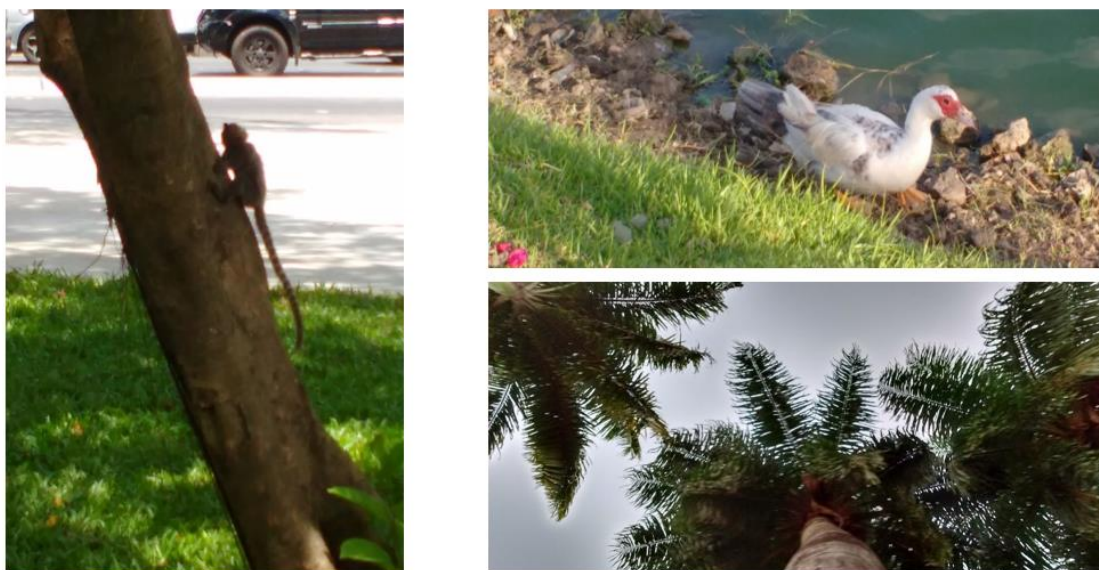


Figura 37. Amostra da natureza no Parque Sólón de Lucena, dezembro 2016.
Um pouco da fauna (saguis e patos) e da flora (copa das palmeiras imperiais) presentes.
Fonte: Autora

A tradicional “Lagoa dos Irerês” continua abrigando fauna e flora. Além do grande espelho d’água natural, existem animais que vivem no parque, a exemplo de garças, saguis e patos, que de acordo com um dos funcionários do parque, são nativos. Trata-se, portanto, de um lugar de contato com a natureza (Figura 37).

A atual gestão da Prefeitura de João Pessoa tem zelado pela boa conservação e aparência dos jardins. Os gramados são limpos e bem cuidados, as árvores, já adultas, fornecem sombras generosas que abrigam do sol quente, próprio da região. De acordo com dados da administração, 104 funcionários da prefeitura trabalham diretamente no Parque Sólon de Lucena.



Chego ao próximo ponto, Lanchonete Seu Batata. Peço uma água de coco e sento em uma das mesas. Observo que desse local é mais agradável de se contemplar a natureza. É possível ouvir o canto dos pássaros e ver os patos nadando na água. No entanto, o carro de som polui o silêncio. Pessoas passam de um lado para outro. Alguns param para descansar na sombra. E o descanso pode ser no chão, no gramado, em algum banco ou na lanchonete, mas sempre é na sombra (Autora/Caderno de Campo).



Apesar do calor e do movimento era possível ouvir os pássaros e ver uma família de saguis em uma árvore. Uma senhora com uma sacola enorme vinha caminhando, parou no gramado, na sombra de uma árvore, ajustou seu grande saco no chão, deitou sobre ele e dormiu (Figura 52). Ninguém pareceu reparar nisso. Aparentemente a Lagoa oferece uma grande liberdade para certas práticas (Autora/Caderno de Campo).

- **A dominação pelo poder**

Percebe-se que embora o parque seja um espaço livre público, de atração da cidade, faça parte do cotidiano do pessoense e não tenha barreiras à entrada e circulação de nenhuma pessoa, existe uma ordem imposta. O Estado por meio de fiscais do parque, guardas municipais, bombeiros e polícia militar mantem a

vigilância discreta, mas ostensiva, sobre todas as pessoas que ali se encontram (Figura 38).



Figura 38. Parque Solon de Lucena, dezembro de 2016.
Em destaque o guarda municipal observando os usuários dos brinquedos infantis.
Fonte: Autora

Existe uma grande liberdade para usar o espaço. Não há estranhamento se alguém resolve deitar na grama, sentar no chão, tocar um violão, ler um livro, fotografar, conversar, andar de skate, patins, bicicleta... muitas atividades acontecem e todas são permitidas. Os usuários não se importam, os funcionários das lanchonetes tampouco. Aparentemente pode-se fazer o que quiser. Aparentemente. Um olhar pouco treinado não irá perceber os inúmeros fiscais com roupas discretas e seus rádios. No entanto, bastou um senhor de meia idade querer tocar na água para que dois bombeiros, vindos ninguém sabe de onde, rapidamente o abordassem e proibissem sua aproximação da borda da água. Embora existam pedintes, estes disfarçam. Moradores de rua não são vistos. Vendedores ambulantes podem passar, mas não podem ficar... (Autora/Caderno de Campo).



Alguns adolescentes sentavam no gramado, com uniformes de escola, pareciam estar desfrutando de seus primeiros momentos de férias. Um grupo que garotos crescidos, por volta dos 12 a 13 anos, foi se balançar nos balanços do parque, mas um funcionário da Prefeitura os abordou e eles saíram. Aparentemente eram grandes demais para essa

brincadeira. As crianças que estavam “autorizadas” a usarem esse equipamento eram mais novas e estavam acompanhadas de seus responsáveis (Autora/Caderno de Campo).

- **Os excluídos**

Algumas pessoas e práticas são banidas do parque Sólon de Lucena. Não é permitida a venda de bebidas alcoólicas ou cigarros nas lanchonetes, assim como o funcionamento das próprias lanchonetes só é permitido até as 22 horas. Praticamente não se vê moradores de rua, ambulantes ou pedintes no perímetro do parque, fato curioso uma vez que, na mesma avenida, na calçada oposta, camelôs fazem ponto conhecido na cidade. Este controle de público é exercido pelos próprios funcionários do parque.

As pessoas que desejarem comercializar quaisquer tipo de produto no parque precisam usar expositores pequenos e discretos e, não é incomum ao usuário do Parque ser abordado por vendedores ambulantes de doces ou artesanatos. Os vendedores de frutas, ao sair do mercado central em direção ao novo *Shopping da Lagoa*, podem cruzar o parque, mas são observados para que não parem e comercializem seus produtos sequer na calçada do parque.



Figura 39. Venda de artigos evangélicos, dezembro 2016.
Contrariando as regras gerais de proibição de comércio, este casal de evangélicos rotineiramente montam um expositor de venda de livros sobre hábitos saudáveis e artigos religiosos.
Fonte: Autora

No entanto, costumeiramente, um casal vende livros evangélicos e sobre hábitos saudáveis (Figura 39). Na área interna do parque também há brinquedos e atividades infantis pagas. Outras exceções são admitidas, como na ocasião da gravação do programa da Rede Globo, quando os vendedores ambulantes foram permitidos, assim como quando a Prefeitura promove ou apoia algum evento. Nos dias de domingo é frequente encontrar vendedores de pipoca ou sorvete com seus carrinhos juntos ao meio-fio, na rua, mostrando claramente onde é o limite.

Um sorveteiro tentava burlar a regra e vender seus sorvetes dentro do Parque. Pelo que pude ver os ambulantes podem cruzar o parque com seus carrinhos, mas não podem parar. Este caminhava bem lentamente, parando um pouco discretamente na tentativa de vender. Por duas vezes foi parado por clientes, mas logo o funcionário da PMJP passou a acompanhá-lo. Uma guarda-municipal se aproximou, mas não chegou a abordá-lo, ele foi saindo, no seu ritmo exageradamente lento, mas constante (Autora/Caderno de Campo).



Figura 40. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.

Em destaque pessoas em atividade "irregular". Enquanto o fiscal da prefeitura aborda o morador de rua para que saia do parque e este reage atirando garrafas plásticas, um sorveteiro aproveita para comercializar seus produtos dentro do parque.

Fonte: Autora



Um grupo de seis pessoas sentava à sombra, um deles tinha patins. Um funcionário da Prefeitura estava de prontidão à alguns metros das lanchonetes. Um morador de rua sem camisa chegou e ficou vagando. Foi abordado pelo funcionário, não foi embora. Foi abordado outra vez, parecia bêbado. Irritou-se tirou garrafas plásticas de uma lixeira, as atirou no chão. Enquanto essa cena se desenvolvia, um sorveteiro aproveitava para vender seus produtos ao grupo (Autora/Caderno de Campo). (cf. supra, Figura 40).

- **A memória do lugar**

Como todo lugar antigo, a Lagoa também guarda a sua história. Em nenhum totem, placa ou comunicação escrita existe descrição do histórico da Lagoa para que um visitante possa conhecê-la. No entanto, os fatos passados continuam vivos na memória da população. Sejam eles, alegres e festivos como as festas, shows e atividades do Cassino. Sejam as lembranças relacionadas a problemas sociais, como no passado recente, a presença de usuários de drogas, ponto de prostituição e local de assaltos (PAULINO, 2010), ou às tragédias já ocorridas no local.

Inúmeros foram casos de cheias do espelho d'água, um desses terminou com trágico afogamento de uma moça moradora da vizinhança; mortes por afogamento ocasional ou suicídio e, o mais chocante de todos, um acidente com uma balsa que custou a vida de dezenas de pessoas. Nesta pesquisa, foi recolhido um relato espontâneo sobre uma das histórias tristes do parque:

Uma mulher na faixa dos 55 anos sentou ao meu lado. Tão próxima que tive que afastar minha bolsa para dar-lhe lugar, trajava roupas de ginástica, que aliás, era a grande “moda” desse dia. Começamos a conversar, primeiro comentando do evento, depois do tempo. Comentei que se as águas da lagoa não estivessem proibidas, àquela altura muitos já estariam no mínimo molhando os pés. E começou seu relato mais incrível:

“Eu fui testemunha do acidente da Lagoa há 30 anos atrás. Lembro muito bem. Tinha ido com minha mãe no Centrocor, hospital que funcionava na vizinhança da Lagoa, para visitar minha avó que estava internada. Na volta descemos pela Lagoa. Estava tendo uma grande festa do Exército, uma balsa levava as crianças. Eu fiquei doida para ir e esperei com minha mãe para irmos no segundo passeio. Mas a balsa nem chegou, bem dizer, ao meio da Lagoa. Quando estava perto da fonte deu uma descompensada, as pessoas ficaram em pânico e correram todas para um lado. A balsa então começou a afundar. Não virou. A água entrou e ela foi descendo e as pessoas que estavam em cima naufragando junto. Pareciam peixes numa rede quando saem da água. Todos se debatendo, muitas crianças afundando. Foi horrível, muito triste! E no dia seguinte ainda resgataram os corpinhos de algumas crianças que ficaram estendidos na margem. Teve famílias que perderam dois filhos nesse acidente. Uma família do bairro da Torre perdeu três. Depois teve o acidente com um pensionato que ficava do lado de lá. Em uma noite de cheia o chão do pensionato cedeu e as águas carregaram duas moças que estavam dormindo em suas camas. Uma delas sobreviveu, a outra se afogou. Elas foram arrastadas de dentro de casa para a Lagoa pela força das águas. Passei muitos anos com pavor da Lagoa. Nem andava pelo lado de lá com medo”.

Eu fiquei espantada com o relato, eu já tinha lido em livros sobre a tragédia, mas nunca tinha ouvido nenhuma testemunha ocular contando como foi (Autora/Caderno de Campo).

- **Os eventos**

Durante os dez dias de observação foram contabilizados sete eventos no parque, em seis dias. Alguns desses aconteceram de maneira discreta, sem qualquer cobertura da mídia, justamente porque, aparentemente, não seduziriam público que

trouxessem atração de capital ou investimentos, por outro lado, outros receberam ampla cobertura da mídia. Serão descritos e classificados todos os eventos a seguir:

Eventos habituais

Rolézinho



Figura 41. Imagem do Rolézinho.

Mostra um grupo de adolescentes conversando, em destaque funcionário da PMJP recolhendo garrafa de vidro. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016

Fonte: Autora.

Evento que reúne centenas de jovens de aparente nível sócio econômico baixo. Acontece todas as quartas-feiras no período da tarde. Nessas ocasiões áreas do parque são bloqueadas, o policiamento torna-se visível e ostensivo, não é incomum presenciar policiais realizando revistas nas pessoas. Não recebe nenhuma visibilidade da mídia (Figura 41).



Os meninos falavam sobre uma prova e um professor, estavam com uniforme do Olivina Olívia, depois chegou um terceiro garoto. Muito extrovertido, falando alto e em seguida um

quarto a quem chamaram de traficante, mas que aparentemente era o mais novo, com jeito e voz infantil, usava óculos. Conversavam sobre um perfume que custava 20 reais e que uma “boyzinha” estava vendendo e tinha experimentado neles. Depois falavam dos amigos e da irmã bonita de um amigo. Falavam que o “movimento” estava fraco porque muitos estavam no shopping e desceriam mais tarde. Chegou mais um rapaz, este introvertido. Foi quando notaram a minha presença e da menina ao meu lado.

- Você é “mofia”? – perguntou o extrovertido à garota.

- Deus me livre. – Respondeu ela.

- E você, tia? É professora? – Eu era a tia.

-Sou. - Respondi.

- Cuidado, tia. Aqui é cheio de “mofi”. Cheio de traficante e marginal. Aquele ali mesmo é um. – E apontou o mais novo do grupo, que respondeu:

- Sai pra lá... Eu mesmo não!

(Autora/Caderno de Campo).



Sentei em um banco grande de madeira próximo à praça do tabuleiro, àquela altura já fechada pelos funcionários do parque. (...). Em pouco tempo alguns dos garotos que haviam chegado e estavam conversando de pé, se sentaram, depois veio uma mocinha que estava sozinha, aparentava um misto de excitação e receio, se amparava na minha aproximação para ficar ali também. (...) E continuaram a falar meio entre eles e meio comigo e a garota. (...) Próximo de onde nós estávamos começou uma confusão com muitos guardas municipais porque um grupo encabeçado por um homem com um bebê se recusava a sair da praça do tabuleiro. Vieram cerca de 12 guardas para “convencê-lo”. Os garotos passaram a falar sobre a revista que a guarda municipal fazia neles e como, de propósito, já apertaram suas partes íntimas na intenção de machucar. Me disseram que se eu ficasse misturada com eles poderia ser revistada também. Percebi que aquilo poderia mesmo acontecer, percebi o olhar da guarda para o grupo e, àquela altura, já não podia mais fotografar. Tinha escondido o celular sob a prancheta assim que começaram a me abordar. Me despedi da garota falei que ia comprar uma água, fui e não voltei, continuei a observar e fotografar da lanchonete (Figura 42) (Autora/Caderno de Campo).



Figura 42. Parque Sólón de Lucena, dezembro 2016.

A ação policial durante o Rolézinho é diferente da observada em outras ocasiões. Nesses momentos a polícia atua em grupos maiores, fica mais visível que normalmente e aparenta agressividade/hostilidade, o que não é o habitual numa ronda comum no parque.

Fonte: Autora.

Encontro de motoqueiros



Figura 43: Parque Sólón de Lucena, dezembro 2016.

O Encontro dos motoqueiros é um evento espontâneo e sem nenhuma cobertura da mídia.

Fonte: Autora

Todas as quintas-feiras, motoqueiros da cidade encontram-se no espaço do parque, ostentando suas máquinas e confraternizando-se (Figura 43). Trata-se de um evento aparentemente bastante pacífico, não é notada a presença da polícia agindo de maneira diferente do habitual. A exceção de uma barraca de venda de produtos específicos, não há atrativos do ponto de vista comercial. Este evento não recebe qualquer cobertura da mídia.



Outras pessoas fotografavam e os donos das motos ficavam satisfeitos e orgulhosos. Uma moça lamentava ter esquecido o celular. Um grupo de motoqueiros faziam um sorteio de amigo oculto. Todos pareciam estar conectados. Fui sentar em um banco disponível, compartilhado com outras pessoas. 20 motos deixaram o lugar de uma só vez (Autora/Caderno de Campo).

Pôr do sol no parque



Figura 44. Apresentação de banda de música no pôr do sol no parque, dezembro 2016
Fonte: Autora

Faz parte da programação oficial e acontece todas nas sextas-feiras às 17 horas. Trata-se de uma apresentação musical no *deck* da Lagoa (Figura 44). A divulgação é feita através de placa informativa no próprio parque e através de mídia digital/rede social oficial.



As pessoas ocupavam os bancos e gramado. Famílias, casais, pessoas sozinhas. Todos assistindo à apresentação. Como era hora de pôr de sol as garças faziam seus voos antes de se recolherem ao ninho. Ciclistas e skatistas passavam por ali. Algumas pessoas que estavam passando paravam um pouco para ouvir uma música ou duas e seguiam seus caminhos (Autora/Caderno de Campo).

Eventos ocasionais

Gravação de programa de televisão

No período da pesquisa aconteceu a transmissão, ao vivo, em rede nacional de um programa sobre saúde e qualidade de vida da Rede Globo de Televisão, o programa “Bem-Estar Global” (Figura 45). O evento, que aconteceu em parceria com o SESC, teve ampla divulgação de rádio, TV e carro de som. No momento de sua realização certas práticas normalmente proibidas como a presença de vendedores ambulantes foi admitida.



Figura 45. Gravação de programa nacional de televisão, dezembro 2016. Evento com divulgação em todas as mídias e grande atração de pessoas. Neste momento, a presença de ambulantes vendendo seus produtos foi permitida. Fonte: Autora

Um mar de gente se aglomerava em filas gigantescas por uma consulta médica, comida saudável (um copo de suco verde), olhando o evento, pegando panfletos, dançando Zumba próximos ao palco... Me misturei filmando e fotografando. A essa altura percebi quantas pessoas estavam fazendo o mesmo que eu, registrando com seus celulares aquele momento (Autora/Caderno de Campo).

Feira das nações

Evento organizado pelo *Rotary Club*, em parceria com o SESC e Secretaria de Saúde teve cobertura, ao vivo, da televisão e participação de toda a estrutura de apoio e segurança oficiais. Na ocasião aconteciam ao mesmo tempo apresentações musicais, mostra cultural de diversos países assim como do artesanato paraibano e realização gratuita de exames para a população (Figura 46).



Figura 46. Feira das nações, dezembro 2016.
Evento cultural organizado pelo Rotary Club, teve cobertura da mídia local.
Fonte: Autora

O evento, cuja montagem eu havia presenciado, estava acontecendo a pleno vapor: no palco armado um grupo de dança do ventre se apresentava, de onde estava podia ouvir o som da música oriental animada e as moças dançando com um belo efeito de suas roupas esvoaçantes. Um grande número de pessoas se aglomerava neste evento.

Em seguida aconteceram apresentações musicais. O público assistia, sentado em cadeiras, em frente ao grande palco iluminado (Autora/Caderno de Campo).

Cinema na Praça

Evento de caráter itinerante, consta da apresentação de filmes em locais públicos de concentração de pessoas. Na ocasião é preparado um cenário para que o espaço público tenha as características de cinema.

Seguindo o meu caminho vi que a montagem para o evento já estava quase concluída. Tinha ficado bonito. Um pórtico simulava uma entrada de cinema, com grossa cortina e cartaz do

filme que seria exibido à luz do luar. Ao atravessá-lo ou contorná-lo, havia fileiras de cadeiras organizadas de frente a uma tela montada na lateral de um ônibus, estavam arrumadas em filas e no centro um tapete vermelho completava o visual (Autora/Caderno de Campo).

Jampa Food

Evento de caráter itinerante, consta na concentração, pelo período de uma noite, de veículos de “*foodtruck*”; tal atividade é promovida pela Prefeitura e divulgado na rede social Instagram, do próprio evento (Figura 47).



Figura 47. Jampa Food na Lagoa, dezembro 2016. Evento itinerante, caracterizado pela atração de food trucks para locais determinados da cidade, na ocasião foi permitida a comercialização no parque.
Fonte: Autora

Caminhei entre os carrinhos de lanchonetes e pude perceber que estavam bem frequentados, muitas pessoas comendo de uma variedade de doces e salgados. Eram bicicletas, motos e carros transformados em lanchonetes móveis. Tirei fotos do lugar, ninguém pareceu perceber ou se importar com isso (Autora/Caderno de Campo).

- **Manifestações Políticas e Religiosas**

Embora no momento da observação participante só tenha acontecido a venda de produtos religiosos já descrita. No mês anterior e no subsequente à observação participante ocorreram grandes manifestação política e religiosas em eventos que mobilizaram grande número de pessoas e segmentos da sociedade e, por esta razão, foram incluídos nos achados da pesquisa (Figuras 49, 50, 51 e 52).

Foram observadas duas manifestações políticas contra ações do governo federal, mais especificamente os cortes de gastos em saúde e educação e a reforma da previdência, que atraíram grande número de pessoas à Lagoa, sendo um desses eventos na mesma data de um outro, promovido pela igreja católica, que também teve grande público (Figuras 48 e 49).

Esta canalização desses tipos de eventos para o mesmo local apenas ratifica a importância e a visibilidade que este espaço tem para a cidade.



Figura 48. Mutirão de confissões, janeiro 2017.

Evento da igreja católica, cujas atividades contavam com confissões individuais comunitárias. Padres faziam as confissões ao longo dos passeios e os fiéis compartilhavam o espaço com os demais usuários do Parque.

Fonte; Autora



Figura 49. Procissão Infantil em evento da igreja católica, janeiro 2017.
A atividade religiosa envolvendo crianças aconteceu no mesmo momento que a confissão comunitária (Figura 48).
Fonte: Autora



Figura 50. Manifestação Política, dezembro 2016.
Passeata organizada por sindicatos e entidades de representação civis, para protestar contra a emenda constitucional, na época ainda em fase de projeto, que limita os investimentos públicos em saúde e educação por 20 anos. A manifestação que percorreu as ruas da cidade culminou em um ato público cultural (apresentação de músicas de artistas locais) no Parque Sólon de Lucena.
Fonte: Autora



Figura 51. Manifestação política contra o governo federal e a reforma da previdência proposta, janeiro 2017.

Passeata organizada por sindicatos e entidades de representação civil percorreram as ruas da cidade, incluindo o perímetro da Lagoa para protestar contra a reforma da previdência. Na ocasião a manifestação não entrou no Parque, no espaço interno estava acontecendo um evento religioso. A passeata culminou no Ponto de Cem réis, com discursos e palavras de ordem.

Fonte: Autora

Ao mesmo tempo aconteciam duas atividades riquíssimas e importantes que apenas demonstram o quanto a Lagoa é importante para o seu povo. Dentro do parque um evento da Igreja católica, um grande palco com apresentações de músicas religiosas, procissão de crianças e muitos padres espalhados pelos passeios, entre gramados, fazendo confissões e dando a eucaristia. Tudo em um ambiente de introspecção. Passando na rua, vinda do Lyceu e seguindo em direção ao Ponto de Cem Réis, uma passeada contra as medidas sociais e econômicas do governo federal. Os manifestantes passaram com cartazes, faixas, gritos de ordem, carros de som e em nenhum momento houve tensão entre os grupos. Cada qual estava em seu microterritório e sem divisão visível.... a coexistência foi possível (Autora/Caderno de Campo).

REFLEXÕES

Do ponto de vista da representatividade simbólica e da diversidade, o Parque Sólon de Lucena é um bom local de análise para que se entenda as dinâmicas da sociedade paraibana em múltiplos aspectos, especialmente, no que diz respeito à dicotomia espaço privado x espaço público.

Antes do processo de revitalização, a Lagoa era utilizada por pessoas das camadas sociais mais carentes e trazia também os problemas da pobreza e desigualdades sociais. Isso era atestado pelos pontos de prostituição, uso de drogas, venda de bebidas alcoólicas e funcionamento dos bares até a madrugada. (PAULINO, 2010). Havia uma vinculação com atividades socialmente mal vistas ou tradicionalmente conhecidas como *da rua: da mulher de rua, do menino de rua, do bicho de rua...* acabam por vincular ao espaço público uma imagem de algo ou alguém sem os cuidados e o zelo que a sociedade paternalista espera e aprova ter em seu convívio, criando a clara oposição entre público e privado. Sendo o espaço privado, o privativo, doméstico e controlado em oposição ao público da desordem e do desconhecido (LEITÃO, 2014).

Neste cenário os locais de convívio e sociabilidades podem deixar de ser o espaço público, no sentido de ser de propriedade do poder público, livre e acessível a todos – *a rua* e, passa a ser substituído pelos *lugares públicos*, estes entendidos como o espaço do cotidiano, local de coexistência, são os lugares onde a vida pública ou coletiva se desenvolve (Rupf, 2015). Dessa forma, o Parque Sólon de Lucena, em sua atual gestão de controle de usos e frequentadores assume um caráter mais de “lugar público” do que de “espaço livre público”.

Os “lugares públicos” muitas vezes não são acessíveis a todos. Uma grande parcela da população está excluída por não ser “bem quista” nesses locais exatamente por não se encaixarem no perfil (de possibilidade de consumo/poder aquisitivo) (im)posto aos visitantes. Pessoas pertencentes às camadas mais pobres da população, moradores de rua, vendedores ambulantes, entre outros não são bem aceitos nesses lugares. E, embora costumem atender aos requisitos de

acessibilidade impressos nas normas técnicas vigentes⁷, não atendem ao disposto na Constituição Federal de 1988⁸, que assegura a todos o direito de ir e vir e, portanto, não se encaixam na dimensão do espaço livre público e nem permitem o exercício da alteridade.

De acordo Alex (2004, apud Lilian Rupf), existe três tipos de acesso:

- 1) *Físico* – quando há ausência de barreiras espaciais ou arquitetônicas, refere-se à localização das aberturas, condições de travessia das ruas e qualidade ambiental dos trajetos.
- 2) *Visual* – qualidade do primeiro contato, mesmo que à distancia, do usuário com o lugar. Uma praça no nível da rua, visível de todas as calçadas, informa sobre o local.
- 3) *Simbólico ou social* – O acesso pode ser restringido pela presença de sinais sutis ou ostensivos que sugerem quem é e quem não é bem vindo ao lugar” (Rupf, 2015, p. 51).

Nesse caso falamos do acesso social ou simbólico que limita o acesso de pessoas aos lugares públicos e, de fato, não permitem a convivência entre os diferentes. Na atual gestão da Lagoa percebe-se um grande esforço do poder público em atrair um público composto *por famílias*, de preferência, de classe média e que buscam um lazer de contemplação e sem excessos. Estas constatações são evidenciadas pelas atividades propostas de lazer, esporte e cultura que fazem parte dos eventos destacados na mídia pela própria gestão do parque (música instrumental, cinema e atividades de cuidados da saúde) e também pela autorização dada a determinados comércios (brinquedos infantis, *food truck*) em detrimento de outros; chega-se até mesmo a controlar quais artigos podem ser comercializados. Não é raro ver no domingo os vendedores ambulantes de comida, alinhados na rua junto ao meio-fio, demonstrando onde está o limite de acesso deles.

⁷ De acordo com a NBR 9050:2015, Norma Brasileira que trata da Acessibilidade a Edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, o termo acessibilidade significa possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

⁸ Constituição Federal de 1988, artigo 5º, inciso XV: “É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou sair com seus bens”.



Figura 52. Parque Sólon de Lucena, dezembro 2016.
Em destaque raro flagrante de pessoas em situação de fragilidade social.
Fonte: Autora

As famílias na sociedade patriarcal só se sentem seguras e confortáveis convivendo entre semelhantes, por esta razão os moradores de rua e pedintes são banidos (Figura 52), porque mostram à sociedade sua própria pobreza, falta de compaixão e abismo social. Nesta lógica é preferível ocultar os problemas a procurar solucioná-los. A presença dos guardas e fiscais faz-se necessária para manter a ordem imposta, assim como todo o aparato de corpo de bombeiros, policiais e funcionários da manutenção deixam afastados do convívio os inconsequentes (que tentam mergulhar no espelho d'água), os delinquentes e ladrões e os maus hábitos de civilidade e higiene que ainda fazem parte do cotidiano dos que depredam e vandalizam os espaços públicos das cidades brasileiras.

Para que a Lagoa continue cumprindo o seu papel de ponto de encontro e convívio na “sociedade paraibana” ela precisa afastar-se do estigma de local mal frequentado e descuidado que tanto afeta diversos espaços públicos brasileiros. Atualmente as cidades brasileiras passam por um fenômeno de esvaziamento dos locais tradicionalmente de convivência entre as pessoas. Devido aos riscos gerados pela crescente violência urbana, os espaços públicos estão perdendo o caráter de acolhimento da população em momentos de lazer e relaxamento. As pessoas, notadamente os idosos e as mulheres, por serem as vítimas preferidas dos

delinquentes, passam cada vez mais a evitar utilizar certos lugares públicos ou neles permanecer em determinadas horas do dia ou da noite.

Os espaços livres públicos, vão gradativamente deixando de cumprir com certas funções sociais, principalmente a de abrigar atividades de lazer e recreação de classes sociais distintas. Estas acabam por acontecer em ambientes de propriedade particular, mas que permitem que se pratiquem as ações tradicionais das praças, parques, ruas, feiras e mercados, que seriam: andar, passear, relaxar, observar, interagir.

O Parque Sólon de Lucena chegou a ganhar um concurso no ano de 2006, da TV Cabo Branco, afiliada da Rede Globo, tendo sido escolhido pelos telespectadores como o “cartão-postal” da cidade, ou em outras palavras, o seu símbolo principal. Este curioso fato, é um indicador que, para os pessoenses, a Lagoa é um ponto de relevante importância, no tocante à sensação de pertencimento ou identificação com a cidade. O que apenas reforça sua importância na cidade (PAULINO, 2010).

O projeto de requalificação e suas estratégias de atração de um público específico a fim de que este passe a incorporá-lo em seus roteiros de lazer, cuidou de garantir a adequação e vinculação deste lugar ao “ideal” de parque urbano. Para atingir esse objetivo existe todo um aparato de regulação e controle do espaço por parte do Estado. Este arsenal atua em todos os campos, desde intervenções físicas como também ações de direcionamento de quem usa o parque e como o faz. No entanto, como alerta Certau (2000), mesmo quando existe uma ordem espacial que organiza as possibilidades de, por exemplo caminhar, o caminhante utiliza algumas delas, mas também inventa outras variações e improvisações. Assim também acontece no Parque Sólon de Lucena, as dinâmicas de uso e as formas de apropriação são mais diversificadas que as possibilidades de utilização do espaço previstas.

A cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir. (CERTEAU, 2000, p. 174)

Na pesquisa de campo observou-se que após o processo de requalificação a Lagoa traz para a população as possibilidades de troca e convívio. Contudo, aparentemente para que um “cartão-postal” tenha sua aceitação plena, certas situações (de uso de drogas, pobreza, mendicância, desemprego e desigualdades) não devem ser visíveis, mas como elas fazem parte da sociedade elas acabam sendo banidas, ocultadas ou ignoradas

A crítica é necessária para que se perceba as grandes violências que esse tipo de gestão faz quando exclui dos seus espaços mais amenos e agradáveis as pessoas que têm menos acesso a lugares com as características que este parque possui. As contradições estão estampadas no espaço ‘para alguns’ e que segrega, aparta e bane parcelas inteiras da sociedade que, pela falta de tratamento dada às outras áreas públicas da cidade, acabam por não terem outros espaços para seu descanso e divertimento. Todos deveriam poder escolher dentre os locais públicos de lazer da cidade, quais frequentar, uma vez que o espaço livre público urbano é de todos e deveria ser acessível a todos.

O que se conclui é que este é um lugar que revela as dualidades, complexidades e contradições dessa sociedade que expõem seus problemas no espaço público. Poder-se-ia dizer que, como denominou Gilberto Freyre, a Lagoa é *Brasileirinha da Silva*⁹.

⁹ Expressão de Gilberto Freyre no livro *Casa-grande & senzala* (1933), para categorizar uma operação genuinamente brasileira.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O parque Sólón de Lucena sintetiza as práticas sociais da cidade de João Pessoa. No espaço do parque e em seu entorno imediato, a população vive, circula, comercializa seus produtos informalmente, e se manifesta de forma espontânea ou organizada, trazendo à público suas reivindicações políticas e suas diversidades culturais e religiosas.

As riquezas dos eventos populares espontâneos complementam as práticas oficiais promovidas. Tanto os desastres e dissabores ocorridos, quanto as valiosas memórias que fazem parte do local, acabam por garantir à população a sensação de pertencimento ao lugar, conforme constatamos na pesquisa de campo.

A Lagoa abriga ao mesmo tempo história, qualidade de vida, saúde e bem-estar com segurança e em contato com a natureza. As ações e estratégia da PMJP alinham-se aos equipamentos produzidos a fim de garantir a preservação da “imagem da cidade”, cujo parque revitalizado serve como instrumento para a promoção do turismo e atração de um público específico.

A vigilância e o controle oferecidos no local, assim como a visibilidade que recebem certos eventos, em contrapartida com a falta de divulgação de tantos outros, as atividades estimuladas e as proibidas, apenas reforçam e ajudam à compreensão dessa sociedade que, tantas vezes, expõe as suas dualidades, conflitos e contradições no espaço público.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGORAPB, Site. **MATÉRIA DIVULGADA PELO SITE BLOG DO AGORAPB EM 13/06/2016**. Disponível em: <http://www.agorapb.com.br/2016/06/resultado-do-novo-parque-solon-de.html> Acesso em 10/11/2017)

AGUIAR, Wellington. **Cidade de João Pessoa**. A memória do tempo. 3ª Ed. João Pessoa: Edições Funesc, 2002.

AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José. **Uma cidade de quatro séculos**: Evolução e roteiro. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985.

ALMEIDA, Maria Cecília Fernandes de. **Espaços Públicos em João Pessoa (1889 – 1940)** Formas, Usos e nomes. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos Universidade de São Paulo, São Carlos, 2006.

BARATTO, Romullo. **IAB-PB divulga carta aberta sobre a importância dos concursos nos grandes projetos públicos 13 Jul 2014**. ArchDaily Brasil. Disponível em :<https://www.archdaily.com.br/br/623901/iab-pb-divulga-carta-aberta-sobre-a-importancia-dos-concursos-nos-grandes-projetos-publicos>, Acesso em 10/11/2017.

BIASE, Alesia de. « *Ruses urbanas como saber* », In : JEUDY, Henry Pierre e JACQUES, Paola B. (orgs). **Corpos e cenários urbanos: territórios urbanos e políticas culturais**. Salvador, EDUFBA ; PPG-AU/FAUFBA, 2006. pp105-113.

GORDINHO, Blog do. **MATÉRIA DIVULGADA PELO SITE BLOG DO GORDINHO EM 13/06/2016**. Disponível em: <http://www.blogdogordinho.com.br/secretaria-diz-que-alteracoes-no-projeto-da-lagoa-ocorreram-para-atender-exigencias-do-iphaep/> Acesso em 10/11/2017)

BROSTERHUISEN, J. V. (1647). **Gravura da cidade de João Pessoa em 1637, na época chamada Frederica.** in BARLEUS. Disponível em: <http://www.sudoestesp.com.br/file/colecao-imagens-periodo-colonial-paraiba/680/>, acesso em 22/03/2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DESA. (2014). **World Urbanization Prospects.** Disponível em: <http://www.unric.org/pt/actualidade/31537-relatorio-da-onu-mostra-populacao-mundialcada-vez-mais-urbanizada-mais-de-metade-vive-em-zonas-urbanizadas-ao-que-se-podem-juntar-25-mil-milhoes-em-2050>, acesso em 18/06/2016.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** eBooksBrasil.com, 2003. Projeto Periferia: Editoração, tradução do prefácio e versão para eBook eBooksBrasil.com. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/socespetaculo.pdf>, acesso em 19/06/2016.

DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa. Fraude y miséria del 'Modelo Barcelona'.** Barcelona, Catarata, 2010.

EGYPTO, Leandro José e V do. **Revitalização do Parque Sólon de Lucena, uma proposta para nossa lagoa.** Monografia apresentada à banca Examinadora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba como exigência para conclusão de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB, João Pessoa, 2002.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Álvaro. **A cidade do Século XXI. Segregação e banalização do espaço.** Rio de Janeiro, Consequência, 2011.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal.** 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

G1, Site. **Imagem de alagamento no Parque Sólon de Lucena.** Disponível em: Fonte: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/fotos/2013/05/chuvas-alagam-avenidas-e-deixam-transito-lento-em-joao-pessoa.html#F808137>, Acesso em 10/11/2017

GEERTZ, Cliford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2011.

GOOGLE MAPS. **Cidade de João Pessoa.** Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/Jo%C3%A3o+Pessoa,+PB/@7.1466036,34.9516765,12z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x7ace839019aa3d7:0x6e414a9c6d26db34!8m2!3d7.1194958!4d-34.8450118>, acesso em 12/04/2017.

IBGE (2010). **Censo Demográfico.** Disponível em: <http://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-povo/caracteristicas-da-populacao.html>, acesso em 18/06/2016.

JACOBS, Jane. **Morte e vida das grandes cidades.** / Jane Jacobs ; tradução Carlos S. Mendes Rosa ; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro ; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção cidades)

LEFEBVRE, Henri. A ilusão urbanística. In: **A Revolução urbana.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.a

_____. Da cidade à sociedade urbana. In: **A Revolução urbana.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

_____. Especificidade da cidade – A cidade e a obra. In: **O direito à cidade.** 5 ed. – 2 reimpressão. São Paulo: Centauro, 2010.

_____. O Espaço. In: **Espaço e Política.** Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.c

LEITÃO, Lúcia. **Quando o ambiente é hostil.** 2ª Ed. Recife: UFPE, 2014.

MACHADO, Marília Ismael Lacerda. **Reurbanização do Parque Sólon de Lucena.** Monografia apresentada à banca Examinadora do Departamento de Arquitetura e

Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba como exigência para conclusão de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFPB, João Pessoa, 2006.

MAGNANI, **José Guilherme Cantor**. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. 2002, vol.17, n.49, pp.11-29. ISSN 1806-9053., Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69092002000200002&script=sci_abstract&lng=pt> acesso em 07/01/2017.

MAGNANI, **José Guilherme Cantor**. **Etnografia como prática e experiência**. (Publicado originalmente na Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n.32, p.129-156, jul./dez. 2009), Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/textos>> acesso em 07/01/2017.

_____. **Rua, símbolo e suporte da experiência urbana** (Versão revista e atualizada do artigo “A rua e a evolução da sociabilidade”, originalmente publicado em Cadernos de História de São Paulo 2, jan/dez 1993, Museu Paulista- USP), Disponível em: http://nau.fflch.usp.br/sites/nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/rua_simbolo%20e%20suporte%20da%20experiencia%20-%20magnani.pdf > acesso em 07/01/2017.

_____. **O (velho e bom) caderno de campo** (Publicado originalmente na Revista Sexta-feira n. 1, maio de 1997, São Paulo). Disponível em: <http://nau.fflch.usp.br/textos>> acesso em 07/01/2017.

NARCISO, Carla A. Felipe, **Espaço público: ação política e práticas de apropriação. Conceito e procedência**. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia, UERJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.revispsi.uerj.br/v9n2/artigos/html/v9n2a02.html>

PARAÍBA. Imagem do Rio Sanhauá. Disponível em: <http://www.paraiba.pb.gov.br/>, acesso em 15/06/2016

PAULINO, Maria da Conceição Pereira. **História e Urbanização: Liminaridades no Parque Sólton de Lucena, João Pessoa/PB**. ENANPARQ, Cidades, culturas contemporâneas e urbanidades. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:

<http://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/209/209-318-1-SP.pdf>> acesso em 01/03/2017.

PECHMAN, Robert Moses. Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade. In: FERNANDES, Ana & GOMES, Marco Aurélio A. Filgueiras. (Org.) **Cidade & História**. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo/ANPUR, 1992. P. 33-43.

PMJP. **Notícia no Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/iphaep-aprova-por-unanimidade-o-projeto-de-revitalizacao-do-parque-solon-de-lucena/> Acesso em 10/11/2017)

PMJP. **Notícia no Site da Prefeitura Municipal de João Pessoa**. Disponível em: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/obras-no-parque-solon-de-lucena-resolvem-problema-de-inundacao-e-vao-dar-nova-cara-a-area/>, Acesso em 10/11/2017)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA, **EDITAL DE SELEÇÃO DE PROPOSTAS PARA RECUPERAÇÃO DE IMÓVEIS PRIVADOS DO CENTRO HISTÓRICO DE JOÃO PESSOA (PB) Nº 01 / 2012**. João Pessoa: Copac, 2012.

PPGAU/UFPB, Colegiado do Programa de Pós-graduação. **Parques Solón de Lucena e Sanhauá: projetos para João Pessoa**. Carta aberta do colegiado do PPGAU/UFPB. Minha Cidade, São Paulo, ano 15, n. 179.02, Vitruvius, jun. 2015, Acesso em 10/11;2017.

RUPF, Lílian Dazzi Braga. **A dimensão cotidiana no centro de São Paulo** 2015. 238 p. Dissertação (Mestrado – Área de Concentração: Paisagem e Ambiente) – FAUUSP. São Paulo, 2015.

SERPA, Angelo. Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea. In: **A cidade contemporânea**. VASCONCELOS, Pedro de Almeida. CORRÊA, Roberto Lobato. PINTAUDI, Silvana Maria (org). São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SERPA, Angelo. **ESPAÇO PÚBLICO E ACESSIBILIDADE: NOTAS PARA UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 15, pp. 21 - 37, 2004.

SILVEIRA, Carlos Fernando Albuquerque. da. **O verde e a cidade: parques urbanos municipais em João Pessoa/PB.** 2014. 264 p. Dissertação (Mestrado) – João Pessoa, UFPB/CT, 2014.

SOUSA, A. et al. **Inovação no urbanismo brasileiro da Primeira República (1)** O traçado de Saturnino de Brito para a expansão da capital paraibana. *Arquitextos* nº 070.07. Ano 06, mar. 2006. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.070/373> acesso em 08/11/2017.

SOUSA, Deyse Kelly Medeiros; SANTOS, Pedro Yago. **Três momentos de um espaço público: as transformações urbanas do perímetro do Parque Sólon de Lucena.** Monografia apresentada para a disciplina estágio supervisionado I do curso de Arquitetura e Urbanismo, UFPB CT, João Pessoa, 2017.

STUCKERT FILHO, Gilberto Lyra. **Parahyba:** capital em fotos. 2. ed. João Pessoa:

F&A, 2004. VASCONCELOS, A. B. (1855). **Planta da cidade em 1855, na época chamada Parahyba.** Disponível em: <http://www.joaopessoahistorica.com.br/2011/05/croquis-de-joao-pessoa.html> , acesso em 22/03/2017.

WHYTE, William H. **The social life of small urban spaces.** Documentário, 1980. Disponível em: <https://uffpaisagismo.wordpress.com/2016/01/31/the-social-life-of-small-urban-spaces-legendado/>, acesso em 23/11/2016.

V8, Blog. **Imagem do transito no Parque Sólon de Lucena.** Disponível em: Fonte:<http://maquinasv8.blogspot.com.br/2008/03/algumas-fotos-dos-nibus-desse-estado.html>. Acesso em 13/11/2017.

APÊNDICE A

ROTEIRO PARA PESQUISA DE CAMPO

LOCAL:

HORA DO INÍCIO:

DATA:

HORA DO TÉRMINO:

PONTO DE ONDE FOI FEITA A OBSERVAÇÃO:

MAPA OU IDENTIFICAÇÃO DOS LOCAIS DE PERMANENCIA DAS PESSOAS E
DE ROTAS OU TRANSITO PRINCIPAIS:

OBSERAÇÕES:

ANEXO 1



ArchDaily > Notícias > IAB-PB divulga carta aberta sobre a importância dos concursos nos grandes projetos públicos

IAB-PB divulga carta aberta sobre a importância dos concursos nos grandes projetos públicos

15:00 - 13 Julho, 2014 | por [Romullo Baratto](#)

[Compartilhar por WhatsApp](#)



O Instituto de Arquitetos do Brasil, seccional Paraíba (IAB-PB) divulgou recentemente uma [carta aberta](#) na qual se posiciona a favor da realização de concursos para a escolha dos projetos arquitetônicos de obras públicas. Esse tipo de seleção, para o presidente do IAB-PB, Fabiano Melo, serve para garantir a qualidade do projeto e já vem sendo utilizado há muitos anos no Brasil.

Entre as vantagens da seleção mediante concurso público, o presidente do IAB-PB conta que, além da qualidade do projeto, essa prática também dá maior espaço para que a população participe de decisões importantes para a cidade. Na Paraíba, no entanto, essa prática ainda é muito pouco adotada.

“Os quadros de funcionários das prefeituras não conseguem dar conta da demanda e o concurso é uma forma de se tirar esse trabalho de dentro das instituições. Outra vantagem é que as chances do projeto escolhido ser mesmo o melhor são maiores se a gama de opções é também maior, diferente de quando o órgão público designa um funcionário para fazer isso. Além desses pontos, a comissão julgadora pode ter pessoas de vários setores da sociedade, aumentando a democracia na tomada de decisões”, comentou Melo.

Além da carta aberta, o IAB-PB enviou ofício para algumas das prefeituras do Estado sobre o assunto e está montando uma campanha em defesa da realização dos concursos. Entre as ações está a marcação de audiências com prefeitos e, especialmente, secretários de planejamento, com o objetivo de firmar parcerias.

Publicamos a seguir a [Carta](#) na íntegra:

Carta aberta do IAB.PB sobre os grandes projetos urbanos e a necessidade de concursos públicos

O Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) é uma entidade federativa de livre associação e sem fins lucrativos, que congrega arquitetos de todo o país, com uma história de quase um século (fundado em janeiro de 1921).

Com o objetivo de informar sobre os grandes projetos urbanos de importância ímpar para a cidade, que vem sendo objeto de projetos e intervenções por parte dos governos estadual e municipal, como as áreas do Parque Solon de Lucena, Porto do Capim, Parque do Rio



- a) Os projetos em grande escala, envolvem uma complexidade (social, ambiental, cultural, econômica) que torna o debate com a sociedade civil necessário e imprescindível;
- b) A Lei Federal No 10.257/2001, no artigo 2o, estabelece, como uma das diretrizes gerais da política urbana, "a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano";
- c) A Lei Federal No 8666/1993, que institui normas para licitações e contratações públicas no país, possibilita a contratação via concurso público de projetos;
- d) O concurso público para projetos de arquitetura e urbanismo é recomendado desde 1978, a partir da 20ª Conferência da Organização das Nações Unidas, da qual o Brasil foi signatário;

Na tentativa de tornar o processo mais transparente e democrático, e garantir a qualidade das intervenções urbanas, o IAB.pb defende a modalidade de Concurso Público de Projetos de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo, para áreas estratégicas da cidade, elencando 05 (cinco) motivos que não apenas justificam, mas demonstram a importância dessa forma de contratação:

1. Possibilita a divulgação dos projetos prioritários da gestão pública, podendo, por meio de espaços democráticos, inserir as principais questões pactuadas com a sociedade civil no termo de referência do Concurso Público;
2. Diversifica o repertório de soluções possíveis para atender a complexidade seja do projeto arquitetônico ou do projeto urbanístico alvo de intervenção;
3. Promove a seleção de projetos qualificados, com equipes interdisciplinares, a partir de termo de referência elaborado de forma participativa e de critérios técnicos adotados por uma comissão de julgamento;
4. Define que o vencedor desenvolva e coordene todas as etapas de projeto de maneira integrada, a partir da formação de equipes multidisciplinares com perfil específico para a demanda e competência comprovada. Com isso, a etapa de planejamento torna-se mais precisa, resultando em obras mais eficientes do ponto de vista dos seus custos/ benefícios;
5. Há notória expertise do Instituto de Arquitetos do Brasil para a organização de [Concursos Públicos de Arquitetura e Urbanismo](#), inclusive, no que se refere ao IAB.pb, com excelentes resultados como o Concurso da Reforma do Parque Arruda Câmara, realizado em 2008, e o Concurso Sede do CREA-PB-Campina Grande, promovido em 2010, cuja obra foi selecionada para a IX Bienal Ibero-americana de Arquitetura e Urbanismo BIAU 2014, em Rosário, Argentina.

Desse modo, o IAB.pb, defende, apoia e se coloca à disposição para organizar concursos públicos junto ao Poder Executivo Municipal, tendo como alvo os grandes projetos em áreas estratégicas de [João Pessoa](#), assim como nas demais cidades do Estado.

Referência: [Edificar](#)

[Compartilhar por WhatsApp](#)

Veja mais:

- [Notícias](#)
- [Notícias de Arquitetura](#)
- [IAB-PB](#)
- [Concursos](#)
- [Competição](#)
- [Paraíba](#)
- [João Pessoa](#)



ANEXO 2

como citar

PPGAU/UFPB, Colegiado do Programa de Pós-graduação. Parques Solón de Lucena e Sanhauá: projetos para João Pessoa. Carta aberta do colegiado do PPGAU/UFPB. *Minha Cidade*, São Paulo, ano 15, n. 179.02, Vitruvius, jun. 2015 <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/15.179/5568>>.

Na sexta-feira dia 22 de maio o Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) promoveu uma apresentação e um debate a respeito dos projetos para os parques Solón de Lucena e Sanhauá, projetos até então completamente desconhecidos. O evento contou com a presença de representantes da Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMPJ) e do arquiteto Marcos Santana. No público havia representantes de movimentos sociais ligados às comunidades urbanas ribeirinhas do rio Sanhauá – diretamente afetadas com os projetos para a área –, professores de diferentes cursos da UFPB, alunos de graduação e pós-graduação da própria universidade e de outros centros universitários locais.

A apresentação e o debate que se seguiu levantaram o véu de segredo que cobria dois dos vários planos e projetos de impacto para a cidade que estão sendo desenvolvidos pela PMPJ. A oportunidade colocou em evidência uma série de aspectos preocupantes, sobre os quais o PPGAU, por meio de seu colegiado, decidiu se manifestar:

1. O PPGAU avalia que existe falta de transparência no que diz respeito à informação por parte da PMJP no processo de elaboração de planos e projetos de impacto para a cidade, alguns dos quais já se encontram com os projetos executivos elaborados e em fase de licitação.

Como resultado, verifica-se o alijamento da população e da sociedade civil organizada do processo de elaboração dos planos e projetos, fato já apontado por movimentos sociais como o “João Pessoa que queremos”, “Porto do Capim em ação” e pelo Instituto dos Arquitetos da Paraíba (IAB-PB).

A realização de apresentações ou audiências públicas esporádicas, após a concepção dos projetos, é insuficiente e não se caracterizam como participação. Essa situação está em desacordo com a Lei Federal No 10.257/2001 que estabelece diretrizes para a participação "na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano".

2. O PPGAU avalia que há falta de clareza sobre os mecanismos de contratação dos arquitetos colaboradores e outros profissionais envolvidos nos projetos citados, já que não têm especificidades que justifiquem a contratação ou colaboração de profissionais por indicação ou “notório saber”, em detrimento das formas abertas de contratação previstas pela Lei Federal No 8.666/1993, em particular, o concurso público de projetos.

3. O PPGAU alerta para a falta de integração entre as diferentes secretarias, cujo trabalho interfere diretamente nos resultados dos projetos, como por exemplo, os planos de mobilidade urbana. Também faltam informações sobre os estudos técnicos, estudos de impacto, dentre outros, que esclareçam os motivos pelos quais os planos e projetos adotaram determinadas soluções técnicas em detrimento de outras, potencialmente mais eficientes e mais baratas.

4. A ausência de concursos públicos de projeto também desqualifica o debate uma vez que a população é levada a acreditar que só existe uma solução possível - a previamente elaborada pela Prefeitura.

Considerando que há inúmeras empresas e profissionais no Estado e no País plenamente habilitados para elaborar tais projetos, a maneira de contratação mais transparente e democrática é o concurso público de projetos, fato já apontado pelo IAB-PB em carta aberta no dia 1 de julho de 2014;

O PPGAU/UFPB, por meio do seu colegiado, entende que os pontos supracitados são graves e deslegitimam os planos e projetos elaborados pela Prefeitura, levando ao questionamento dos mecanismos vigentes de planejamento e gestão da cidade. Verifica-se que são necessárias ações imediatas que restabeleçam a legitimidade e a legalidade necessárias para planos e projetos de tal envergadura, evitando erros que se perpetuarão como cicatrizes em nossa cidade.

O PPGAU repudia qualquer forma de contratação ou associação que esteja em desacordo com a Lei Federal No 8.666/1993, ou com regulamentação e o código de ética da profissão de arquiteto urbanista, bem como os da profissão de professor do magistério federal.

O PPGAU manifesta apoio à carta aberta do IAB-PB do dia 1 de julho de 2014, reforçando a evidente necessidade de se realizar concursos públicos de projeto nacionais para projetos desse porte, e aos movimentos “João Pessoa que queremos” e “Porto do Capim em ação” em suas lutas pelo acesso à informação e pela ampliação dos canais de participação.

O PPGAU entende que a universidade pública e federal pode, por meio de procedimentos técnicos, mediar a aproximação dos técnicos da prefeitura dos anseios da sociedade. Sendo assim, colocamo-nos a disposição dos excelentíssimos prefeito e secretários da atual gestão para colaborar de modo a construirmos uma cidade mais democrática.

João Pessoa, 29 de maio de 2015

Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB

sobre o autor

O colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPB é formado pelo coordenador e vice-coordenador do programa (Marcio Cotrim e Marcele Trigueiro), por cinco professores permanentes (Aluísio Braz de Melo, José Augusto Ribeiro da Silveira, Doralice Satyro Maia, Carlos Alejandro Nome e Nelci Tinem), um professor colaborador (Lucas Figueiredo) e representantes discentes (Kaline Abrantes Guedes e Marjorie Maria de Abreu Gomes).

     [179.05 Salvador](#)

[Escolas de Lelé em risco!](#)

[Vamos salvar da demolição as escolas projetadas e construídas pelo arquiteto João Filgueiras Lima em Salvador](#)

ANEXO 3

- Prefeitura Municipal de João Pessoa - <http://www.joaopessoa.pb.gov.br> -

Iphaep aprova por unanimidade o projeto de revitalização do Parque Solon de Lucena

Posted By *ccavalcante* On 6 de março de 2015 @ 9h20 In Notícias,Planejamento | [Comments Disabled](#)

O projeto elaborado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa (PMJP) para a revitalização do Parque Solon de Lucena foi aprovado por unanimidade pelo Instituto do Patrimônio Histórico do Estado da Paraíba (Iphaep). A decisão, informada oficialmente na noite da quarta-feira (4), possibilita o início de uma nova etapa da obra, que inclui a urbanização e o paisagismo do novo parque. [1]

“A Secretaria de Planejamento fez um grande esforço para elaborar um projeto criterioso, que atendesse às exigências de conservação do Patrimônio mas, ao mesmo tempo, conseguisse desenvolver uma nova ideia de parque, apto para receber as famílias e virar um espaço de lazer e prática esportiva”, destacou o prefeito Luciano Cartaxo. “Ficamos felizes que o Iphaep tenha compreendido o valor e a importância desse projeto”.



Com a aprovação do projeto paisagístico, a PMJP poderá dar início ao processo de licitação que vai determinar a empresa responsável pela execução da obra.

O projeto tem por objetivo recuperar a vegetação de baixo e médio porte, bem como os caminhos internos, e promover o plantio de novas árvores; conceber o Parque Solon de Lucena como uma aprazível área de lazer, criando novos espaços que promovam o esporte e a cultura; criar condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais; gerar atrativos que fomentem a permanência do público na Lagoa durante dia e noite, inclusive aos fins de semana; propor soluções projetuais que unifiquem o parque e disciplinem a ocupação do comércio interno e preservem a concepção urbana e paisagística original da Lagoa; proporcionar segurança e bem-estar aos usuários e viabilizar soluções para o tráfego de veículos no entorno do parque.



[2] Segundo o secretário de Planejamento Zennedy Bezerra, a Lagoa sempre foi caracterizada como espaço público de lazer da cidade, tendo ao longo de sua história diversos usos e ocupações que polarizavam as atividades de lazer. “O projeto de requalificação tem como objetivo central recuperar o Parque Solon de Lucena, devolvendo o caráter efetivamente de parque urbano”, destacou.

Sobre os equipamentos que estão contidos na proposta urbanística, foram organizados em dois grupos: equipamentos de esporte e lazer e equipamentos diversos.

O esporte e lazer terá pista de cooper pedalinho, caiaques e trapiche, ciclovia, pista de skate, bicicletário, áreas gramadas para atividades ao ar livre (como ginástica e ioga), aparelhos de ginástica, mesas e bancos para jogos (como xadrez, dama etc), e playground e caixa de areia para crianças. Já os equipamentos diversos são banheiros femininos e masculinos, quiosques para alimentação (cafeteria, sorveteria, sucos e refrigerantes etc) e posto policial.

Lagoa – Na primeira parte do projeto de criação do parque, a PMJP garantiu a revitalização da Lagoa, que foi totalmente desassoreada, ganhando cerca de 3,5m em profundidade. O reservatório também ganhou um túnel de escoamento, que vai redirecionar o excesso de água para o Rio Sanhauá, e um anel sanitário, que tem como função desviar as redes clandestinas de esgotos, impedindo a poluição das águas. [3]

Histórico – O Parque Solon de Lucena é um dos principais espaços públicos e cartões-postais de João Pessoa. Através do Decreto Lei nº 110, de 27 de setembro de 1924, a área das imediações da Lagoa passou a ser chamada de Parque Solon de Lucena, mas apenas na década de 30, durante a gestão de Argemiro de Figueiredo, que o espaço ganhou forma urbanística com “o calçamento dos aneis internos e externos da Lagoa” e jardins.



O Parque Solon de Lucena foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba (Iphaep) em 26 de agosto de 1980, por meio do decreto nº 8.653, e ocupa uma área de aproximadamente 150 mil metros quadrados.

[4]

Article printed from Prefeitura Municipal de João Pessoa: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

URL to article: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/iphaep-aprova-por-unanimidade-o-projeto-de-revitalizacao-do-parque-solon-de-lucena/>

URLs in this post:

[1] Image: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/02-2.jpg>

[2] Image: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/20.jpg>

[3] Image: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/03/Projeto_lagoa_2.jpg

ANEXO 4

- Prefeitura Municipal de João Pessoa - <http://www.joaopessoa.pb.gov.br> -

Obras no Parque Solon de Lucena resolvem problema de inundação e vão dar nova cara à área

Posted By *andreaalves* On 10 de julho de 2014 @ 12h04 In Notícias, Planejamento | [Comments Disabled](#)

[1]O Parque Solon de Lucena (Lagoa) está passando pela primeira grande revitalização em quase 100 anos. O último projeto desse porte elaborado para o local foi em 1924, feito pelo engenheiro Saturnino de Brito, que só foi executado na década de 30. Com a obra, o sonho de muitos paraibanos em reativar o local como um espaço de lazer está mais próximo de se tornar realidade. A primeira fase do projeto, já em obras, solucionou de imediato os problemas de inundação no período de chuva. As cenas clássicas de alagamento no Parque não foram registradas este ano.



No entanto, o projeto não é só isso. Essa etapa foi apenas o início da nova história da Lagoa. No local será construído um píer às margens da lagoa, um mirante para exercício e contemplação da natureza, área para apresentações artísticas, teatro de arena e área infantil. Após essa fase terá a construção de uma área para o comércio de artesanato e quiosques de alimentação.

Além disso, o projeto terá ainda a construção de uma área com quadra poliesportiva, vôlei de praia, pista de cooper, pista de skate, ciclovia, local para aluguel de bicicletas e esporte náuticos, como pedalinho, caiaques, canoagem e ainda o reflorestamento do Parque. Tudo isso com iluminação e segurança de alto padrão. O investimento total é de R\$ 40 milhões.



[2]O secretário de Planejamento, Rômulo Polari, explicou que a segunda etapa corresponde ao plano de urbanização. "João Pessoa voltará a ter um dos mais belos cartões-postais. A população ganhará mais que um espaço público, mas uma opção de lazer, descanso e contemplação da natureza. Pretendemos ainda implantar Memoriais dos grandes vultos da cultura paraibana", contou. As obras desta etapa serão iniciadas ainda neste semestre.

Primeira etapa – A primeira etapa corresponde ao desassoreamento da Lagoa, construção de um muro de encosta e de um túnel para o escoamento das águas da Lagoa para o Rio Sanhauá, essas medidas visam à recuperação do seu leito natural. Mais de 10 mil metros cúbicos (m³) de material já foram removidos do fundo da Lagoa. Na obra está sendo utilizado o método não destrutivo, dessa forma viabiliza o processo e causa um menor impacto na sociedade e no tráfego de veículo na região.

Essa fase teve um custo de R\$ 20 milhões e tem previsão de terminar em 12 meses. O projeto foi desenvolvido pela Secretaria de Planejamento da Prefeitura Municipal de João Pessoa (Seplan), mas conta com a participação das secretarias municipais de Meio Ambiente (Semam), Infraestrutura (Seinfra) e Desenvolvimento Urbano (Sedurb).

[3]

Article printed from Prefeitura Municipal de João Pessoa: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br>

URL to article: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/obras-no-parque-solon-de-lucena-resolvem-problema-de-inundacao-e-vao-dar-nova-cara-a-area/>

URLs in this post:

[1] Image: <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/07/Na-foto-okok.jpg>

[2] Image: http://www.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2014/07/Cena-Completa-deck-academia-vista-da-logoa-fora_002_0006.jpg

[3] : https://www.addtoany.com/add_to/facebook?linkurl=http%3A%2F%2Fwww.joaopessoa.pb.gov.br%2Fobras-no-parque-solon-de-lucena-resolvem-problema-de-inundacao-e-vao-dar-nova-cara-a-area%2F&linkname=Obras%20no%20Parque%20Solon%20de%20Lucena%20resolvem%20problema%20de%20inunda%C3%A7%C3%A3o%20e%20v%C3%A3o%20dar%20nova%20cara%20%C3%A0%20%C3%A1rea

Copyright © 2015 Prefeitura Municipal de João Pessoa. All rights reserved.

ANEXO 5



QUER APRENDER A IMPORTAR ROUPAS DE MARCA DOS ESTADOS UNIDOS?

VÍDEO GRÁTIS



CIDADES

PARAÍBA

POLICIAL

POLÍTICA

RÁDIOS

NOSSA RÁDIO

TV PÚBLI

Home

Paraíba

Slider

Resultado do novo Parque Solon de Lucena, na Paraíba, gera polêmicas

Resultado do novo Parque Solon de Lucena, na Paraíba, gera polêmicas

Hugo Freitas 13:15 Paraíba, Slider



O novo Parque da Lagoa, no Centro de João Pessoa, tem sido criticada nas redes sociais por diferenças entre as imagens do projeto, divulgadas na época do anúncio da obra, e a obra que foi entregue no domingo (12). A principal crítica é ao píer, que deveria ser maior, segundo expectativa de internautas. Uma imagem que compara o projeto inicial com a foto real, postada por uma página de humor de João

Pessoa, já foi compartilhada mais de 1.400 vezes.

A prefeitura afirmou que o projeto que previa um píer maior foi rejeitado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) e, por isso, não foi possível concluir a obra conforme havia sido divulgado inicialmente.

O Iphaep, por sua vez, divulgou uma nota nesta terça-feira (14) informando que aprovou o único projeto de reurbanização do Parque Solon de Lucena que chegou ao

Hc
Bu
Air



des
kay



órgão. O projeto da Prefeitura de João Pessoa foi aprovado, por unanimidade, pelo Conselho de Proteção de Bens Históricos e Culturais, no dia 4 de março de 2015. “Projeto com tais características nunca chegou para a análise deste órgão. O que chegou, posteriormente, foi aprovado”, diz a nota do Iphaep, se isentando da responsabilidade com relação às mudanças no projeto.

Na nota, o Iphaep lamenta que a Prefeitura de João Pessoa “tenha tentado utilizar o órgão como justificativa para amenizar as críticas da população a respeito da obra de reurbanização do Parque Solon de Lucena”. A nota acrescentou ainda que o órgão não é responsável pela qualidade dos materiais utilizados.

A secretária de Planejamento de João Pessoa, Daniella Bandeira, por sua vez, divulgou documentos oficiais emitidos pelo Iphaep para desmentir a nota do órgão. Daniella Bandeira cita, entre outras mudanças, a recomendação em relação ao encurtamento do píer e orientação para que ele tivesse uma estrutura flutuante.

O parecer, datado de 11 de maio de 2015, cita 10 recomendações ao projeto apresentado pela Prefeitura de João Pessoa. Nele, são sugeridas adequações como a tonalidade, a preservação da fauna e da flora, entre outros pontos. Em relação ao píer, os técnicos do órgão afirmam: “As dimensões do trapiche foram reduzidas em comparação ao anteprojeto anterior e foi proposto do tipo flutuante. O trapiche é uma rampa articulada e um deck, ambos com estrutura e piso em madeira, estando o deck sobre flutuadores em doca com enchimento em EPS”. Em outro trecho, os mesmos técnicos reforçam: “[rampa e deck] também servem como atracadores para canoas, caiaques e pedalinhos”.

Segunda fase do projeto de revitalização da Lagoa conta com píer, mirante para exercício e contemplação da natureza, área para apresentações artísticas, teatro de arena e área infantil, entre outros (Foto: Divulgação/PMJP)

Outras dúvidas da população

A região do píer gerou mais dúvidas na população. Grades de proteção foram colocadas para que as pessoas não tivessem acesso ao píer. Porém, o local não está interditado. Como a parte de baixo não tem proteção, a grade só é retirada por volta das 8h, quando uma equipe de bombeiros civis chega ao local para monitorar os visitantes e evitar acidentes.

Outra dúvida dos visitantes é sobre os banheiros, que não estão abertos de manhã cedo. Segundo os próprios funcionários, eles só chegam ao local às 7h para abrir as portas das três baterias de banheiros. Ainda há a possibilidade de antecipar o início do expediente dos funcionários para das 6h. O público também reclamou dos bebedouros, que ainda estão sem as torneiras. Segundo a Prefeitura, esse problema vai ser solucionado ainda essa semana.

Fonte:G1



ANEXO 6



Faça uma busca

Buscar

- [Quem somos](#)
- [Fale conosco](#)



[Notícias](#)

baixe nosso aplicativo



App Store



Google play

Acompanhe o gordinho



Faça uma busca

Buscar

13/06/2016

Secretária diz que alterações no projeto da Lagoa ocorreram para atender exigências do Iphaep

Entre as diferenças estão a estrutura do píer e dos bicicletários, além da área destinada à circulação de BRTs. Valor da obra não sofreu alterações

Share this:



Por: Blog do Gordinho

1





Projeto do píer

Depois do prefeito Luciano Cartaxo ter admitido mudanças no projeto inicial de reforma da Lagoa, durante a inauguração do local neste domingo (12), a secretária de Planejamento da Prefeitura de João Pessoa, Daniella Almeida, explicou que as alterações ocorreram para atender uma exigência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep), que levou em consideração o tombamento da área pelo órgão, desde a década de 1980. Entre as diferenças estão a estrutura do píer e dos bicicletários, além da área destinada à circulação de BRTs.

Píer entregue pelo prefeito Luciano Cartaxo

Píer entregue pelo prefeito Luciano Cartaxo

“Após o projeto ter sido apresentado ao Conselho do Iphaep foi decidido que ele não poderia ser executado naquele formato levando em consideração o tombamento da área, então foram realizadas as alterações”, garantiu Daniella. Esta semana, as imagens da primeira maquete da PMJP (foto) ganharam as redes sociais em tom de crítica pelas mudanças com o espaço entregue pela gestão.

Ainda de acordo com a auxiliar do prefeito Luciano Cartaxo, as principais mudanças se deram em relação às dimensões dos equipamentos, que tiveram de ser adaptadas para não descaracterizar o projeto do início da década de 1920. O novo parque conta com 12 praças, ciclovia, pista de cooper, pista de skate com padrão internacional, área para esportes radicais, com slackline e parede de escalada, além de um deck harmonizado com o Cassino da Lagoa e 35 mil metros quadrados de passeios pavimentados e ligados às quatro entradas do parque. Também 14 quiosques divididos em sete baterias, todas com banheiros públicos e um posto policial para a Guarda Civil Municipal e a Polícia Militar.

O projeto representou um investimento total de R\$ 37 milhões e não teria sofrido mudanças no decorrer da obra, ainda segundo Daniella Almeida. “Os valores foram compatíveis com o projeto aprovado. O orçamento só foi finalizado após sua autorização pelo Iphaep”, garante. Sobre o espaço para BRTs, a secretária destacou que ele foi pensado para que não fosse necessário fazer nova intervenção na área assim que o projeto for implantado na Capital paraibana.

Share this:



SEJA O PRIMEIRO A CURTIR

[Compartilhar no Facebook](#)

1 PESSOA COMENTOU

1.

Sá comentou: